

Seleta **MIRANTE**

**UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO GILBERTO FREYRE
DE ESTUDOS EM TROPICOLOGIA (CETRO)**

Fátima Quintas (org.)

 Fundação
Joaquim Nabuco
Editora Massangana

DIAS DE ISOLAMENTO - Abraham Sicsú | VELEIDADES LIBERTÁRIAS NO BRASIL - Lourival Holanda | O ATALHO TORTUOSO DO NORDESTE - Sérgio Buarque | REPENSANDO O IMPRESSIONISMO CRÍTICO – O EXEMPLO DE ÁLVARO LINS - Eduardo César Maia | REVISITANDO PAULO FREIRE - Aurélio Molina | SESSENTA ANOS - Lucilo Varejão Neto | PANDEMIA EMOCIONAL - Francisco Trindade Barreto (Chicão) | DESENVOLVIMENTO A TODO CUSTO E A DIMENSÃO AMBIENTAL: O CONFLITO DO COMPLEXO PORTUÁRIO DE SUAPE - Clóvis Cavalcanti | EM LOUVOR DE CELSO FURTADO - Clemente Rosas | PATRIMÔNIO EM SAIS DE PRATA: FOTOGRAFIAS COMO FONTES DE INFORMAÇÃO EM SISTEMA MEMORIAL - Albertina Lacerda Malta e Marcos Galindo Lima | A IMPRENSA E O PODER JUDICÍARIO - Ivanildo Sampaio | DIÁRIO DE VAUTHIER: UM ESTUDO ÍNTIMO - Fátima Quintas

Seleta

MIRANTE

Seleta

MIRANTE

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO GILBERTO FREYRE
DE ESTUDOS EM TROPICOLOGIA (CETRO)

Fátima Quintas (org.)

ISBN 978-65-5737-038-4

© 2021 Da organizadora

Reservados todos os direitos desta edição.

Reprodução proibida, mesmo parcialmente, sem autorização
da Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco.

Fundação Joaquim Nabuco | www.fundaj.gov.br

Av. 17 de Agosto, 2187 - Ed. Paulo Guerra - Casa Forte

Recife-PE | CEP 52061-540 | Telefone (81) 3073.6363

Editora Massangana | Telefone (81) 3073.6321

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Milton Ribeiro

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Antônio Ricardo Accioly Campos

DIRETOR DE MEMÓRIA, EDUCAÇÃO, CULTURA E ARTE (DIMECA)

Mário Hélio Gomes de Lima

COORDENADORA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS E PROCESSOS

Elizabeth Mattos

ORGANIZADORA DA “SELETA MIRANTE”

Fátima Quintas

PROJETO GRÁFICO DE CAPA E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Antonio Laurentino

ASSISTÊNCIA EDITORIAL

Marcelo Abreu

REVISÃO

Érika Tamashiro e Amanda Coca | Tikinet Edição Ltda-EPP

Foi feito o depósito legal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Fundação Joaquim Nabuco – Biblioteca)

Q7p Quintas, Fátima.

Seleta Mirante / Fátima Quintas.

Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2021.

222 p.: il (Série Seminário de Tropicologia, 1)

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5737-038-4

1. Ciências Sociais. 2. Cultura. I. Título.

CDU: 3:008

A *Seleta Mirante* é uma publicação do
Centro Gilberto Freyre de Estudos em Tropicologia (Cetro)
da Fundação Joaquim Nabuco.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 11

Fátima Quintas

DIAS DE ISOLAMENTO | 15

Abraham Sicsú

VELEIDADES LIBERTÁRIAS NO BRASIL | 43

Lourival Holanda

O ATALHO TORTUOSO DO NORDESTE | 61

Sérgio Buarque

**REPENSANDO O IMPRESSIONISMO CRÍTICO – O EXEMPLO
DE ÁLVARO LINS | 77**

Eduardo César Maia

REVISITANDO PAULO FREIRE | 95

Aurélio Molina

SESSENTA ANOS | 111

Lucilo Varejão Neto

PANDEMIA EMOCIONAL | 117

Francisco Trindade Barreto (Chicão)

**DESENVOLVIMENTO A TODO CUSTO E A DIMENSÃO
AMBIENTAL: O CONFLITO DO COMPLEXO PORTUÁRIO
DE SUAPE, EM PERNAMBUCO | 123**

Clóvis Cavalcanti

EM LOUVOR DE CELSO FURTADO | 161

Clemente Rosas

**PATRIMÔNIO EM SAIS DE PRATA: FOTOGRAFIAS COMO
FONTES DE INFORMAÇÃO EM SISTEMA MEMORIAL | 173**

Albertina Lacerda Malta

Marcos Galindo Lima

A IMPRENSA E O PODER JUDICIÁRIO | 197

Ivanildo Sampaio

DIÁRIO DE VAUTHIER: UM ESTUDO ÍNTIMO | 203

Fátima Quintas

APRESENTAÇÃO

O ano de 2020 apresentou um cenário especial. A inesperada gripe do coronavírus impediu aglomeração de pessoas, mesmo em pequena escala. Infelizmente não conseguimos realizar os seminários presenciais de Tropicologia em consequência do longo isolamento que busca dirimir a ocorrência da doença. Estamos vivendo momentos difíceis. Na tentativa de minimizar as adversidades do contexto atual, predomina uma longa estada em domicílios.

A **Seleta Mirante** nasce do desejo de reunir pensamentos múltiplos que venham a substituir os nossos encontros tradicionais. Estamos certos de que a ideia resulta da disposição em neutralizar as dificuldades do período vivenciado. Aqui estamos para levar adiante os propósitos do Seminário de Tropicologia fundado, em 1959, por Gilberto Freyre. Agradecemos antecipadamente a todos que colaboraram para a realização desta publicação. Um agradecimento especial a Antônio Campos, presidente da Fundação Joaquim Nabuco, que acatou a ideia com entusiasmo. Assim, levamos adiante o nosso propósito. Há um grande prazer em manter o Seminário de Tropicologia na sua expressividade.

A publicação se propõe a observar a contemporaneidade do país no mais amplo foco interpretativo, tendo como princípio básico o cenário que nos cerca — vitórias, inquietudes, avanços, oposições, equilíbrios e incongruências que formam a realidade de ontem e de hoje. Não pretendemos definir ou conceituar possíveis perspectivas, apenas circundar a configuração de um país pleno de receptividade e de contradições. Com base em um contexto de turbulência social, habita um povo ancho de enriquecedoras visões de mundo. Daí o interesse de tentarmos entendê-lo nas inúmeras digressões.

Realçamos que os artigos em pauta seguem uma intencional variedade, não se afunilando em temas pré-determinados. Antes se alongam no intuito de dilatar concepções que vão muito além de diretrizes reducionistas. Uma amplitude de cenários que significam posições em contrastes. Acreditamos que a “miscigenação cultural” apresentada confirma o grande mérito dos textos agrupados. Toda e qualquer interpretação necessita de liberdade no olhar. Entre o sim e o não, há uma gama de saudáveis ambivalências. Fugir das limitações corresponde a um ato de discernimento diante do que venha a empobrecer um pensar amplo e irrestrito. Talvez o título *Mirante* responda justamente aos diversos modelos de mirar, sem exclusivismos ou improváveis antecipações. Há de se abraçar um leque de abrangências com o objetivo de refletir múltiplas possibilidades. O intuito será sempre o de alargar horizontes que se intercruzem, nunca que se distanciem.

O livro expõe textos objetivos, subjetivos, alguns com tendência ao distanciamento de posições. Desde *Veleidades libertárias no Brasil* a *Dias de isolamento*, o leque se faz presente na intenção de somar questões e enriquecer a dinâmica dos fatos. São 12 artigos agrupados sob o conjunto de variadas exegeses. Afinal, viver é atravessar uma rotina com dias bem definidos e tão desiguais que simbolizam a arte do tempo. Se o hoje não foi semelhante ao ontem, há de se acreditar na pulsão de cada instante. Que os leitores recebam as temáticas com o mesmo prazer que tivemos em reproduzi-las. Cada palavra acolhe o impulso de modificar o mundo. A escrita define o elo do nosso diálogo. Mais ainda: muitas vezes, a ênfase do monólogo.

Entre textos pensados e elaborados pela individualidade de cada um, reside o propósito do livro. O complexo, aqui em análise, agraga o valor dos artigos. Não há canais pré-fixados, importa a simbologia do dito e do não dito. Quase sempre as deduções excedem o propósito das significâncias. Que a *Seleta Mirante* traga a

visibilidade nem sempre explícita, mas, sobretudo, oculta, do que ainda precisa ser dito. Quem sabe, você que está lendo será o próximo a tecer, em novas observações, excelentes comentários? Uma boa e múltipla reinterpretação dos fenômenos em pauta. Aguardamos os resultados.

Fátima Quintas

DIAS DE ISOLAMENTO

Abraham Benzaquen Sicsú*



Fotos: Guilherme Figueiredo Benzaquen.

I. Origens

Já leram a *Antologia de literatura fantástica?* Setenta e cinco contos, escolhidos e organizados, por Adolfo Bioy Casares, Jorge Luis Borges e Silvina Ocampo. Trata da relação com o desconhecido, com os mundos que não vemos, com os sonhos que se tornam realidades,

* Abraham Benzaquen Sicsú é pesquisador titular da Fundação Joaquim Nabuco e professor associado do Departamento de Engenharia de Produção da UFPE, aposentado em ambos. Foi presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Pernambuco (Itep), da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Pernambuco (Facepe), secretário-adjunto de Projetos Especiais do Governo de Pernambuco e membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça. É também membro efetivo da Academia Pernambucana de Ciências. Formado em engenharia de produção pela USP, tem mestrado em Economia pela UFPE e doutorado em Economia pela Unicamp.

com os fantasmas que nos cercam. A editora Cosac Naify, em 2013, fez uma maravilhosa edição, com capa dura, papel grosso, letras em azul, dá gosto de ler e folhear. Marcela, uma mais que querida amiga, emprestou-me para ajudar a passar esses dias de isolamento.

Escritores das mais diversas nacionalidades. Aprecio, em particular, alguns orientais e latino-americanos. Histórias curtas em que o mundo dos sonhos se torna realidade. Vou lendo três, quatro contos ao dia. Quase acabei. E a cada toque no livro, nova sensação de felicidade. O que me chama a atenção é a relação com o desconhecido, com o inesperado. Esse tipo de literatura revela muito do que o nosso imaginário pode criar e até como nossa ignorância nos afasta de mundos que existem e que não observamos ou desprezamos.

Acho que no livro falta um conto a ser escrito, ou descoberto. Um conto que revele o microcosmos. Um universo à parte, em que milhões de seres vivos convivem em uma relativa harmonia. Esses mundos estão ao nosso redor, fazem parte de nossas vidas, por mais que não os conheçamos.

Para sua sobrevivência, precisam de um ambiente equilibrado, que possa tratá-los com o devido respeito. É desconhecido para o homem, mas não pode ser considerado inexistente.

Nos últimos anos, a natureza tem sido fortemente maltratada pela sociedade humana. Muito se tem feito para destruir ambientes naturais, pouco se tem respeitado os outros seres vivos e seus habitats. Evidentemente, isso pode levar a reações. E muito fortes.

Não posso afirmar se o estado atual de ataque por vírus desconhecidos até então venha dessa desestruturação que o homem tem causado, mas, com certeza, outros ataques poderão aparecer, caso continuemos ignorando outros universos e suas criaturas.

Nesse caminho, tenho firme convicção de que a humanidade, após esse alerta terrível de que somos vítimas, precisa tomar algumas atitudes mais claras. Respeito à natureza, aprofundamento do

conhecimento por meio da ciência daquilo que ainda não nos foi desvendado, mudanças nos padrões de vida para maior respeito aos ecossistemas e seus habitantes.

Como diriam contos da *Antologia*, se não formos por esse caminho, as reações serão imprevisíveis e os pesadelos, realidades.

II. A rotina

O dia 19 de março foi o início. O vírus tinha chegado. O país não estava fora da catástrofe. O isolamento era necessário.

Dois idosos em um apartamento. A filha e a família em uma casa de praia. O filho e a companheira a poucas quadras dali. Fisicamente não podiam se tocar ou se ver. Seguiriam à risca as orientações dadas. As mídias eletrônicas, o elo de ligação.

Criar uma rotina, far-se-ia necessário. E, nisso nos ativemos.

Levantava às quatro e meia da manhã. Ato contínuo, verificar mensagens que me uniriam com o mundo e os queridos. As mensagens foram escasseando com o passar dos dias. Leio os jornais pela Internet e as notícias são as mesmas sempre, pandemias e sandices governamentais.

Às seis, arrumo a mesa do café e o preparam. Forte como gosto. Minha companheira se levanta e juntos fazemos o desjejum. A conversa gira sobre as notícias, as novidades, o que será nosso almoço e sempre desagua em um único tema: saudade dos filhos e do neto.

Lavo a louça e vou para meu cadeirão na sala. Nele passo boa parte do dia. Escuto por uma hora lições de Vedanta, filosofia antiga indiana. Vejo nos detalhes que a vida passou e o conhecimento real não chegou ainda. Se em momentos tive muita confiança na busca, se houve uma firme dedicação ao que procurava, o controle sobre os meus órgãos de percepção e sobre minhas reações falhou. Fui movido na vida pelas emoções e pelos sentimentos reativos.

Leio literatura. Bons livros são companhia. Nesses dias li três. Dois de Virgínia Woolf e um de Ottessa Moshfegh, escritora americana. Recomendo *Orlando* de Virgínia, muitos *eus* em uma personagem, surrealismo fantástico com elegância.

São 10h30 e Lúcia faz o almoço. Pergunto em que posso ajudar, geralmente em nada, a não ser degustar para dizer se o tempero está bom. Preparo-me para a minha dose diária. Rum com coca. Lembrem-se que sou velho, cuba libre para ativar a circulação. Assim passam as manhãs. Em duas delas mudamos a rotina para fazer faxina.

O almoço é pontual às 12h30. Minha mulher se revela uma grande cozinheira. E ela gosta. Cozinhar, práticas de yoga, contatos com os alunos e meditações. À noite, televisão, filmes e séries. São o seu dia a dia. Voltemos ao meu.

Após o almoço, o cadeirão serve como cama. Uma rápida soneca faz-se necessária. Trinta a quarenta minutos de um mundo virtual. Minha rua está deserta, sem barulho que eu pouco escutava por ser moco no ouvido direito.

Pelas três da tarde, levanto e faço meus exercícios. Faz mais de 30 anos que pratico yoga. Ajudou-me muito a me encontrar e preparar a mente para as ações que tive.

Vou para o computador e escrevo. Adoro pequenos textos sem muitas amarras metodológicas ou de estilo. Terminei e envio para os amigos e família. Terão que suportar. É o ônus da amizade.

Novamente me dedico à leitura por uns trinta minutos. Duas vezes, saímos de carro para dar uma volta e ver a cidade. Nele ficamos observando a paisagem e as pessoas que ainda transitam e de nós precisam. Mas não as abordamos, não deixamos nosso casulo.

No final da tarde, o momento mais belo de meu refúgio. O entardecer traz tons variados de vermelho ao céu, deixa as árvores com um tom de verde especial e a torre da igreja ressalta sua cor amarela. Ver essa paisagem da piscina do prédio, piscina que só nos frequenta-

mos, é indescritível. Nesses quatorze dias ninguém nos importunou lá. Nado um pouco para fazer exercícios e me encosto na escada para apreciar a natureza e a beleza do momento.

O jantar é sempre frugal. Um ovo, um queijo assado ou um pedaço de cará. Sopa para minha querida, talvez uma salada.

À noite, a televisão é companhia. Não gosto muito, cango logo e vou lavar a louça. Só fico quando há um bom filme.

Com dia tão exaustivo, sem fazer tudo que imaginava, não houve tempo, deito em minha rede, esperando o novo dia.

III. Para onde vou?

Bastante complexa essa tal da Filosofia. Principalmente, como norte de caminhos na vida.

Fui formado numa rationalidade em que somos responsáveis pelo resultado de nossas ações e atos. E, para isso, seguindo a linha da escola clássica grega, o conhecimento é o meio para nos prepararmos para a vida. Se algo não der certo, com certeza aprofundamos pouco o conhecimento e, portanto, não soubemos fazer a escolha correta.

Tal postura leva a uma profunda carga de angústias e remorsos que nos acompanha durante toda a existência, mas é a sina daqueles que se dedicam à área do avanço de nossa sociedade ocidental.

Recentemente, tenho entrado em contato com a visão dos Vedas, filosofia tradicional indiana. Nela, não se nega a importância do conhecimento, ao contrário, se valoriza, mas, se tem claro que este é fundamental para a escolha de nossos procedimentos, do nosso livre-arbítrio frente à realidade complexa. Temos que usá-lo com sabedoria e sensatez, procurando sempre o melhor caminho que podemos imaginar. No entanto, o resultado das ações, não está sob o nosso controle, depende de leis maiores sobre as quais não se tem domínio. E, temos que aceitá-lo.

O refletir me levou a crer que a segunda rota é a mais adequada. Nela, evita-se culpas desnecessárias e traumas maiores, em um mundo extremamente conturbado.

Se, racionalmente, esse caminho levaria a um processo mais “saudável” de convivência, na prática não aparece como algo natural e espontâneo. Embora acreditemos nesse caminho, o enfrentar do dia a dia nos traz, novamente, para o caminho da racionalidade grega. Se algum processo foge ao nosso controle, seja um simples ocorrido em nosso lar, ou algo bem mais complexo, com “certeza”, fomos nós que não soubemos aquilatar adequadamente e, como consequência, devemos aceitar os resultados ruins como castigo.

Essa visão de vida leva a desgastes contínuos e a problemas para fazer com que a vida se torne mais amena.

Não aceitar que a quantidade e diversidade de fatores que podem alterar caminhos é imensa traz resultados totalmente inesperados, faz com que se incorpore uma carga de responsabilidade inimaginável.

Acreditarmos que somos o determinante principal dos rumos que a vida tomará faz com que nos coloquemos como centro de um processo em que o mundo deve ser nossa semelhança, pois a única racionalidade que existiria seria a nossa. Não se acredita em leis do universo e aspectos latentes, não explicitados, que fogem ao nosso controle. Somos semideuses em terra.

Aceitando o caminho da razão védica, mas agindo conforme os ditames do classicismo grego, novamente se entra em profunda contradição. É como se soubéssemos que há uma Ordem Superior que nos condiciona, mas quiséssemos subvertê-la a cada fato, a cada instante, numa oposição entre o universo e sua lógica, e o *eu* em nosso imaginário. As consequências psíquicas são inevitáveis.

Por muito tempo, tentei enfrentar esse dilema com o que chamava de “refúgio”. De três em três meses, ou até menos, abandonava o mundo dos problemas para “refugiar-me” em outra casa,

em que procurava desligar-me de todos os problemas reais. A justificativa era estar com uma pessoa idosa que precisava de mim. Infelizmente, essa pessoa se foi. Percebo hoje que, mais que por ela, fazia por mim. Era eu que estava curando minhas dores, minhas questões torturantes. Não me isolava do mundo, o que é impossível hoje em dia, mas postergava deliberadamente decisões e conflitos.

Avolumando-se esses conflitos sei que terei que ter ajuda em breve para enfrentá-los. E fico com uma pergunta clara: qual será meu novo refúgio? Já tentei os livros, o convívio familiar, a escrita técnica, os grupos de estudos e, por incrível que pareça, o isolamento. A pergunta que fica é: para onde vou?

IV. A sociedade e seus rumos

No *Bhagavad Gita*, clássico épico da literatura indiana, há uma reflexão muito interessante. O que harmoniza a sociedade? No livro, se mostra que, dependendo das qualidades e dos tipos de atividades das pessoas, há quatro estratos em que podemos nos encaixar.

Aqueles que buscam a clareza mental, que tem no conhecimento os seus principais valores, teriam no estudar, ensinar, orar e refletir seus principais valores. Suas atividades deveriam estar associadas a essas características.

Outros têm na consciência social com ação sua busca e se caracterizam por sua liderança. Liderança que deveria ser movida pelo social, pela busca do coletivo, pelas iniciativas que tenham em mente o bem-comum.

Um terceiro, imediatista, procura garantir o interesse próprio e do seu grupo. Tem na riqueza e no conforto seu objetivo de vida. Nele se encaixariam os empresários e comerciantes.

Por fim, muitos têm que ser comandados, não têm motivação para a definição da ação ou dos caminhos do conhecimento. Têm

a expectativa de serem liderados pelo segundo grupo e de terem o apoio do terceiro.

Diz o texto que uma sociedade sadia não pode abrir mão de nenhum grupo, todos são importantes e deve haver uma proporção adequada entre eles.

No meu entender, a ideia remete ao conceito de castas e, vista de uma maneira absoluta, poderia conduzir a uma perversidade em que a exclusão passa a ser banalizada e natural. Não só os hindus assim pensaram. Outras civilizações, também, introjetaram essa visão, como a das tribos de Israel, em que há os sacerdotes, os guerreiros e a plebe, confundida com as outras tribos, não os Cohns ou Levys.

O importante é discutir a base dessa reflexão. Há funções sociais e requisitos para poder desempenhá-las com eficiência e com harmonia social.

Nessa concepção, o principal problema não é a satisfação, ou insatisfação, pessoal, mas sim os conceitos para uma “sociedade sadia”.

Uma sociedade em que há inversão generalizada de papéis não pode ser ajustada. Quando professores e sacerdotes querem ser líderes, quando lideranças se caracterizam como mercadores e comerciantes, quando empreendedores e comerciantes se arvoram como políticos, a massa fica perplexa. Não há rumo, não há valores definidos, não há moral estabelecida.

Parece que é o nosso caso. Os políticos são negociantes de benesses. Os mestres se acham desvalorizados e buscam papéis de liderança. Os sacerdotes viraram lideranças políticas. Os empresários entram na política sem as características mínimas de negociação. Entre outros.

As tribos perdidas, as tribos das massas, não sabem em quem confiar, como se comportarem. O que as lidera?

Enigmas

“Dias, sem presença, sem luz,
Na parede se reproduz,

Em forma geométrica,
Em linhas paralelas,
Imagen e semelhança,
Difícil foi entender,
Decifre este enigma,
Donde vem, para onde vai,
Sem legendas e explicação,
Ou, ao menos, uma pista,
Já que Ele não se explica”.

V. Comunicação: Lives

Participei de teleconferências e de videoconferências. Fiz arquição de dissertações e teses por meios remotos. Mas, sempre com um técnico ao lado que, a qualquer problema, o resolvia. A moda atual é *lives*, tudo à distância.

Sou aposentado, em outras palavras, esquecido pelo mundo. Faz um ano tinha uma agenda cheia de compromissos. De repente, não sou chamado ou requisitado. Parece que o pouco conhecimento que tenho envelheceu rapidamente, não desperta interesse.

Um amigo que está em evidência, com ar de enfado, me afirmou: hoje, fiz quatro *lives*. Sentado em minha poltrona tive acesso a um número muito grande de participantes. Admiração e inveja. Pessoa querida que tem muito o que falar.

Um ex-aluno lembra de mim. Pede para que me convidem para uma *live*. Aceito na hora. Não posso perder essa chance.

O tema não faz parte de meus estudos atuais. Meio ambiente e pesquisa. Recorro a velhas anotações que guardo. Em Ignacy Sachs encontro o debate sobre modelos de desenvolvimento e respeito ambiental. Na Bioética, a discussão da responsabilidade social da pesquisa. Procuro textos recentes e complemento. Arrumo e me acho pronto para o debate.

À noite, um telefonema. Instruções técnicas para o debate. Postura, tempos, iluminação. Minha ignorância irrita. Penso em desistir. Minha esposa me acalma e orienta, mostrando que é simples, fica clara minha incapacidade.

No dia seguinte o debate. Pronto, coloco até uma camisa de algodão, coisa raríssima nesses dois meses de isolamento. Um pouco tenso, me posicionei em frente ao celular. Faz-se o contato. Um dos participantes me alerta ser melhor colocar o aparelho na horizontal. De repente, cai a conexão. Novamente o nervosismo. Mais uma vez recorro à minha companheira.

Começa o debate. Aparecem os participantes, três expositores e um moderador. Em baixo, vão surgindo nomes e instituições que se conectam. De todo o país, de todos os perfis, do acadêmico ao político institucional. Resolvo ignorar para não perder o que os outros falam. De repente, mais uma perturbação. O *chat* com observações e perguntas. Não consigo seguir. Volto a ignorar.

Cada um faz suas falas em quinze, vinte minutos. O moderador começa com as perguntas. Os palestrantes se animam e todos querem dar suas opiniões. Uma hora e quinze conectados.

Fico feliz de ter pulado essa barreira. Foi uma experiência muito interessante. Mesmo tendo acabado com a camisa empapada de suor. A primeira vez não se esquece.

VI. Meu sarapatei

Tem que ser miudinho. Helena orientava como ninguém a cozinha. Era um ritual pré-carnavalesco.

No lado de fora da casa, Stélio em seu cadeirão. Ao lado, uma mesinha com vodka, da pior qualidade, Natasha, muita soda limonada e muito gelo. Chegávamos cedo para não perder nada. Início dos anos 80. Os filhos, Titá e Lúcia iam nos abastecendo. Um amendoinzinho, uns ovinhos de codorna, umas azeitonas. Os copos não ficavam vazios por muito tempo.

O papo era variado, futebol, ele Náutico, eu Santa, política, sempre tivemos crises, e reminiscências dos Diários Associados. Tira-gostos rolavam e a conversa fluía. Saía o sarapatel, motivo e estrela da festa. Lambíamos até o prato. No meio da tarde chegava Claudio Nor. Trazia seu último disco que fora lançado para o Carnaval, uma obrigação. Íamos para a mesa e não podia faltar a costelinha bem assada. Bolo de rolo e quindim, sobremesas que me lembro. Final de tarde íamos para casa para uma soneca merecida.

Tardes inesquecíveis. Sempre voltam à minha memória. O sarapatel de Helena era memorável. Esperávamos o ano todo. Nessas dias de isolamento, veio à minha memória. Tenho saudade e acho que devo me dar esse presente. Resolvo, na maneira do possível, reviver a experiência. Helena e Stélio se foram, dos filhos poucas notícias.

Peço à Fau, por *delivery*, a iguaria. Não é tão miudinho, mas é gostoso. A bebida passa a ser rum, melhor, meu fígado não aguentaria a velha Natasha. A música é de CDs, o disco de Henrique Annes que vi anunciado na televisão, e os franceses Yves Montand e Charles Aznavour. Nada carnavalesco.

O papo é à distância, recebo e envio mensagens a vários amigos. A crise continua como tema em suas diversas facetas, econômica, social e política. Amenidades também surgem. Como tratar da aparência e cortar os cabelos na pandemia, conversa com opiniões abalizadas.

Recebo algumas indicações de livros e começo a folhear *Pedro Páramo* do mexicano Juan Rulfo. Tira-gosto posto, eu como com desejo e sofreguidão. Como se fosse um almoço, sem muitas paradas para contestar opiniões indevidas, que sempre surgem nas boas conversas. Depois da terceira dose, como seria esperado, uma soneca para descansar. Não há sobremesa.

Reproduzi meu imaginário, quase igual, com pequeníssimas modificações.

VII. Duas visões: mundo polar

Bertrand Russel, influente pensador e matemático inglês, numa de suas últimas entrevistas, em 1970, é questionado sobre o que aprendeu e gostaria de dizer para as gerações futuras. Ressaltou duas coisas, uma moral e outra intelectual.

Na questão moral, chamou a atenção para que viveremos em um mundo cada vez mais conectado, e é importante a convivência com os opositos, o respeito a opiniões que nem sempre serão as nossas e a colaboração como caminho para a civilização.

No plano intelectual, chamou a atenção para se ater aos fatos. O mundo não é, e nem será, o que desejamos ou o que achamos mais justo para a sociedade. As análises têm que se ater aos fatos.

Quanto a este último, tenho a observar que se é algo que está nos princípios basilares das ciências exatas, nas ciências sociais, não é tão nítido e transparente. É difícil aceitar a neutralidade quando se tem uma visão de sociedade que condiciona nosso modo de agir, inclusive e principalmente, o de analisar os fatos.

Tenho dois amigos. Intelectuais de respeito, que tiveram êxito em seus ramos de atuação, cuja honestidade intelectual foi mais do que provada. Indivíduos pelos quais tenho a máxima consideração e não se conhecem pessoalmente. Têm me enviado posicionamentos sobre a atual crise. Partindo dos mesmos fatos, têm posições diametralmente opostas.

Um deles, de formação liberal e otimista por constituição humana, sempre ressalta aspectos que podem modificar e reverter o quadro atual. Reconhece que atitudes impensadas podem estar atrapalhando em muito a solução da crise. Mas, acredita, piamente, que sairemos com uma sociedade mais colaborativa e rapidamente. Sempre que mostro que o ápice da crise está por vir, que a solução não sairá na próxima semana, ignora, e vê possibilidades múltiplas, inclusive de relaxamento do estágio atual do isolamen-

to, na semana que entrará, a cada semana. Cansei de argumentar contra essa posição e leio o que me manda. Mas só troco mensagens de amenidades e pequenos vídeos, muito bem produzidos, que se proliferam nos dias atuais.

O outro é naturalmente pessimista. Na juventude foi do Partido Comunista e se dedicou a defender os interesses dos menos favorecidos. Mas a vida foi levando-o a uma posição cética e de descrença. Acredita que a crise se prolongará por muito tempo e que o mundo sairá menos solidário. Defrontado com alguns gestos de solidariedade que aponto, diz ser minoria, que só vê individualismo na nossa sociedade. Qualquer argumento que use no sentido de uma revisão de seu posicionamento é rechaçado com os postulados de seu pensamento, que parte da ideia de que a humanidade é perversa.

Muito aprendo com os dois, há argumentos fortíssimos. No entanto, posições inconciliáveis. Concordo com Russel, matemático, dizendo que temos que procurar a colaboração e atermo-nos aos fatos, mas aprendi com essa convivência com os amigos algo mais.

Posições não são ciência, são modos de se expressar nossa visão de mundo, e nela, a experiência de vida e os princípios que nos regem são inquestionáveis. Postulados que alicerçam a prova de nossos teoremas.

VIII. Ciência?

Vou ao Houaiss. Tenho em meu escritório e costumo consultá-lo em papel. Muitas definições e escolho a mais adequada para responder minha angústia:

“Corpo de conhecimentos sistematizados adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos e formulados metódica e racionalmente”.

Nem tudo é ciência, nem tudo pode ser assim classificado.

Lembro do professor Vita, na época da faculdade, que nos dizia que Engenharia não era ciência, era arte. A arte de resolver problemas. Exigia improvisações e quebras nas práticas usuais. É controverso, mas a prática me mostrou que isso de fato acontece. Embora, gerem enormes desastres de vez em quando.

Uma confusão que, em geral, se faz é entre as ciências exatas e as experimentais. No dicionário temos que exatas são “ciências cujos métodos e resultados se baseiam na fidelidade e precisão de números, grandezas, proporções, etc”. Já as experimentais são “ciências que adotam sistematicamente métodos e princípios fundamentados em experiências e não na simples observação”.

Essas definições não foram resgatadas sem propósito. Fazem parte do debate atual. São necessárias para se discutir o que se tem dito sobre medicamentos milagrosos *versus* práticas científicas, o debate entre opiniões e ciência, tema recente na discussão de políticas.

Na prática, ao se falar em posições apoiadas na ciência está se defendendo, pelo menos, que deve haver métodos e protocolos a serem seguidos. Abandoná-los e basear as recomendações de políticas públicas no achismo, no desejo pessoal, sem passar por um aprofundado estudo e pelas validações necessárias, pode colocar em risco inúmeras vidas, inúmeros seres que apresentam características inadequadas à essas aventuras e não têm conhecimento consolidado de sua base.

Também, deve-se ter claro que não se está falando de ciências exatas. Tudo que envolva seres vivos, envolve riscos, envolve possíveis resultados inesperados. E, no caso humano, é fundamental que cada ser que possa ser afetado deve ser conscientizado. Deve ter claro os perigos que cada procedimento traz, deve assumir, com clareza na mente, se quer ou não se expor. Isso é um princípio basilar da Bioética. Não é apenas assinar um papel, mas compreendê-lo efetivamente.

Nisso, surge a área de saúde. Com certeza não é segmento do que chamamos ciência exata. O desconhecido e o não dominado não permitem conclusões que se baseiem apenas em números ou proporções. São áreas experimentais em que, sem dúvida, existe métodos e protocolos a serem seguidos. Não se baseiam apenas em observações, mas para se chegar a conclusões mais sólidas precisam de processos de validação, de análise sistemática, de estudos aprofundados de possíveis impactos colaterais.

IX. Banzo e *ubuntu*

Há dias em que a melancolia surge. Nesse período, se accentua. Adoro a palavra banzo. Não é só melancolia ou saudade, mas é datado e localizado, melancolia em relação à origem, à terra natal. Sentimento que fez muitos escravos definharem e desaparecerem na colônia. Origens são concretas ou imaginárias, a terra em si, ou a mente criando ambientes. Nossas recordações mais íntimas.

Hoje, amanheci com banzo. A morte de pessoas queridas me abala. Vejo cada dia mais perto a barbárie oriunda do desespero de uma sociedade sem rumo. A perda de vida e a desestruturação.

Reporto-me às minhas lembranças de casa, ao meu pai e seus gostos. Nesses momentos recorro ao tango. Gardel é fantástico. O Youtube me permite reencontrar esse ambiente. Mas esse reencontro não fica no passado. Tem uma volta aos dias presentes.

Escuto e leio as letras de inúmeros tangos. Fossa, mas com verdades indiscutíveis.

“Veras que todo es mentira, veras que nada es amor,
Y al mundo nada le importa, gira, gira.
Aún que te vença la vida, aún que venga un dolor.
No esperes una ayuda, ni una mano, ni un favor.”

O mundo que vivemos é cruel e competitivo. Aquilo que foi, não retorna. Se esperas reconhecimento pelo seu passado, esquece, se não se tens o que dar agora, nada será reconhecido.

“Mentira, mentira, yo quice decirle
Los tiempos que fueran ya no vuelven mas.”

Localizo-me em outro patamar. Será que pouco temos a dar? É verdade que sentimos falta de não ser consultados ou mesmo convocados em época tão angustiante. Podemos ajudar na diminuição de perdas? Faríamos algum diferencial?

Há exatamente um ano abri mão, espontaneamente, de uma importante função, na qual, tenho certeza, estaria colaborando para que algo melhorasse. O sair da vida ativa leva a um ostracismo, a um respeito protocolar. “Você foi muito útil.” Queria que o verbo fosse conjugado no presente, não no passado. Não gostaria de ser apenas *Adiós, muchachos*. Mas, não sou convocado. E entendo perfeitamente. Há outros tão ou mais preparados para o momento.

De certa forma, outra palavra africana me vem à mente e me consola, ou melhor, revigora. *Ubuntu*, sou o que sou pelo que nós somos. Há continuidade, a humanidade se expressa na coletividade. Não me omiti quando fui chamado, não me omitirei se for convocado, difícil, mas tenho que entender que, se não for, mereço sentir-me como participante de uma cadeia de solidariedade humana. Contudo, quero explicitar minha mensagem:

“El dia que me quieras
No habrá mas que armonia
Será clara la aurora y alegre el manancial.”

Rosa, médica, se foi lutando. Temos que continuar por ela. Lutando pela vida. Sempre disponíveis.

X. Todo bem?

Domingo era dia de festa. Café fora, caminhada na praia e banho de mar, volta rápida para casa. Às dez ia buscar meu neto.

Brincadeiras eram muitas, mas não podiam faltar as lutas, as reverências orientais, os super-heróis, os Pokémon. Virávamos uma dupla de palhaços, Pitulico e Pituleco.

Colocar a mesa era um ritual. Toalha estendida, pratos, talheres, temperos iam sendo organizados. Ele, de olhar atento, fiscalizava tudo. Qualquer posicionamento equivocado de um objeto, sempre havia, mesmo que de propósito, era apontado e tinha que ser corrigido. Lúcia na cozinha, preparando salada ou um molho, se divertia.

Todos chegavam próximo ao meio dia. Já estava tomando meu rum. Teresa e Leucipe apreciavam um Portinho. Júlia, com seu jeito meigo, sem muito falar, organizava os últimos detalhes. Guilherme, com sua didática e erudição, sempre nos explicava os movimentos recentes na sociedade. Ficávamos tranquilos, pois sabíamos que nada ocorreria no mundo que pudesse nos passar. Rodrigo acompanhava a cada momento em seu celular.

O almoço era ultimado. A comida de Deo fervilhava. Pratos de panela, no fogão era uma maga, insuperáveis. Também, a picanha ao forno e o bacalhau tinham muito de especial. Bacalhau com batata, tomate, ovo cozido, azeitonas pretas e muito azeite. Do jeito que eu gosto. E quem não? A comida da querida Deo sempre era reverenciada.

Sucos, refrigerantes, cervejas e, se estivéssemos animados, um bom vinho. O papo fluía com alegria. As observações de uns e as tiradas de outros. Sempre procurava fazer alguma piada, nada engraçada, mas tinha minha claque: Lúcia.

Leon tinha que dar suas opiniões. Ficava bravo quando não o deixavam falar. Era sempre uma opinião abalizada. Baseada na grande experiência que tinha com os amigos que tudo sabiam, tudo aprontavam; entre eles, o famoso Bunda Velha.

As sobremesas vinham. Lúcia fazia algumas surpresas, um doce em calda, um bolo de chocolate, brigadeiros, bolo de rolo, a cada dia era diferente. Não podia faltar o sorvete.

O almoço prolongado gerava muitas polêmicas. Mas, também, dava sono. Ia para minha cadeira reclinável, feliz, esperando

que se repetissem sempre esses momentos. Os de Júlia se iam, mas meu neto ficava para a pizza do final do dia. Só saia depois das sete.

Acordava para ver o jogo. Era uma diversão acompanhá-lo na TV, sem a preocupação do vucovuco do estádio. Eu via futebol, Rodrigo, na sua casa via futebol americano e me avisava as jogadas extraordinárias. Leon esperava a vó levantar para brincar mais um pouco. Ainda tinha que fazer a tarefa de casa.

O dia chegava ao fim com a plenitude em meu coração.

Hoje, nossa querida Deo se aposentou, foi para o Rio. A pandemia nos isola dos queridos e não podemos nem pensar em ir a um teatro à noite. Não tem mais as comidas de panela. Meu filho se mudou para seu apartamento. Dona Leucipe em São Paulo. Júlia e a família se refugiam em Tamandaré. Até meu neto não posso abraçar. Só eu e Lúcia, sem ainda entrar em desatino e dar briga. Aos que nos perguntam, condicionados e bem treinados, dizemos que tudo está bem. Será?

XI. Inútil irritação

Olhar fixo na tela. O semicírculo roda e não para. Não há com quem falar, não há para quem reclamar. Tudo agora é aplicativo. Sinto-me um inútil. Fiz algo errado? Poderia ter ido por outro caminho? A irritação cresce e o dia fica extremamente amargurado.

Não podemos sair de casa. A recomendação é de que não encontrarmos gente. E, se encontrarmos, ficar distante, não se aproximar. Racionalmente entendo a determinação e respeito, mas no coração dói muito. Leva a um processo de separação que vai se aprofundando.

Não gente e aplicativos, os mantras da época que vivemos. Temos que aceitá-los.

Os aplicativos são meu maior desafio e minha maior rejeição. Não sei e nunca gostei de manipulá-los. A dificuldade começa

na sua obtenção. Minutos de angústia em que senhas e um passo a passo, sempre dito simples pelos outros, para mim se tornam um tormento. Fico nervoso ao ver rodando um ícone por minutos intermináveis. Mas, essa fase eu supero.

O ruim é mesmo sua aplicação. Como todos se ancoram nesses dispositivos, ficam sobrecarregados e dificilmente conseguimos entrar e o que queremos. A depressão aumenta e a inutilidade também, além de não ter com quem reclamar. A máquina não pode ser xingada ou esmurrada. Nem virtualmente. Resta somente gritar bem alto.

Baixei um aplicativo de supermercado. No primeiro acesso funcionou maravilhosamente. Na semana seguinte fui utilizá-lo e há dois dias dá que está sobrecarregado de pedidos. Nada posso fazer. Nem um telefone que há no site responde. Não existe nenhum gerente para dar uma desculpa esfarrapada. A alternativa que tenho é sair de casa para comprar, proibido pela Organização Mundial da Saúde, ou continuar sofrendo na frente de meu celular.

Resolver problemas bancários é outro problema. Não existe mais aquele cafezinho agradável, nem a pergunta de como estão os filhos e netos. As aplicações vão desaparecendo no ar e nosso gerente de relacionamento nunca está disponível. Guardei para a aposentadoria, mas, parece, o vírus também corrói finanças. Não consigo me localizar nas mudanças diárias de humor de um tal de mercado que não sabemos onde se localiza e o que realmente o move.

A impessoalidade dos processos me angustia. Não tenho a quem me queixar ou mesmo reclamar de absolutamente nada. Este mundo vai nos afastando das pessoas e nos juntando a máquinas. E elas fazem o que querem, me parece. Teremos que conviver com isso, sem cheiros, sem abraços, sem cafezinhos, sem botequins. O mundo cibernético exige preparação e os que não foram treinados para isso estão fora.

Solidão e tristeza são a tônica. Já prevista pelo poeta e “vidente” Evaldo Gouveia em seu magistral *Bloco da solidão*:

“Angústia, solidão
Um triste adeus em cada mão
Lá vai, meu bloco vai
Só deste jeito é que ele sai
Na frente sigo eu
Levo um estandarte de um amor
Amor que se perdeu
No carnaval
E lá vou eu também
Mais uma vez sem ter ninguém
No sábado e domingo
Segunda e terça-feira
E quarta-feira vem
O ano inteiro é todo assim
Por isso quando eu passar
Batam palmas para mim”

XII. Pessoa diria

Acordo triste, muito triste. Noite mal dormida, em que a rede e as muriçocas me acompanham. Quase um mês se passou. Fiz uma seleção musical para esses dias. Coloco um CD magistral, *A música em Pessoa*. Dialogo com ele e seus heterônimos.

“Sono de ser, sem remédio,
Vestígio do que não foi,
Leve mágoa, breve tédio,
Não sei se para, se flui;
Não sei se existe ou se dói.”

A noite foi reflexiva. Passaram na minha cabeça as lutas, as incompreensões, os amigos perdidos pelo caminho. O relacionamento humano é sempre complicado, mais ainda quando é por meio digital. Uma palavra mal posta, uma frase não explicada, leva a perder muito

do que se construiu em uma vida. Os meios digitais são péssimos companheiros para aproximação. Tenho saudades das longas cartas que escrevia na minha juventude. Mas, Ricardo Reis disse:

“Segue o teu destino,
Rega as tuas plantas,
Ama as tuas rosas.
O resto é a sombra
De árvores alheias.”

Ser vítima nunca foi a minha escolha. Se alguns perdi pelo caminho, não parei para lamentar. Procurei ser honesto com todos, expressar o que sinto, dizer o que me aflige. Minhas preocupações maiores foram com o que pode ocorrer aos que me cercam, numa sociedade cada vez mais egoísta. Penso muito nisto, nesta época de solidão. O poeta disse:

“Suave é viver só.
Grande e nobre é sempre
Viver simplesmente
Deixa a dor nos aras
Como ex-votos aos deuses.”

Somos comandados pelo social, temos missões e deveres dos quais não podemos nos desvincilar. Numa época de afastamento não desaparecem. Fazem-se presentes a cada instante. Queremos, mas não conseguimos jogar pela janela. Sentimo-nos inúteis, às vezes impotentes, mas com responsabilidades que não nos abandonam. Mundo contraditório esse. Pessoa diria:

“Não sei se existe o Rei que me mandou.
Minha missão será eu a esquecer,
Meu orgulho o deserto em que em mim estou....”

Os momentos passam e as imagens da noite vem. Irmãos, amigos, companheira, filhos todos são e foram importantes, essê-

cia da minha vida de lutas. No entanto, a cada um recordo uma pequena mágoa de um ocorrido, de um momento vivido. Não os guardo, apenas surgem e desaparecem, para relembrar que, se com eles tenho a razão do meu viver, com eles também tive momentos a superar. Diz o nosso poeta:

“Na ribeira deste rio
Ou na ribeira daquele,
Passam meus dias a fio,
Nada me impede, me impele,
Me dá calor ou dá frio.

Vou vendo o que o rio faz,
Quando o rio não faz nada.
Vejo os rastros que ele traz,
Numa sequência arrastada,
Do que ficou para trás”

XIII. Sociedade virtual

Mineração de dados, internet das coisas, inteligência artificial, manufatura 4.0, palavras que faziam parte do meu dia a dia. Como professor e gestor na área de inovação, dei aulas e palestras sobre o tema. Fiz parte de grupos nacionais de políticas para o setor. Visitei escritórios e empresas que eram apresentados como modelos no desenvolvimento e na aplicação das técnicas. Ficava fascinado com máquinas que falavam com máquinas, com processos que administravam bilhões, trilhões de dados.

Confesso, no entanto, que o mundo que via e descrevia tinha algo de “futurismo”. Embora concreto, não me sentia vivendo essa nova era, para mim, os modelos chaplinianos, fordista e taylorista, em que ainda havia forte interação humana, eram minha realidade. Melhor seriam os anteriores, o artesanato, o comércio medieval, por exemplo.

A economia em rede, em que era fundamental participar virtualmente, não se concretizava em minha cabeça. A ideia de exclusão, caso não se integrasse, parecia muito coerente, mas válida para os outros. Eu passaria sem muito esforço.

Conseguiria ter uma vida tranquila no modelo em que fui treinado, onde a interação humana é fundamental, onde a discussão presencial parecia ser o mais adequado. Poderíamos até fazer reuniões à distância, mas era básico articulá-las anteriormente, pre-definir o que se queria e o que se concluiria. Nada melhor que um bom almoço ou um café no final da tarde para isso. Os acordos dependiam de encontros físicos.

Veio a pandemia. O isolamento fez-se necessário. As pessoas se viram confusas, as relações humanas vão mudando.

A comunicação prescinde inclusive ao telefone. WhatsApp, Twitter e outros aplicativos de mensagem são usados. Suas características são a rapidez e o evitar de evidências de afeto e carinho que pouco ajudam. A impessoalidade sempre que possível.

Desenvolvem-se aplicativos para pedir comida, fazer compras, escutar notícias, atualizar informações e tudo que se possa imaginar. Somente com eles se consegue ter relações com o mundo.

As relações de ensino se caracterizam pelas videoconferências. E as do mundo do trabalho também. Têm que ser objetivas e diretas. Evita-se o afeto, as relações de amizade e a familiaridade íntima em prol de uma eficiência de curto prazo. Não há espaço para posicionamentos do indivíduo, para a consideração de peculiaridades pessoais.

E tudo isso tendo como suporte uma logística que se assenta nas relações de máquinas com máquinas, no aprofundamento da internet das coisas. Tudo comandado não se sabe por quem.

Não participar desse mundo é proibido. Na pandemia, ver filhos, netos e pessoas queridas, somente por meios eletrônicos. Demonstrar afeto tem tempo limitado. Viver os dias de hoje muda

nossos conceitos, nossos padrões de relacionamento. Tudo é virtual. Até ler um bom livro passa pelo *e-book*, sem poder folhear as páginas e sentir o papel e seu cheiro.

As cidades mudaram. E, após a crise do isolamento, essas tendências não serão abandonadas. Teremos que nos adequar ao chamado mundo virtual e ao distanciamento protocolar. “Mais fácil e mais cômodo.” Haverá resistência, sem dúvida. Arrumaremos maneiras de trocar afeto com amigos de longa data, mas com comedimento.

Novamente, isso será apontado como nostalgia e coisa dos velhos e saudosistas. Se nos deixarem dar um abraço aos queridos, prosejar com os amados, pode ser supérfluo, mas me contenta. Pelo menos, espero, que façam essa concessão.

XIV. O futuro e a inserção do Brasil

Eric Hobsbawm foi um dos maiores historiadores do século XX. Nas minhas aulas de História Econômica usava seus textos e com eles muito aprendia. A relatividade do tempo que os físicos nos ensinam, a partir dos ensinamentos de Einstein, mudaram o mundo, sem dúvida. No entanto, há também um tempo que podemos chamar de histórico, que deve ser melhor compreendido.

Em sua magnífica obra *Era dos extremos – O breve século XX (1914–1991)*, Hobsbawm mostra com clareza que esse período melhor define o que foi o século passado. Caracterizado por guerras, catástrofes e crises, mas, principalmente, por uma bipolaridade e um confronto ideológico permanente entre o capitalismo e o comunismo. Não se pode negar ter sido uma época de grande aceleração na dinâmica tecnológica, na urbanização, na consolidação de grandes conglomerados industriais, tudo baseado na era do petróleo barato como base industrial e no automóvel como símbolo de mobilidade.

Com a queda do Muro de Berlim e a afirmação da hegemonia americana, via-se o fim de uma era e dos fundamentos do que foi

aquele período. O mundo parecia passar a ser monopolar e as bases da concentração de capital e de renda estariam consolidadas.

No entanto, a partir dos anos 90, uma nova polaridade passa, aos poucos, a se consolidar. A China ressurge como potência mundial. E nesse processo, a questão das escalas passa a ser muito relevante. Lembro da minha época em que trabalhava com a concorrência de empresas, primeira década dos anos 2000. Sempre que se colocava a China como parâmetro de referência, discutir concentração se tornava irrelevante. As escalas de produção chinesas, na maioria dos produtos, eram inimagináveis, inatingíveis.

Nesse processo, começa-se a se configurar uma nova matriz produtiva. Não era apenas a da microeletrônica, advinda da Segunda Guerra, mas novos materiais surgem, a nanotecnologia se aprofunda, a biotecnologia passa a ser a base da agricultura moderna, novas energias vão tomando espaço, entre outros. Essa complexidade tecnológica apontava para um novo perfil, em que as cidades inteligentes, baseadas em controles e interconectividade, são idealizadas, o *home office* valorizado, em que a manufatura avançada 4.0 vai se consolidando, em que os sistemas computacionais controlam infinitos dados através do Big Data, em que a inteligência artificial aponta para a rotinização de qualquer atividade que se repita, mesmo que em número reduzido, em que as máquinas se comunicam e cresce assustadoramente a internet das coisas.

Evidentemente, se fala de tendências, não se quer dizer que desaparecem as formas anteriores de relação de produção e de trabalho. Continuarão convivendo desde o artesanato até o apertar de parafusos chapliniano-taylorista. Mas, são novas formas que vão ganhando força e tendem a ser hegemônicas no modo de produção que vai se estruturando.

Há reações a essas premissas, principalmente às técnico-políticas, desta nova era. Governos nacionais ultraconservadores surgem, começa a haver uma reação à globalização, mesmo dimi-

nuindo as produtividades dos processos, e retoma-se à guerra ideológica como fator de legitimação.

Nesse processo surge a crise sanitária oriunda do coronavírus. Uma hecatombe. Poder-se-ia perguntar se essa crise não seria o fim de um novo “século” histórico de só trinta anos. Não vejo essa tendência.

Se, por um lado, a crise alerta para problemas que poderiam advir do processo, por exemplo, da dependência quase total de um país produtor de bens estratégicos que domina mercados relevantes, ou de escalações que são grandes barreiras à entrada para qualquer outro país, concentrando a produção em um ou poucos fornecedores apenas, cada vez mais fica claro que as tendências tecnológicas deverão se aprofundar.

Novos modelos de mobilidade, cidades menos poluentes, produção agrícola cada vez mais baseada no controle da biologia, *home office*, rotinização de processos, uso da inteligência artificial e da internet das coisas, devem se aprofundar. A valorização da sustentabilidade em detrimento do crescimento a qualquer custo surge na equação. A valorização das questões ambientais passa a ser fator definidor de tendências.,

Se isso for constatado, como está sendo, uma preocupação maior pode surgir. Como se inserirão as diferentes nações no processo? Quais as apostas adequadas para evitar o fosso crescente entre os países centrais e periféricos? Vejo grande exclusão possível.

Em 2016 participei, como especialista convidado, de várias reuniões de um estudo feito pela empresa McKinsey a pedido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Propunha-se a fazer um plano para a manufatura avançada e a internet das coisas no Brasil. Trabalho de alguns anos com número muito grande de profissionais envolvidos. Os resultados podem ser vistos nos sites institucionais.

Três coisas me chamaram a atenção.

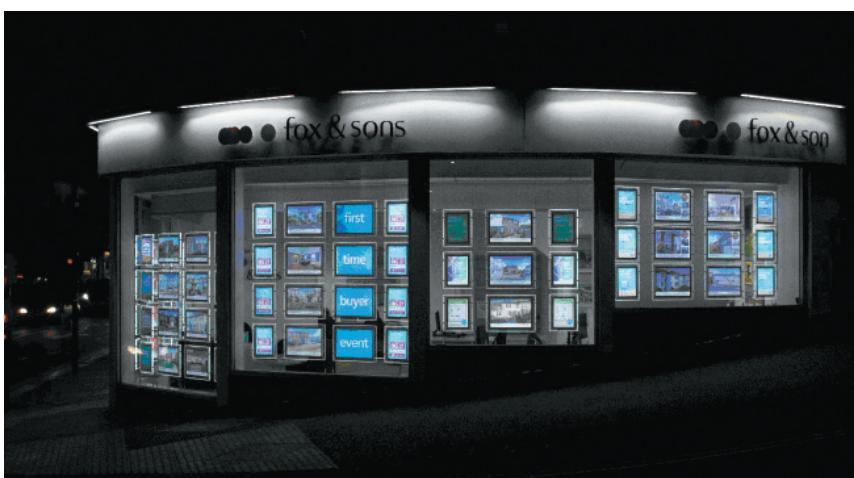
Em primeiro lugar, os investimentos feitos pelos países centrais, em particular Alemanha, China e Estados Unidos, na área. Enquanto aqui falávamos em milhões de dólares, eles falavam em bilhões, enquanto estávamos nos estudos preliminares de políticas, eles já trabalhavam no desenvolvimento de produtos e protótipos, bem como na análise dos impactos da adoção dos novos modelos, fazia três, quatro anos. As pesquisas estavam muito avançadas em muitos segmentos, uma barreira a ser superada.

Segundo, existiam grandes avanços já implementados e que exigiriam muito esforço para que pudéssemos acompanhar. É verdade que tínhamos segmentos industriais que estavam na ponta, mas eram muito mais exceções do que regra. Não havia uma estratégia coordenada com o setor produtivo para a inserção no novo padrão. A grande maioria de nosso empresariado não se preocupava com os resultados que essas mudanças poderiam trazer para seus negócios.

Terceiro, no meu entender o mais preocupante. O perfil de formação necessário para uma mudança em situação mais vantajosa, nos diferentes setores, não fazia parte das preocupações governamentais. Nós ainda falávamos muito em programadores que transpõem lógicas rotinizáveis para linguagem de máquina, sem questioná-las. O perfil profissional para essas áreas passa por profissionais com perfis diferenciados, que não só compreendam a lógica dos sistemas, mas também estejam preparados para modificá-los em suas bases conceituais e até reinventá-los. Precisam conhecer as tecnologias existentes e emergentes. Ter flexibilidade para se adequar a novas formas de produzir e de repensar as estruturas produtivas. Novas profissões vêm surgindo e não nos temos preocupado em acompanhar o processo. Demoraremos a ter esses profissionais. A grande, grande mesmo, maioria de nossa mão de obra ignora esses movimentos. Não foi preparada. A formação para o trabalho, para o novo modelo é muito reduzida.

Não podemos deixar de lado essas questões. Pós-pandemia, o mundo dos países centrais já sinalizou seus rumos. Nós ainda não nos convencemos de sua relevância. Poderemos apostar em um modelo baseado nas formas pretéritas de organização da produção e de consumo, poderemos insistir com a ingenuidade e malandragem do “jeitinho brasileiro”, poderemos acreditar no mito da criatividade exacerbada do povo brasileiro, mas, se não nos preparamos para a linguagem dos novos tempos, para os novos perfis profissionais exigidos, estaremos aumentando o fosso frente aos países desenvolvidos, dia após dia. A base está faltando e não se forma do dia para a noite.

XV. Futuro



E-LÓGICO OU I-LÓGICO?

Neste período, confinamento,
Domingo vira segunda, ou quinta,
Falam de novo normal, anormal,
Tudo vira Tecno, nova linguagem
Cada vez mais, E-lógico
Ou, quem sabe,
I-LÓGICO.

VELEIDADES LIBERTÁRIAS NO BRASIL

Lourival Holanda*

Nos primeiros tempos da colonização o Brasil mal sabe de si; e sequer traz qualquer veleidade de se desprender da Metrópole. É só bem depois de um século e alguma circulação de livros que o Brasil esboça uma imagem de si. A modernidade acentua a importância social do texto; página é espelho: lugar da projeção de si pelo viés do outro. Impossível decalcar-se, reconhecer-se, tomando-se tal qual a medida do outro: toda leitura distancia. É só na incompreensão da leitura que se dá a adesão total ao texto – e sob condição da demissão de si. Por isso o dogma confirma o crente, mas anula o leitor crítico: pede adesão, não inteligência interativa. O livro determinou um tipo de civilização: a Índia traz em seu centro certos textos, como o *Bhagavad Gita* ou o *Mahabharata*; a civilização islâmica tem no *Corão* seu núcleo central; a *Bíblia* é o eixo da cultura judaico-cristã; também a *Odisseia*, feita pela tradição grega, perfaz o caráter grego. O impasse colonial decorre daqui: ignorava a riqueza do imaginário indígena e desvia o movimento do imaginário africano, estranho e recente; sobre esse vácuo precisava erguer uma imagem de si. Ou: inventar-se a partir de elementos tomados de empréstimo a um inventário alheio.

É assim que boa parte da história da América Latina oscila entre, de um lado, a adequação – submissão e subserviência – de uma certa burguesia colonial ao projeto da Metrópole e, de outro, a

* Lourival Holanda nasceu no Sertão do Araripe. É professor titular da UFPE, membro da Academia Pernambucana de Letras e do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. Estudou Filosofia na França e doutorou-se pela USP. Publicou os livros *Fato e fábula* (Edufam, 1999) e *Sob o signo do silêncio* (Edusp, 1992). Organizou para o Itaú Cultural a coletânea *Deslocamentos críticos* e, mais recentemente, *Realidade inominada* (Cepe, 2019).

insurgência, intermitente, de um projeto libertário que, no entanto, só aparece de forma mais notável a partir da segunda metade do século XVIII. Sobretudo porque, como era escassa a circulação dos livros pelo cerceamento da censura colonial, o país não podia ter de si senão uma imagem pífia. Portanto, sem grande autoestima.

Os habitantes locais não visualizavam ainda sequer um esboço de distinção entre lá e cá. É uma característica do Império o esforço de homogeneização: em Goa, ou em Recife, tudo devendo repetir Lisboa. Ora, hoje, face às novas realidades operadas pela reviravolta das redes sociais, o sentido do *lá*, do *longe*, recebe uma outra configuração: a noção euclidiana de espaço é revertida. Portugal ou Goa estão mais próximos, se tenho um *mouse* à mão. E já não vejo aquela realidade com risco de espelhamento ou medusação – porque os modelos sociais se multiplicam. No entanto, o controle do livro, no momento colonial, permitia pouco.

E, sobretudo, pensava-se o *outro* – os índios ou os negros, naquele momento – como uma alteridade irredutível ao projeto português; exceto de modo *instrumental* – ou seja: necessários e circunstanciais; mão de obra. Não se pode pensar ainda em rejeição ou reação local a tal projeto senão apenas pelos que detinham certo acesso à hierarquia social. E estes eram, na maior parte, formados e chamados a repetir o sistema político português – num condicionamento da educação da época, quando, em todos os sentidos, contava mais fazer uso da memória que da inteligência (*Tantum scimus quantum memoria tenemus* – sabemos só o que guardamos na cabeça, era um axioma da época). No mundo eclesial isso fica claro quando pensamos no caso específico do século XVI: os estudos que dirigiam a ordem do bem pensar exigiam seguir a regra rigorosa da *ratio*, estabelecida desde 1559 e que só confirma o direcionamento da Igreja, já desde 1542, com a criação da Congregação da Santa Inquisição; no plano cívico, era preciso prudência dentro do encurrallamento da censura que se estendia ao segmento estatal. As

pesquisas do historiador Richard Morse evidenciam a importância desse direcionamento na estrutura política, jurídica e também econômica das possessões ultramarinas: a estrutura de centralização se mantém na formação política subsequente. Aí vai estar situada a radicação do poder populista, do caudilhismo e outras pragas da política latino-americana.

Portanto, logo de início temos um problema: como pode uma comunidade, como a colonial, imaginar-se *outra* se, de fato, sequer sabe o que ela mesma é? E é na produção intelectual, nos livros, que uma sociedade moderna se faz, reflete e se perfaz. A questão da identidade fica agravada pelo pensamento que elimina a consciência da diferença na fusão que força entre o mundo da metrópole e os colonos. Se, no XVI colonial, quase não se registra reivindicação local de qualquer diferença com Portugal é, sobretudo porque o Brasil não tem ainda um espelho onde ver-se, onde medir-se com o outro: os livros é que fazem essa mediação criando um distanciamento crítico entre a colônia e a Metrópole. O problema da circulação dos livros se agrava mais no Brasil pela dificuldade que Portugal cria com a censura cerrada que, não só toca a circulação do que se permite chegar ao Brasil, como também interdita que aqui se produza e edite qualquer pensamento próprio. A questão era projetar uma suposta *identidade* com a cultura da Metrópole. Hoje, já damos pouco ou nenhum crédito a esse erro de lógica que consiste em fazer uma componente – o irredutível Brasil daqui – subsumir a uma agregação imperial possível. A libido de pertencimento – o fanático de um clube de futebol, de uma região, de um credo – é uma noção mais prejudicial e primária que construtiva; sobretudo pela força de ódio com que exclui. A libido de pertencimento ainda causa maiores danos que entre os ratos.

Na realidade colonial, no entanto, não havendo circulação de livros, cuja divulgação nas Américas de cá fica proibida desde, pelo menos, as Cédulas Reais de 1531, os projetos libertários tardam ou

vêm como expressão de apenas uma parcela ínfima da sociedade: os letrados. A realidade totipotente dos novos meios ajuda a ver a dificuldade dos projetos de mudança social naquele momento. Hoje, uma pacata, mas lúcida dona de casa, na Bélgica, convoca por e-mail uns poucos à causa não separatista; em breve, uma multidão se reúne na Grand Place de Bruxelas. Ontem madame Bovary se ensimesmava, um livro à mão; hoje, uma mulher, por solidariedade, sai de si e ganha o mundo. A mudança de meios faz a mudança de mundos.

A América Latina não conhece nenhuma experiência de revolução burguesa – durante muito tempo foi uma classe desaparelhada ideologicamente para urdir um projeto de maior monta: vê surgir levantes e revoltas, que não têm o fôlego forte e largo que uma revolução requer. A indignação ou o entusiasmo carece, para surtir efeito, de mãos e mentes reunidas num ideário. Mas são poucos os que leem, raros os que discutem um programa de mudança, e menos ainda os que ousam se lançar na contracorrente dos poderes de plantão. O Brasil guardará, desde então, o estigma do retardamento no acompanhar o diálogo com o movimento intelectual que fervilha em outros quadrantes. O *Quixote* sai em 1605, quando a Espanha atravessa uma crise de desencanto com a decadência política, e a luz clara e crua de seu texto reflete, pelo realismo de suas situações populares, pungentes e picarescas, aquele momento espanhol. Já desde o ano seguinte tem-se notícia de sua leitura no Peru. A tradução em língua *vernácula* vem pela tipografia rollandiana, de Lisboa, em 1794. Agora com a *licença da mesa da comissão geral sobre o exame e censura dos livros*. Há um hiato considerável entre sua aparição em Espanha e a circulação no Brasil. As traduções, sobretudo neste momento, não independem da geopolítica das línguas: a censura as cerceia (sobretudo quando controlam as traduções e sua circulação) e, assim, não escapam ao mapeamento do poder. No 4º círculo do Inferno, Dante põe um nobre castelo onde estão isolados os escritores, poetas, intelectuais que não podem fazer circular sua

produção. Interditar a livre circulação de ideias é de fato um inferno para quem, criando, carece delas. Dante o sabia bem, ele que, na refrega com o papa Bonifácio VIII, foi punido com o exílio. A falta de interlocução é, quase sempre, letal para o artista. Sustentava o partido que pretendia conferir maior poder ao Estado, e não reforçava a pretensão papal de estender seus poderes espirituais. É uma imagem emblemática da situação do escritor e suas ideias em dias duros. Hoje, com a disseminação das redes, o espaço público não é mais um projeto, mas uma prática cotidiana. Com seus riscos, perigos e possibilidades.

Sem essa prática de um espaço de interlocução – que até então foi a leitura na página, a que hoje se acrescenta a tela do computador – essa sociabilidade democrática, como a chama o historiador François Furet, o Brasil não forja uma imagem de si. Essa interdição de deixar circular livre o livro vai ser, mais que negativa, nefasta aos interesses locais de autonomia. No entanto, no Brasil de então, as coisas não se passam com a relativa franquia das colônias hispânicas. Basta ver que a primeira tipografia no México se estabelece quase ao mesmo tempo em que, na França, já um grupo liderado por Du Bellay faz a *Defesa e Ilustração da língua francesa*, que respondia à pressão dos classicizantes constituindo um programa vernáculo: o que importava numa posição de garantia dos valores culturais veiculados pelos textos. No momento, a Portugal importa menos a defesa da língua que a defesa dos limites e das riquezas potenciais da colônia, guardados sob sigilo. Ainda aqui, um paralelo pode deixar mais evidentes as distâncias entre um tempo e outro, o colonial e o contemporâneo: a noção de *posse* muda, rápido e radicalmente. Naquele momento, a noção de capitalização e posse, passa pelo modelo de acumulação e conservação localizadas; enfim: *reserva* – na dupla acepção da palavra: os portugueses proibiam a divulgação do que era encontrado aqui. Ainda há pouco, prevalecia essa ideia quando se pensava em Biblioteca, Museu, Bolsa: reunir para con-

servar. Hoje, os novos meios libertam do antigo centralismo e prevalece a circulação rápida: capital de giro, obras acessíveis, leitura de livros alargadas em *links*. As novas tecnologias – de informática e de comunicação – organizam e possibilitam redes e mais redes. Tudo se acumula, se concentra e se permuta desde o computador. O suporte e o transporte revalorizam as coisas. As antigas acumulações convergiam para um ponto (banco, museu, biblioteca); agora, tudo, através das redes, vai e versa sobre o universal. O *próprio* da propriedade na configuração atual, é ser um bem comum.

Certamente um exemplo da política mercantilista local, ainda sob a égide do segredo, do cerceamento da informação pelo suposto risco da cobiça estrangeira, é o livro de Antonil (sintomático: o jesuíta já publica com pseudônimo, estando sob dupla censura: a civil e a religiosa) *Cultura e opulência do Brasil*: o livro é apreendido e destruído pelo governo português. Mas a nossa história cultural é muito desigual quanto a essa produção liberal. Só esporadicamente encontramos esses leitores *modernos* (se dermos ao termo o sentido de leitores que submetem o lido à dúvida, ao exame, à análise). O governo português não se empenhou em criar aqui universidades, ao modo das colônias de Espanha – que já contavam com quatro bons centros acadêmicos. Basta lembrar que a primeira tipografia aparece cedo no México, no Peru, na Argentina. Precedem em quase duzentos anos a criação da Imprensa Real no Rio de Janeiro. Mesmo assim, aqui e ali, alguns liam Rousseau, Fénelon, Hobbes, Locke – e, Adam Smith, cuja leitura favorecia um colonialismo econômico mais rendoso e menos oneroso que o puramente político e territorial. Tal leitura influiu em muito na condução dos nossos negócios públicos.

Assim, houve, com a não circulação dos livros, um vácuo, apontado por Capistrano de Abreu, como *um vazio de projeto nacional*. Como criar um projeto nacional, sem os livros que o alimentam? Daí a relativa falta de estima cívica, na primeira metade do XVIII – e vai resultar, por longo tempo de marasmo, nas insur-

gências febris dos movimentos nativistas posteriores. Os primeiros movimentos libertários, como o dos estudantes brasileiros que estudavam em Montpellier – Vidal Barbosa, Joaquim Maia e Mariano Leal – que mais tarde serão os fundadores do Movimento Mineiro, vão se apropriar do mito libertário circulando largamente na França de então. Até temos um nordestino, Frei Manuel Arruda, que estuda Medicina em Montpellier, e que, três anos antes dos mineiros, permite o prenúncio de que vêm ventos de certo pensamento crítico, cientificizante, que se instalaria aqui de modo mais eficiente, a partir de Averedo Coutinho, no Seminário de Olinda, posteriormente um celeiro de formação de um pensamento progressista. Esse leitor de Adam Smith, de Locke, de Rousseau olha as Revoluções, francesa e a americana, como possibilidade de emulação da parte do Brasil. Um pouco como Fray Servando Teresa de Mier, ainda nas Américas de cá, sonhava adaptar o modelo ianque à realidade latina. Os Estados Unidos eram uma utopia em andamento: natural que servisse de experiência modelar e de esperança de corrigir os erros da colonização espanhola, assim como os da portuguesa. (Ainda no século XIX, a democracia americana parece ainda modelar. É no século XX que esse baluarte da liberdade também instiga e protege os tiranos latino-americanos.)

Como aos nossos mineiros, não faltava generosidade social – ainda que faltasse, sim, certa lucidez com relação às estratégias políticas: a pequena parcela que lia, discutia e formava projetos emancipatórios não tinha o apoio da burguesia financeira ou política que poderia ser de capital importância para um movimento dessa envergadura. E mais – senão, sobretudo – não havia a adesão da força popular. Tal descompasso seria um dos pontos fracos dos sucessivos projetos libertários da América Latina (onde um Fidel Castro, durante a Revolução Cubana, entrando em Havana esperado e ovacionado por um milhão de cubanos foi um gesto tão exemplar quanto raro).

Há casos excepcionais bem antes que beiram limites, como o do padre Bartolomeu de las Casas, no mundo espanhol e, entre nós, o do padre Antonio Vieira. Consciências que, com custo, desposam causas locais. Las Casas faz uma defesa quase incondicional do indígena. O padre Vieira é, como ele diz, um homem *dividido*: se ele faz a defesa do índio e do negro, com relação a este fica dividido entre a *necessidade* do negro para o sistema colonial e o escândalo cristão que é a escravidão, como repete nos três sermões que prega expressamente para os *pretos*. Certo, Vieira não entende ainda qualquer veleidade de projeto brasileiro independente de Portugal, mas sua consciência crítica agudiza o dilema que as gerações seguintes tentarão resolver.

Ainda sobre a difusão difícil dos livros no Brasil, vale lembrar uma ou outra brecha aberta pelo acaso da história, como no caso do padre Manuel da Rocha Ribeiro que publicou em Lisboa, em 1758, o *Etíope resgatado*. O livro é interessante porque radicaliza as ideias do padre Vieira nos três sermões sobre os escravos. Enquanto Vieira quer humanizar as condições dos negros, que ele entende necessários ao sistema, o padre Rocha Ribeiro pede a extinção do regime escravista – sendo o primeiro brado declaradamente abolicionista no Brasil. Surpreende que o texto tenha passado pelo crivo do Santo Ofício, num primeiro momento; depois, pelo Ordinário, e por fim pela censura do Passo. Um livro radical, por certo, mas uma vez mais, uma voz isolada. Ontem a tesoura da censura o cerceou, hoje a pesquisa do período a negligenciou.

O projeto libertário se revela, em muitos momentos da história, como utopia (em sua acepção de algo que o presente inviabiliza, mas que, no entanto é enviado ao futuro como possibilidade). A concepção da liberdade para os nativos em Las Casas é um exemplo, raro naquele momento, de empatia, de mudança de trajetória ideológica norteada pela honestidade intelectual. O projeto libertário de Frei Caneca e o de Bolívar (*Carta de Jamaika*), quase simultâneos, diz de

um mesmo fervor libertário que varria o horizonte latino-americano entre os anos 20 e 30 do século XIX. Em Ayacucho, em 1824, no Peru, a batalha emblemática dos projetos libertários de nossas Américas, pode servir de referência: o general Sucre (tenente de Bolívar) vence as forças do vice-rei La Serna. Também em 1824, no Recife, Frei Caneca e sua adesão à República do Equador respondem aos anseios de Bolívar por uma pátria livre do jugo da metrópole.

A leitura entre nós da Declaração Direitos Humanos é certamente, naquele momento, um avanço. Seus entusiastas intérpretes esquecem, no entanto, de pensar as circunstâncias históricas locais que relativizam seu alcance. Toda leitura interpretativa não pode esquecer o chão a partir do qual é feita. Como os golpes do pugilista, carecem, para a força dos punhos, do equilíbrio dos pés. É preciso levar em conta a realidade social do chão cultural a partir do qual é lida. São adequadas para tais liberdades? Tomou-se a precaução de alicerçar sua legitimidade no apoio popular? Mas quem lia ali, além desses doutos arrebatados pela causa social? A Constituição da Venezuela – copiada da dos Estados Unidos – fazia Bolívar repetir Montesquieu: as leis devem ser próprias dos povos que as fazem. No plano político tanto como no cultural nossos intelectuais do século XIX repetem fórmulas felizes na experiência europeia ou ianque e que aqui, já o são menos. A importação de modelos apazigua o intelectual instado pela pressão do momento em responder a complexidade cultural. Mas, modelos e fórmulas, quando negligenciam a componente local, apenas trazem soluções epidérmicas, triviais e temporárias. E, como sua solução ilusória dispensa, no calor do entusiasmo, maior análise dos problemas reais, mais se agrava e agudiza aquilo que pretendem sanar. Nossos intelectuais e homens públicos colocaram nesse quadro seus projetos de emancipação social. A independência deve depender das condições reais para ser verdadeira. Daí os tantos impasses teóricos. Ontem e, *hélas!*, hoje. Essa classe tem, na juventude, tutores; e na maioridade, senhores.

O cuidado em salvaguardar valores da tradição latino-americana já aparece, desde cedo, em alguns pensadores como é o caso de Simon Rodrigues, de grande importância na formação de Simon Bolívar, o Libertador. Ao lado dele numa mesma largueza ideológica estão Mont'Alverne, Evaristo da Veiga e, especialmente, Hipólito da Costa Pereira, além de Frei Caneca. Trazem em comum o desejo de liberdade, a vontade de autonomia a partir das realidades locais. Já são, nesse momento, vozes que encontram um tom concorde, já menos sós, como só esteve o médico mineiro Melo Franco – morto em 1823, no mesmo ano que Hipólito da Costa Pereira – que escreve uma obra ousada *Reino da estupidez*, que a Inquisição não perdoando, prende. Se reforço aqui a *sozinhidão* (o termo é de Guimarães Rosa) de um pensamento social, ainda que lúcido e generoso, é para mostrar o ponto fraco dos projetos emancipatórios latino-americanos: falta-lhes a leitura do povo, fundamental para sua força de adesão. Hipólito da Costa Pereira já vem com o cuidado de, mais que informar, formar a opinião pública.

Anos mais tarde, fazendo um balanço da pretensa força social da literatura, José Veríssimo, no prefácio a *Estudos brasileiros* vai dizer:

“A literatura [...] é sem ação ou influência em um povo, como o nosso, que não lê e nem ao menos possui bastante desenvolvido e forte o sentir nacional para, a exemplo de outros, receber dos seus escritores e pensadores, por uma espécie de assimilação inconsciente, ensinamentos e ditames”.

Veríssimo cedo se dá conta da dificuldade de renovar um país sem essa democratização da leitura – que, em certos momentos cruciais da História, serve como elemento agregador daquilo a que chama *o sentir nacional*. Portanto, a crítica brasileira só acontece de fato muitos anos depois, com o que se convencionou chamar a Escola do Recife. No Peru também havia um movimento que aliava a crítica aos desmandos coloniais com os projetos de emancipação

política, desde o *Mercúrio peruano*, de 1791. Talvez não seja ocioso lembrar que é por esses anos que, desde Olinda, o bispo Azeredo Coutinho, reformador e representante oficial da Ilustração nos trópicos, expõe seu *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*. Outro exemplo: Eugenio Espejo publica, não sem dificuldades, *Memorias sobre el corte de Quina e Voto de un ministro togado de la audiencia de Quito*, com o objetivo de propor melhorias para a economia da região.

Com esses homens se cria uma deriva cultural que, no entanto, só vai florescer uma geração mais tarde, quando, a partir de 1836, se forma um esboço de projeto nacional autônomo. Já na entrada do século XX, Manoel Bomfim se ocupa em estudar as especificidades da sociedade e da história do continente em *A América Latina* (1905). Bomfim tem um pensamento corajoso por sua independência, quando a maior parte de seus coetâneos está impregnada pela ideologia propagada pelo evolucionismo spenceriano. Manoel Bomfim faz a crítica da leitura de Darwin aplicada à sociedade – contra a qual o próprio Darwin advertiu – evitando tomar uma analogia (o *struggle for life*) como se fosse um conceito. Fosse, e a vida social seguiria um rumo cego, sem a deriva da cultura, que pode trabalhar no sentido de um aperfeiçoamento social. Lento, é certo, mas onde *tudo é fase de metamorfose*, para dizer ainda com Guimarães Rosa. O cuidado de Bomfim é vital sempre para sanear e impedir que a reflexão se converta em reflexo da vulgata, seja ela marxista, psicanalítica ou outra.

No Recife, a chamada “Geração de 70” opunha à visão tradicional, uma ousada visada teórica mais leiga e crítica do mundo social. Sílvio Romero, em artigo na *Revista brasileira*, em 1879, fala da *prioridade de Pernambuco no movimento espiritual brasileiro*. Foi um movimento seminal e disseminador, de força crítica eficiente – aquela que, aos poucos agrega, toma depois as camadas populares, que a partir daí criam na direção proposta. Como

exemplo, temos o movimento de Gilberto Freyre, nos meados dos anos 20; o de Ariano Suassuna, desde os anos 70; e, hoje, a grande efervescência vinda da ressurgência da diversidade cultural dos quadrantes do estado de Pernambuco; como luminoso exemplo disso temos o Maracatu Nação Pernambuco: precisão nos passos, plasticidade de muita beleza e apresentando no palco a variada riqueza dos ritmos de Aliança, de Nazaré da Mata, do frevo. Isso é, certamente, continuidade e criação do poder popular, na memória em movimento de Freyre ou Suassuna. (Claro: com esses movimentos muita coisa espúria, não genuína, passa, e por puro oportunismo, mas que o tempo se ocupa em depurar.)

Uma parte considerável dos intelectuais e pensadores políticos do século XIX traz ainda, e de modo marcante, o sinal da dependência: seja ela teórica, em alguns casos, seja tecnológica. Na falta de um pensamento local mais independente, eles serão os que tomam como referência aos Estados Unidos ou a Europa: mais *gerenciais* (Darcy Ribeiro) para quem importa importar açúcar, café – os bens tropicais, os metais preciosos, para responder uma demanda alheia real e a uma modernização simbólica. Entre o pão e aço, como será o desafio e o desastre da economia brasileira desde os anos 70, optou-se por um parque industrial reluzente – o campo, a caatinga nordestina, ou mineira, entregues ao pardo da má consciência nacional. Mais gerenciais que libertários esses políticos seguem a tradição incrustada na cultura brasileira. Os Planos Diretores se repetem e repetem sua tara: a falta de participação efetiva, que o voto mascara mal. É ainda a adequação das velhas forças conservadoras ao neocolonialismo que ainda rege boa parte da nossa elite intelectual e política. O pensamento de Darcy Ribeiro estende ao Brasil a reflexão dura que sobre as colônias fez a crítica crua de Juan Bautista Alberdi: formamos homens estranhos à sua própria cultura, desconhecendo sua realidade e, consequentemente, inábeis para qualquer tarefa de emancipação real do povo. *La instrucción*

superior en nuestras repúblicas no fue menos estéril e inadecuada a nuestras necesidades. Qué han sido nuestros institutos y universidades de Sudamérica sino fábricas de charlatanismo, de ociosidad y de presunción titulada? Entre nós, a mesma constatação faz Sérgio Buarque, no já clássico *Raízes do Brasil*.

Num primeiro momento tal empreendimento parece projeto renovador – porque modernizador, tecnológico-científico; mas, é doutrinador: prepara, e sorrateiramente arregimenta as novas inteligências para o mercado exterior. Um proletariado externo dos países ricos, para conforto deles. Projeto civilizador? Não: repressor ainda. Ontem reprimia o negro, o índio por *bárbaros*; e o mestiço: duplamente bárbaro. (Embora, na experiência mexicana o *criollo* fosse aquele remanescente colonial que teimava em manter, com os laços coloniais, os privilégios. Porque, se o poder político e militar estava em mãos dos espanhóis, o poder do comércio estava com os *criollos*.) Entre nós, por muito tempo valeu o vezo nobiliárquico. O orgulho de sangue, quando o de caráter era matéria rara. Antonio José Vitorino Borges da Fonseca dá a público sua *Nobiliarquia pernambucana*: na mesma direção dos *criollos*, cá também se difundia uma legitimação do poder pelo viés do mérito alheio – dos antepassados. E era preciso desjudaizar as origens (origens são sempre supostas, um começo demarcado por um arbítrio), como a *Nobiliarquia* que faz publicar em Roma o Conde de Barcelos. Com ironia resguardada diz à socapas Frei Joseph Queiroz (4º bispo do Grão Pará): porque muita fidalguia descendia de Rui Capão... O *orgulho de ser nordestino* hoje é pensar o contemporâneo enquanto tradição, fusão e continuidade cultural.

As nobiliarquias pretendiam criar uma prosápia, um passado de linhagem propriamente brasileira. No entanto, sempre houve um patriarcado movendo a Independência precoce; interesses de classe, mais que nativismo. No Rio, 1794; na Bahia, quatro anos depois, 1798; entre nós, 1801. Orgulhos feridos na recolonização da Corte.

O ponto fraco sendo sempre o mesmo: as *correntes ilustradas* não ganharam os que podiam promover a emancipação política – os senhores de terra e a alta burocracia. Prevalecem os acadêmicos, os de zelo genealógico, das linhagens – a prosápia. Daí a palavra severa de Frei Caneca: a nobreza *vaidade pueril, sem formar corpo*. O que resultava dessa atitude não poderia ser diverso: o gosto verboso; o individualismo; a consequente amoralização; a mania genealógica, a heráldica; o bacharelismo. Em 1757, Dom Domingos de Loretto Couto, monge beneditino em Olinda, publica um livro que se singulariza já pela defesa do índio na formação do povo brasileiro: *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*— que agradava a Capistrano de Abreu pelo indianismo ali propalado, sobretudo pela sua irreduzibilidade à cultura europeia. Em 1755, dois anos antes, portanto, Pombal decretou livres os caboclos – e começou a moda de fazer-se descendente dos indígenas. Era, de certa forma, uma reação à *nobiliarquia* de Borges da Fonseca. Mudados os tempos, mudam-se também as reivindicações. Findo o tempo do Pai, configurado na imagem da autoridade metropolitana que se põe enquanto modelo, começa a assunção do Filho – uma sociedade que assume seus valores, com distanciamento e empenho nos valores locais e contemporâneos. A função do *corregedor*, fiscal da distribuição da justiça ainda colonial, os tempos atuais propõem o alargamento dos *possíveis* – e não há como morigerar sobre as *possibilidades*.

Loreto Couto não tem a largueza de vistas de um Las Casas. Ou sequer a força de um Vieira – para quem, mesmo assim, o índio só é visto porque englobado no projeto colonial português. Vieira traduz o ponto fraco da modernidade europeia: pensar o outro a partir de si, de casa – que então se universaliza e se totaliza. Daí a coerência de dentro da gramática do poder: a *redução* dos índios; seu *descimento*. (O étimo é ótimo em sua clareza porquanto dá, na língua de origem, as possibilidades semânticas orientadoras: revela no *reduceretanto* o reconduzir, tirar de seu espaço cultural – o

descimento – como o trazer para si: medi-lo com meu padrão; daí o consequente *subjugar*; aqui a *redução* dos índios indica a retração mental do colonizador: quando a alteridade é grande, quando não consigo entender o outro, procuro reduzi-lo a mim. Fenômeno que sofremos em todo gesto racista: o entendimento real do outro ultrapassa meu espaço mental – que resulta, portanto, em solução de rejeição.) Vieira corrige o sistema, mas não o rejeita. É só depois que cai em desgraça, junto à Corte e vai para o Maranhão, em 1652, que ele se dilacera internamente e vê melhor a questão indígena. Não antes. Certamente por isso Capistrano de Abreu diz dele: um diplomata ambicioso convertido em missionário sincero.

Algumas vezes algumas vozes se levantam a partir do ponto de escuta local, como as *Cartas mexicanas* do padre Moxó. Tempos depois, o texto de Loreto Couto vai na mesma direção: a da reabilitação do elemento autóctone. O texto do pernambucano precede, no entanto, o do mexicano Francisco Clavijero, *História antigua de México* (1780). As circunstâncias de um mau momento histórico findaram favorecendo o mexicano: depois da expulsão dos jesuítas, em 1767, Roma acolhe mitos de seus cronistas, críticos e demais estudiosos das coisas de nossas Américas. É o começo de um alargamento da consciência emancipatória dos que se ocupavam com um pensamento extramuros claustrais ou dos gabinetes, vendo a rua. Nos meados do século XIX, talvez mesmo em 1857, *los liberales* mexicanos tenham precedido os nossos de 1870, especialmente os da Escola do Recife, e indo além de seus limites, com Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, Tobias Barreto. Já a partir daqui há uma preocupação em fundar uma escola popular, como a de Escada, e com a divulgação do saber como instrumento emancipatório – cujo *desideratum* é já o ideal de uma democratização da leitura.

Só no começo do século XX alguns intelectuais, tais como Manoel Bomfim, redefinem um programa mais sintonizado com as reais necessidades do Brasil. Nem sangue nem solo: são as estru-

turas sociais que presidem e que definem as elites e suas crises. A crença de Bomfim na educação é partilhada por muitos intelectuais, desde Sílvio Romero a Euclides da Cunha: a esperança de que, nos caminhos atrozmente abertos pelos soldados republicanos no esquecido mundo do sertão, viesse enfim o mestre-escola.

A palavra de ordem de todo regime autoritário atenta contra a independência intelectual. Durante muito tempo a escola deu mais prova de memória que de inteligência. Isso era claramente um reflexo de uma visão social de supostas certezas, que inviabilizava as dúvidas. Hoje, despertamos aos poucos da letargia dogmática. E, se falamos do nefasto afastamento dos livros na Colônia de ontem, urge estar atento à colonização mental do apego às teorias em voga. As estruturas mais fecundas nascem é dos pequenos desvios, das bifurcações, das mutações. Os meios uniformes são sem energia. A segregação, a exclusão, o fechamento sobre si, o medo do outro, engendram a esclerose, a regressão – e, a longo termo, a morte intelectual. Ou, e não menos letal como prática intelectual, essa esquizofrenia feliz de quem se crê dono de uma verdade, inda que departamental.

No momento cultural contemporâneo percebe-se uma retomada, em diversos setores, de uma busca identitária que, sem repetir ou negar os projetos anteriores, assinale um projeto mais igualitário para nossas Américas. (Há, no entanto, aqui e ali, figuras como a de Hugo Chávez, com pretensões a ser Simon Bolívar: macaquear um leão é ainda ser macaco, não leão.) É, portanto, um passo, não pequeno, o que vai da assimilação ideológica anterior a um socialismo crítico e criador, necessário ao presente nacional como contraponto ao desencanto político que ameaça desagregar as forças dos mais jovens numa indiferença aos projetos sociais – a forma mais deletéria de renúncia é, certamente, a passividade a que pode levar à enxurrada de espetáculos com que a mídia subtrai a capacidade de indignação e reflexão. Não podemos perder o norte: ontem, no Peru, simbolizada pela batalha de Ayacucho em 1824; ou no Re-

cife, ainda em 1824, quando o Leão do Norte se impunha, bravo – e com o heroísmo mais exemplar que efetivo dos grandes gestos sem o agregador social, na figura de Frei Caneca: não se espera que um grito dure, mas que seja ouvido; e desperte, na dormência social, o potencial da memória fecunda. Porque a memória histórica pode ainda e sempre ser guia; como o presente é, seguramente, uma arena aberta aos possíveis; mas o futuro, o futuro, é preciso que ele seja um desejo, uma aspiração da grande maioria de uma comunidade.

Referências bibliográficas

- Alberdi, Juan Bautista. *Grandes y pequeños hombres del Plata*. Buenos Aires: Depalma, 1964, p. 31.
- Benjamin, W. *Sobre o conceito de história*. Obras escolhidas. Tradução de S.P. Rouannet. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- Dray, William. *Philosophical analysis & history*. New York: [s.n.], (1966).
- Duby, G. “História social e ideologia das sociedades”. In: *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1995.
- Einsentien, Elizabeth L. “Some conjectures about the impact of printing on Gagnebin, Jeanne Marie”. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. São Paulo: Imago, 1997.
- Ginzburg, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1983.
- Holanda, Lourival. *Fato e fábula*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.
- Holanda, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio: José Olympio, 1987.
- Konetzke, Richard. *América latina. II: Época colonial*. Madri: Ed. Siglo XXI, 1972, p. 314.
- Souza Santos, Boaventura. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio: Graal, 1989.
- “WESTERN society and thought: a preliminary rapport”. In: *Journal of Modern History*, mar-dec, 1968.
- White, Hayden. *Meta-história*, São Paulo: Edusp, 1992.

O ATALHO TORTUOSO DO NORDESTE¹

Sérgio C. Buarque*

Introdução

As desigualdades regionais estão fora da pauta de discussão e negociação política no Brasil, embora persistam com um grave desequilíbrio econômico e social do país. Particularmente o Nordeste continua como a região de mais baixos indicadores sociais do Brasil e com grandes estrangulamentos econômicos, demonstrando a necessidade e, ao mesmo tempo, o fracasso das políticas de desenvolvimento regional das últimas décadas. A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) sobreviveu ao longo das décadas e acaba de produzir o Plano Regional de Desenvolvimento Regional do Nordeste, conseguindo mobilizar os governos estaduais da região, numa tentativa heroica de influenciar as decisões do governo federal. Os resultados são incertos mas o Plano tem o grande mérito de escapar da armadilha das políticas compensatórias e apostar numa estratégia de inovação que reverta a histórica desigualdade de competitividade econômica do Nordeste.

* Economista com mestrado em sociologia, consultor em planejamento estratégico e construção de cenários, desenvolvimento regional e local. Professor (aposentado) da Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco, da UPE. É autor do livro *Construindo o desenvolvimento local sustentável – metodologia de planejamento* (Editora Garamond, 2004). É também membro do Conselho Editorial da Revista *Será?*, articulista do *Jornal do Commercio* e seminarista do Seminário de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco.

¹ O artigo revê, atualiza e complementa a análise realizada em artigo publicado na revista *Será?* com título “O Nordeste mudou mas continua no mesmo lugar” (02/03/2019) e no capítulo “O planejador Celso Furtado”. – In: *Celso Furtado – Desvelador da realidade nordestina*, Recife: Editora Massangana, 2017.

Persistência do atraso e da pobreza

Ao longo de décadas de políticas regionais, o Nordeste mudou bastante, diversificou sua base produtiva, integrou-se à economia nacional, urbanizou-se e se modernizou, e apresentou avanço em quase todos os indicadores sociais. No entanto, o Nordeste continua no mesmo lugar, com a mesma defasagem econômica e com a mesma diferença de qualidade de vida em relação à média nacional (mais ainda, em relação às regiões Sul e Sudeste). Talvez a região tivesse perdido posição no cenário nacional se não fossem essas políticas que não foram capazes de promover uma efetiva convergência regional. O semiárido não afunda mais na fome e na miséria a cada período de seca graças a diferentes mecanismos de distribuição de renda (e de água), mas continua com os mesmos estrangulamentos e a mesma vulnerabilidade climática.

O resultado final das políticas é muito modesto e o Nordeste continua com os piores indicadores econômicos e sociais do Brasil, a começar pela participação da região na economia brasileira. Foram necessários 60 anos para que a participação do Nordeste no PIB do Brasil subisse de 11%, em 1959, para cerca de 14,5%, em 2017. Mesmo assim, no período 1990 a 2017, o PIB do Nordeste apresentou uma média de 13% de participação no PIB nacional, com elevação mais consistente nos anos recentes (ver gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução da Participação do Nordeste no PIB do Brasil – 1990/2010 (%)



Fonte: IPEADATA/IBGE

O PIB per capita da região continua flutuando, por décadas, em torno de 50% da média nacional², apesar da população nordestina ter reduzido sua participação no total da população brasileira, passando de 31,6%, 1960, para 27,6%, em 2017. De acordo com Guilherme Resende, mantidos os diferenciais recentes de crescimento econômico do Nordeste (ligeiramente acima da média nacional), serão necessários cerca de 50 anos mais para que o PIB per capita regional alcance 75% da média brasileira (citado por Monteiro Neto, 2017).

Em quase todos os indicadores sociais, o Nordeste continua abaixo ou, mesmo, muito abaixo da média brasileira. A região tem 24,4% da população em situação de pobreza, o que representa metade dos pobres do Brasil; na média nacional, a taxa de pobreza chega a 12,4%, caindo para apenas 6,5% no Sudeste (IBGE, 2019). Por isso, pouco mais de sete milhões de nordestinos recebem o benefício do programa Bolsa Família, o que representa cerca de 53,8% do total dos beneficiários distribuídos no Brasil. Além do programa Bolsa Família, 1,6 milhões de nordestinos recebem o BPC (Benefício de Prestação Continuada), equivalente a 33,8% dos beneficiários no país.

O Nordeste tem também a mais alta taxa de analfabetismo das macrorregiões, com 13,9% da população de 15 anos e mais, o que representa mais que o dobro da média nacional (6,6%) e mais de quatro vezes acima da taxa do Sudeste (3,3%). São cerca de 6,2 milhões de pessoas analfabetas, que representam 56,2% dos brasileiros que não conseguem ler e escrever (PNAD, 2019). O analfabetismo funcional alcançou 26,6% da população de 25 anos e mais, muito acima dos 17,1% da média nacional. O nível de escolaridade da região está também abaixo da média nacional e, principalmente, do Sudeste: 8,5 anos contra 9,7 da média brasileira e 10,3 do Sudeste.

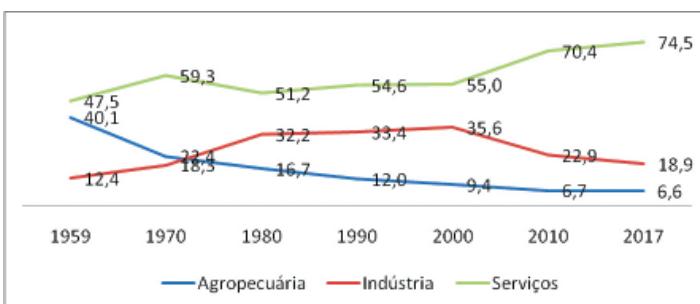
² No GTDN, Celso Furtado O GTDN estimou que, em 1956, a renda per capita do Nordeste (não o PIB per capita) representava apenas 42,85% da média do Brasil.

Modernização

Embora persista a defasagem regional em praticamente todas as variáveis e indicadores, não há dúvida que o Nordeste passou por mudanças importantes, incluindo a modernização de algumas atividades econômicas, incluindo uma acelerada urbanização. O Nordeste de 2020 é uma região com uma economia moderna – indústria diversificada e agropecuária avançada no cerrado e em áreas de irrigação – integrada à economia nacional e com relações com o mundo global, convivendo com a vulnerabilidade histórica do semiárido, elevada pobreza e desigualdades sociais.

A industrialização pretendida pelos formuladores das políticas regionais, a começar por Celso Furtado, foi significativa e acompanhada da integração à cadeia produtiva e ao mercado nacional de bens e serviços, com peso relevante dos bens intermediários. De 1959 a 2017, a participação da indústria no Valor Adicionado Bruto (VAB) da região, passou de 12,4% para 18,9%, mesmo com uma tendência declinante desde 2000, por conta da expansão do setor Serviços (ver gráfico 2). No mesmo período, o setor agropecuário registrou um movimento continuado de queda da sua participação relativa no VAB; em 1959, a agropecuária contribuía com 40,1% do VAB, tendo declinado para apenas 6,6% em 2017.

Gráfico 2 – Evolução da Estrutura Produtiva do Nordeste – % dos Setores no VAB – 1959/2017



Fonte: IPEADATA com base em dados do IBGE.

Esse declínio relativo da agropecuária coincide, contudo, com a mais importante modernização da economia nordestina decorrente da expansão da fronteira agrícola para os cerrados da região, particularmente na Bahia, no Piauí e no Maranhão. Dados do Censo Agropecuário mostram que o Nordeste utilizou 2,88 milhões de hectares no plantio de soja (9,4% de toda área cultivada no Brasil com o produto) e com uma produtividade elevada, embora abaixo da média nacional (3,1 toneladas por hectare contra 3,4 toneladas por hectare da média da produção brasileira). Essa expansão da fronteira foi ocupada, basicamente, por agropecuaristas do Sul do Brasil que traziam tecnologia e capacidade empreendedora.

O Semiárido nordestino também mudou. Continua com presença forte da agropecuária de subsistência e baixa produtividade, com algumas ilhas de modernidade baseada na irrigação e com urbanização sustentada por transferências de renda. Nas últimas seis décadas, a população do Semiárido nordestino quase dobrou, passando de 12 milhões de habitantes, em 1959, para 21,3 milhões em 2010. O fenômeno mais corrente tem sido a migração do campo para as cidades, dentro da própria região, e não para as áreas úmidas do *hinterland* maranhense (como pensava Celso Furtado)³, resultado do efeito combinado de desestruturação da base produtiva tradicional (complexo pecuária-algodão), das secas e da ampliação das políticas públicas e instrumentos de assistência social. Cerca de 41,4% das famílias do Semiárido estão recebendo benefício da Bolsa Família, de acordo com o Ministério da Cidadania, evidenciando a dependência da região das transferências de assistência social. Em todo caso, houve uma modernização da agropecuária do Semiárido concentrada nas áreas irrigadas, especialmente na Bahia, no Ceará e em Pernambuco. Atualmente, o Nordeste tem 1,26 bilhões de hectares irrigados,

³ “Uma economia de mais alta produtividade, na caatinga, não será compatível com uma grande densidade demográfica. Assim, a reorganização da economia da caatinga criará excedentes populacionais que deverão ser absorvidos alhures” (Furtado, 2009b, pág. 45).

cerca de 18,8% de toda a área irrigada do Brasil, salto excepcional do que tinha em 1960 (apenas 51,77 hectares com irrigação)⁴.

Atalho fracassado

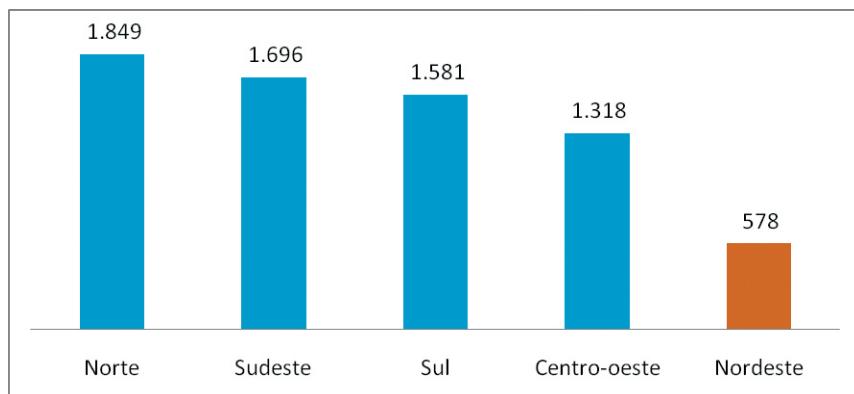
Na prática, ao longo das décadas, a política de desenvolvimento do Nordeste se sustentou em programas e instrumentos de caráter compensatório dos elevados níveis de pobreza e da reduzida competitividade sistêmica da economia que afastava investimentos de capital: a transferência de renda, por meio de diferentes mecanismos e programas, e incentivos fiscais e financeiros, com destaque para o crédito subsidiado. Esses instrumentos foram muito importantes para permitir que a região, ao menos, acompanhasse o movimento da economia brasileira e moderasse a pobreza. Pelo que se observa da realidade nordestina, contudo, esses pilares da política regional foram claramente insuficientes para promover um efetivo desenvolvimento da região e uma rápida e consistente convergência econômica e social com a média nacional. Mais ainda porque, depois de 60 anos de execução, o Nordeste continua dependente desses instrumentos compensatórios que têm possibilitado apenas acompanhar, à distância, o desempenho da economia e dos indicadores sociais do Brasil.

Em relação aos incentivos fiscais é importante considerar, no entanto, que o Nordeste não é a única região, nem sequer a que concentra o maior volume de renúncia fiscal no Brasil. Estudo realizado pelo deputado Raul Henry mostra que, em 2018, o Nordeste foi beneficiado com R\$ 32,8 bilhões de renúncia fiscal, que correspondem a apenas 11,6% do total, menos de um quarto do que favoreceu o Sudeste no mesmo ano (aproximadamente R\$ 148,76 bilhões). Os incentivos estritamente regionais – fiscais e financeiros – que bene-

⁴ Embora parte da área irrigada da Bahia, que tem 32,3% de todo o Nordeste, se situe nos cerrados, os três Estados juntos (Ceará e Pernambuco sem cerrado) representam 40% da área total irrigada na região.

ficiam o Nordeste representam apenas 3,9% da renúncia fiscal do Brasil. O Nordeste tem a menor renúncia fiscal per capita de todas as macrorregiões, com apenas R\$ 578,00 por habitante, contra R\$ 1.696,00 do Sudeste, quase três vezes a renúncia per capita do Nordeste (ver gráfico 3).

Gráfico 3 – Renúncia fiscal per capita da União por Macrorregião – valores em reais – 2018



Fonte: Henry, Raul – apresentação “Um voo panorâmico sobre o Nordeste” – baseado em dados da Receita Federal e IBGE, 2018.

Se os incentivos fiscais servem apenas para compensar a persistente defasagem da competitividade do Nordeste, os programas sociais são importantes para moderar a miséria social, mas não promovem desenvolvimento, nem sequer enfrentam a pobreza. Ambos vão continuar indispensáveis ao Nordeste enquanto não houver uma reversão da sua baixa competitividade sistêmica. E como a pobreza continua alta, os gastos com assistência social ainda são maiores do que o financiamento de investimentos produtivos, a transferência de renda superando o investimento que gera renda. Os dois principais instrumentos de assistência social do Brasil – Bolsa Família e BPC (Benefício de Prestação Continuada) distribuíram juntos, em 2019, cerca de R\$ 34,9 bilhões no Nordeste (cerca de 4% do PIB nordestino), muito acima do que os R\$ 20 bilhões de financiamento

do Banco do Nordeste por meio do FNE (Fundo Constitucional do Nordeste), segundo dados do banco.

Os mecanismos de compensação das fragilidades do Nordeste funcionam como um atalho de baixa eficácia que, embora necessários diante da defasagem econômica e da concentração de pobreza, não ajudam a destravar o desenvolvimento regional. Seria pior sem eles? Claro. Mas, como todo atalho (ou gambiarra), adia ou mesmo distrai a atenção para a definição e implantação de uma estratégia que ataque as causas e não se limite a compensar os efeitos.

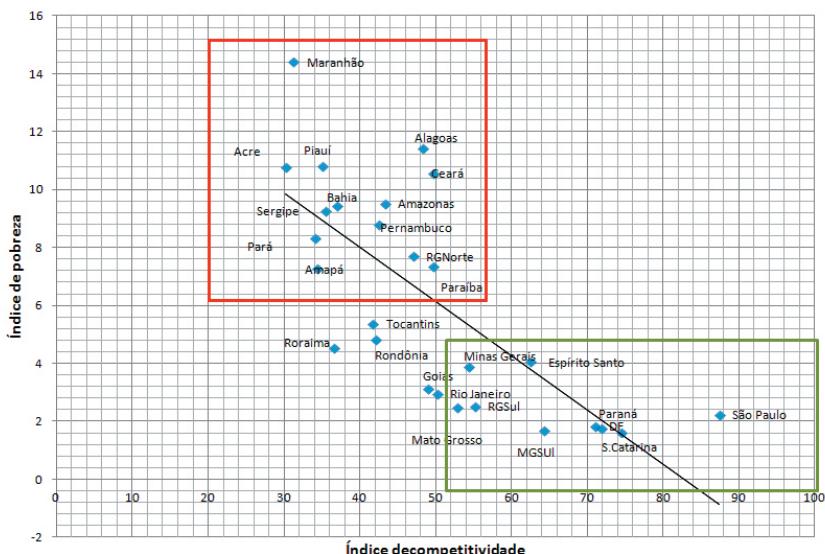
Competitividade e pobreza

O grande estrangulamento do Nordeste é a *enorme defasagem de competitividade sistêmica da região* em relação à média nacional, causa estrutural do atraso e da persistência da desigualdade regional. O gráfico 4 mostra uma correlação direta entre a *competitividade sistêmica*⁵ e o *índice de pobreza*⁶ dos estados do Brasil: quanto maior a competitividade, menor o índice de pobreza e, vice-versa, a pobreza cresce na medida em que a competitividade cai. Seguramente se trata de uma a determinação do primeiro sobre o segundo, vale dizer, a baixa competitividade sistêmica da região – baixo nível e qualidade da educação, deficiência de qualificação profissional, limitada inovação e restrições da infraestrutura de transporte e comunicação – inibe os investimentos produtivos que geram emprego e renda sem necessidade de incentivos fiscais e financeiros.

⁵ Índice produzido pelo Centro de Liderança Pública/The Economist – Inteligence Unit combinando um conjunto de 10 pilares (incluindo educação, capital humano, inovação e infraestrutura), desdobrados em 73 indicadores que expressam o diferencial de competitividade sistêmica dos Estados.

⁶ Proporção de pessoas com renda domiciliar percapita de até R\$ 140,00 (preços de 2010).

Gráfico 4 – Competitividade sistêmica e pobreza dos Estados do Brasil



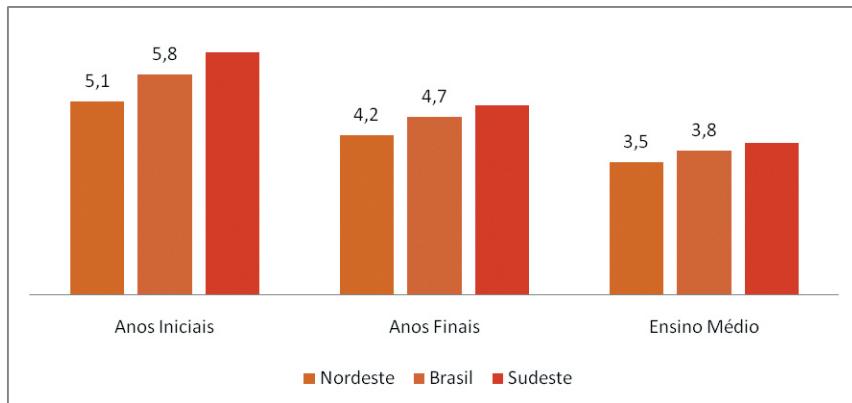
Fonte: Elaborada pelo autor com dados do CPL/The Economist (www.clp.org.br) e do IBGE/PNAD.

De acordo com a distribuição dos estados na correlação, fica patente a desvantagem do Nordeste, que tem competitividade baixa e pobreza alta, enquanto os estados do Sul e do Sudeste têm alta competitividade e baixa pobreza. Nenhum estado do Nordeste está entre os dez de mais alta competitividade e, ao mesmo tempo, concentram as mais altas taxas de pobreza (em anos anteriores, pelo menos um estado do Nordeste aparecia em décimo lugar no ranking).

Nas principais variáveis determinantes da competitividade sistêmica – Educação, Qualificação Técnica e Profissional, Inovação e Estrutura de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Infraestrutura – o Nordeste está sempre atrás das regiões Sul e Sudeste, e mesmo, do Centro-Oeste. Na educação, como já foi visto, o Nordeste continua com o mais alto índice de analfabetismo e analfabetismo funcional e nível de escolaridade inferior à média nacional. Além disso, a qualidade do ensino da região está abaixo de todas as outras regiões, embora alguns estados tenham apresentando me-

lhoras relevantes (Ceará, no Ensino Fundamental e Pernambuco, no Ensino Médio). O Nordeste tem nota do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) abaixo da média do Brasil e muito abaixo do Sudeste, no três níveis de ensino (dados de 2017 do Inep): no Fundamental 1, o Nordeste alcançou 5,1, quando a média nacional foi 5,8 e a nota do Sudeste 6,4; no Fundamental 2, as notas foram 4,2, 4,7 e 5,0, respectivamente; e para o Ensino Médio, a nota do Nordeste foi apenas 3,5, contra 3,8 da média brasileira e 4,0 do Sudeste (ver gráfico 5).

Gráfico 5 – Notas do Ideb do Brasil, Nordeste e Sudeste nos três níveis de ensino – 2017



Fonte: MEC/INEP

O desempenho do Nordeste é sofrível quando se analisa a proficiência⁷ dos estudantes em português e, principalmente, em matemática. Na 5^a e 9^a séries do Ensino Fundamental, todos os estados do Nordeste, exceto Ceará, tiveram desempenho inferior à média do Brasil que está muito longe de ter uma proficiência adequada. Na 5^a série, o percentual de estudantes brasileiros com proficiência em português foi de 56%, e em matemática, apenas 44%;

⁷ Proficiência avaliada como leitura adequada e competência para resolução de problemas de matemática adequados às respectivas séries.

na 9^a série esses percentuais foram 34% em português e apenas 15% com aprendizado adequado em matemática (www.qedu.org.br). No Ensino Médio, porta de entrada para o mercado de trabalho e para as universidades, todos os estados do Nordeste apresentaram nível de conhecimento insuficiente em português e em matemática. O baixo desempenho escolar da população compromete gravemente a capacidade de qualificação profissional dos nordestinos, fator decisivo da competitividade e da produtividade.

No sistema de inovação, o Nordeste teve um dos melhores desempenhos, com a ampliação das universidades e institutos de pesquisa e elevação do número de pesquisadores ativos, tendo, registrando, inclusive, uma maior participação no total de pesquisadores do Brasil. Em 2016, cerca de 20,1% dos pesquisadores ativos do Brasil estavam no Nordeste, mesmo assim, menos da metade do Sudeste (41,2%) e um pouco abaixo da região Sul. Quando se avalia o número de pesquisadores por milhão de habitantes, o Nordeste tem o pior desempenho entre as macrorregiões brasileiras: apenas 796 pesquisadores por milhão de habitantes, em 2016, quase a metade do apresentado pela região Sul, com 1.578 pesquisadores por milhão de habitantes.

A postura inovadora das empresas do Nordeste não é inferior à média nacional – 34% das empresas extractivas e industriais da região teriam realizado algum tipo de inovação de processo ou produto de serviços – e está acima do Sudeste, mas com predomínio de simples aquisição de máquinas e equipamentos (IBGE/Pintec, 2017). Quando se analisa o tipo de inovação, apenas 4,5% das empresas industriais do Nordeste realizaram atividades internas de pesquisa, contra 12,2% do Sudeste.

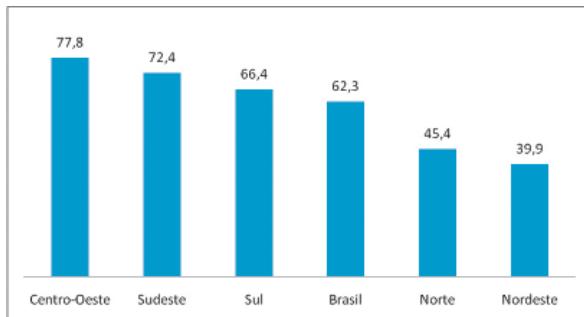
O Nordeste também tem desvantagem na extensão e qualidade da infraestrutura, embora tenha experimentado, nas últimas décadas, uma verdadeira revolução nas telecomunicações. Se, em 1959, telefone era uma peça rara nos domicílios, atualmente, 69,1%

dos domicílios nordestinos têm internet, percentual mais baixo de todas as macrorregiões (no Brasil, o percentual chega a 79,1% e no Sudeste, a 84,8% dos domicílios). Em todo caso, ainda existe um grande vazio na malha de *backbones* e infovias da região.

A qualidade das rodovias nordestinas é predominantemente ruim. Em 2019, cerca de 26,8% das rodovias do Nordeste tinham qualidade péssima ou ruim, pior que a média nacional, com 24,4% nessa classificação, e bem mais deteriorada que as do Sudeste (apenas 19,9% de ruim e péssima). As rodovias classificadas como boas e ótimas no Nordeste eram 40,8% do total, pouco abaixo da média nacional (41%) e mais ainda do Sudeste, com 52,5% na categoria. O Nordeste tinha apenas 8,5% das rodovias em ótimo estado de conservação, muito abaixo dos 25,6% do Sudeste (CNT, 2019).

Além da defasagem da competitividade sistêmica, o Nordeste tem também um nível de produtividade das atividades produtivas inferior às outras macrorregiões, dificultando competir nos mercados nacional e internacional. Em 2017, a produtividade do trabalho VAB (Valor Agregado Bruto, por pessoal ocupado) alcançou apenas R\$ 39,90 mil por pessoa ocupada, cerca de 1,8 vezes menos que a produtividade do Sudeste e 1,5 vezes menos que média nacional (ver gráfico 6).

Gráfico 6 – Produtividade do trabalho do Brasil e das macrorregiões
(R\$ do VAB/mil pessoas ocupadas) – 2017



Fonte: IBGE – PNAD contínua e Sistema de Contas Regionais.

Essa fragilidade do Nordeste diante da concorrência nacional e internacional tende, contudo, a se agravar no futuro, por conta da onda de inovação que acompanha a irradiação da Indústria 4.0, que acelera a produtividade e eleva, de forma significativa, as exigências de qualificação profissional dos trabalhadores. O Nordeste, com baixo nível de qualificação profissional e educacional, está completamente despreparado para as mudanças que vão acompanhar o novo paradigma tecnológico nas próximas décadas.

Enquanto o Nordeste se mantiver com nível baixo de competitividade sistêmica e também de produtividade das atividades produtivas, os incentivos fiscais e os subsídios creditícios e as políticas de transferência de renda vão conseguir, no máximo, que a região acompanhe o ritmo econômico e a melhoria dos indicadores sociais do país. O desenvolvimento do Nordeste e a redução da defasagem regional serão possíveis apenas quando a competitividade sistêmica da região se aproxime da média nacional e das regiões mais desenvolvidas.

A nova estratégia

O grande desafio do Nordeste, determinante do atraso econômico e da pobreza, é a defasagem da competitividade sistêmica, complementada pela baixa produtividade das empresas. Desta forma, uma estratégia de desenvolvimento do Nordeste deve ter como *grande prioridade o investimento em larga escala nos fatores de competitividade*: i) educação; ii) qualificação técnica e profissional; iii) inovação; iv) infraestrutura, incluindo infraestrutura hídrica. Essa estratégia pressupõe um investimento diferenciado da União na região nordestina, complementando o esforço dos governos estaduais, para avançar nos fatores de competitividade num ritmo e numa escala superior à média nacional e dos estados mais desenvolvidos.

Ao longo das próximas décadas, a principal meta de desenvolvimento do Nordeste deve ser a *convergência regional dos níveis de*

competitividade e da produtividade (do Nordeste em relação às regiões desenvolvidas). Sem descuidar, evidentemente, da conservação ambiental e da ampliação dos serviços públicos de qualidade para convergência dos indicadores sociais. Se bem-sucedida, no médio e longo prazos, o Nordeste pode prescindir de incentivos fiscais e financeiros e reduzir a necessidade de transferência de renda para proteger a população pobre. É um caminho direto e sem atalhos e que, por outro lado, demanda tempo para amadurecer e dar resultados consistentes no aumento da competitividade e da produtividade, no crescimento econômico, na geração de emprego de qualidade e da renda de modo a reduzir a pobreza e as vulnerabilidades sociais.

Referências bibliográficas

Agência Nacional de Águas (ana). *Atlas irrigação: uso da água na agricultura irrigada*. Brasília: Ana, 2017.

Buarque, Sérgio C. “O planejador Celso Furtado” – In: *Celso Furtado – Desvelador da realidade nordestina*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2017.

CLP – Centro de Liderança Pública/The Economist Intelligence Unit – www.clp.org.br.

CNPq/Lattes – www.lattes.cnpq.br.

CNT – Confederação Nacional de Transporte. *Pesquisa CNT de rodovias 2019*. – Brasília: CNT: SEST SENAT, 2019.

Furtado, Celso. “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste” (GTDN) (1959) – In: *O Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964*. Arquivos Celso Furtado. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

Henry, Raul. “Um voo panorâmico sobre o Nordeste” (apresentação em *powerpoint* baseado em dados da Receita Federal e do IBGE Receita Federal. 2020.

IBGE - Censo Agropecuário: www.ibge.gov.br, 2017.

IBGE – Censo Demográfico: www.ibge.gov.br, 2010.

IBGE – PNAD contínua. www.ibge.gov.br, 2018 e 2019.

IBGE – Contas Nacionais. www.ibge.gov.br, 2018.

IBGE – Pintec. www.ibge.gov.br, 2017.

Inep – www.inep.gov.br.

Inep – www.qedu.org.br.

Ipeadata – www.ipeadata.gov.br.

Ministério da Cidadania – (www.gov.br/cidadania/pt-br/composicao/gestao-da-informacao).

Monteiro Neto, Aristides. “Federalismo e redistribuição intergovernamental de recursos no Brasil: um mapa do padrão de atuação federal no território no período recente (2000-2015) – Região Nordeste em perspectiva”. In: *Desenvolvimento Regional no Brasil – políticas, estratégias e perspectivas* – org. Aristides Monteiro Neto, César Nunes de Castro, Carlos Antonio Brandão. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

REPENSANDO O IMPRESSIONISMO CRÍTICO – O EXEMPLO DE ÁLVARO LINS

Eduardo Cesar Maia*

Uma das reflexões mais importantes que podem ser suscitadas a partir da revisão do pensamento crítico de Álvaro Lins (1912-1970) – e do contexto polêmico no qual ele se inseriu como um dos protagonistas em nosso país – refere-se à questão da demanda por *cientificidade* e *objetividade* no domínio das chamadas Ciências Humanas e, particularmente, no campo da crítica literária, sobretudo a partir da instituição da Teoria da Literatura como disciplina acadêmica e como matéria de saber especializado. A exigência de critérios de *racionalidade* estritamente condicionados ao rigor metodológico estendeu-se do âmbito particular da teoria do conhecimento até as mais variadas disciplinas das chamadas *Humanidades*¹. A respeito dessa tendência, e com um sentido muito crítico, pode-se mencionar a irônica advertência do filósofo norte-americano Richard Rorty:

Em toda cultura suficientemente reflexiva há aqueles que selecionam uma área, um conjunto de práticas, e a consideram como o paradigma da atividade humana. Logo tratam de demonstrar como o resto da cultura pode ser beneficiado com este exemplo. No curso principal da tradição filosófica oci-

* Eduardo Cesar Maia é professor de Comunicação e Literatura na Universidade Federal de Pernambuco. Escreve para as revistas *Continente*, *Café Colombo* e para o *Estado da Arte - Revista de Cultura, Artes e Ideias do Estadão*. É doutor em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Pernambuco, com estágio doutoral na Universidade de Salamanca (Espanha). Realizou um mestrado em Filosofia pela mesma universidade.

¹ Texto adaptado da tese de doutorado defendida, em 2013, no programa de Pós-graduação em Letras da UFPE. Foi disponibilizada em PDF pela universidade na internet mas ainda não foi publicada em livro.

dental, este paradigma tem sido o “conhecer” – possuir crenças verdadeiras justificadas, ou ainda melhor, crenças tão intrinsecamente convincentes que fazem prescindível uma justificação. Um filósofo característico da “corrente principal” do Ocidente diria: agora que tal ou qual linha de investigação conseguiu um êxito tão surpreendente, vamos refazer toda a investigação e toda a cultura inspirando-nos no seu modelo, fazendo assim possível que se imponham a objetividade e a racionalidade em áreas anteriormente obscurecidas pela convenção, pela superstição e falta de uma compreensão epistemológica da capacidade do homem para representar com exatidão à natureza (Rorty, 2009, págs. 331-332).

Levando em conta a problemática sugerida por Rorty, é possível traçar esclarecedoras analogias entre a negação da tradição intelectual humanista pelas principais correntes filosóficas racionaisistas da modernidade e as grandes pretensões das principais linhas da teoria literária desenvolvidas no século 20. Fundamentalmente, tratava-se, em ambos os casos, de afastar das interpretações, análises e especulações o elemento *contingencial*, instável e inseguro. Era preciso fazer *ciência*, com resultados objetivos (impessoais), indiscutíveis, calculáveis e padronizáveis. No universo da crítica literária, isso se traduziu em dois fenômenos principais: na ascensão de metodologias rígidas de análise e interpretação em detrimento da perspectiva individual (qualquer traço de subjetividade no ato crítico), e na desconfiança em relação a qualquer forma de discurso de valor, ético ou estético, por parte dos críticos. A nova disciplina da Teoria Literária passava a ser, assim, a *preceptora* da crítica, pontificando sobre o que era ou não era válido e legítimo no trabalho do crítico.

O caso do *esquecimento programático*, no âmbito acadêmico – da herança intelectual de Álvaro Lins – a despeito de sua inegável importância e centralidade no debate literário brasileiro durante duas décadas de intensa atividade crítica – é, a meu ver, simbólico e se relaciona essencialmente com o processo descrito no parágrafo anterior. Explico: no Brasil, Álvaro Lins e o crítico literário baiano

Afrânio Coutinho estiveram no centro de um debate que se tornou emblemático como marco justamente desse momento de radical transformação no paradigma de legitimação do discurso crítico-literário. O episódio demarca, para muitos, o início da moderna crítica literária no Brasil e o início da hegemonia da crítica universitária como “diretora” dos rumos do pensamento crítico no país.

Não interessa neste momento detalhar as razões e os bastidores que levaram a essa tão decisiva disputa intelectual, senão apenas focalizar alguns aspectos da discussão que servem exemplarmente aos propósitos deste ensaio e a uma melhor compreensão do pensamento crítico de Álvaro Lins.

As principais acusações de Coutinho contra Lins e contra a maioria dos chamados “críticos de rodapé” se referiam ao caráter *impressionista* de suas análises, que não passariam, segundo ele, de “achismo crítico”, carentes de uma metodologia científica rigorosa que orientasse os julgamentos estéticos. O professor e crítico baiano acreditava que o rodapé estava essencialmente caracterizado pelo amadorismo dos seus representantes (em sua maioria autodidatas) e pela pouca profundidade inerente à atividade do jornalismo diário:

O exercício da crítica literária no Brasil tem sido, em sua maior parte, feito nos jornais, sob forma militante, condicionado à produção literária, que acompanha e julga. É verdade que também se realizou em livros e estudos em revistas já com caráter mais profundo. Não foi, todavia, esta uma forma corrente, e o uso estabeleceu para ela a denominação de “ensaio”. Assim, praticada na imprensa diária, a crítica não podia deixar de sofrer influência do espírito ligeiro e superficial do jornalismo, o que lhe comunicou um caráter circunstancial, aproximando-a do tipo do “review” dos ingleses e norte-americanos (Coutinho, 1987, pág. 453).

O crítico pernambucano, por sua vez, reconhecia que a crítica jornalística tinha seus próprios limites, objetivos e alcance específicos. O caráter circunstancial, a exigência de prazo e a obrigação de

lidar com autores novos, ainda não classificados dentro do cânone literário, tudo isso faz da crítica jornalística uma atividade *sui generis*, bastante diferente, por exemplo, do trabalho de um acadêmico que realiza um estudo de historiografia literária ou de um ensaísta que se debruça, com tempo e tranquilidade, sobre autores já consagrados:

A crítica dos mortos, trabalhando sob perspectivas já definidas e sobre obras já classificadas, é bem diferente daquela que se realiza sobre os contemporâneos, para os quais não temos as perspectivas nem as classificações; a crítica geral, a dos largos panoramas não é a mesma que se executa sobre figuras, fatos e livros isolados. Como estudar, por exemplo, toda a psicologia de um autor, aquelas suas reações e modos de ser em face da vida que se vão refletir na sua obra, e toda sociologia do seu ambiente marcando e influenciando essa mesma obra, num simples artigo de jornal?²

Afrânio Coutinho havia regressado de uma temporada de estudos nos Estados Unidos e se empenhava em divulgar no Brasil os ideais do *New Criticism*. No seu entendimento, para que a literatura brasileira atingisse o patamar de qualidade europeu e norte-americano, era absolutamente necessário que nossa crítica se profissionalizasse e adotasse os padrões e critérios que ele trazia consigo, fruto de sua experiência de estudos no exterior.

A definição de crítica literária do professor baiano era fruto essencialista de sua obsessão metodológica: “[a crítica] não é mais

² Lins, Álvaro: “O ato de julgar”. In: *Jornal de crítica* (4^a série), Rio de Janeiro: José Olympio, 1946, pág. 44. As próximas referências das citações dos *Jornais de crítica* de Álvaro Lins se darão no corpo do texto, entre parênteses, indicando a sigla JC junto ao número da série e a página, e correspondem, em ordem cronológica, às seguintes edições: Lins, Álvaro. *Jornal de crítica* (1^a série). Rio de Janeiro: José Olympio, 1941; Lins, Álvaro. *Jornal de crítica* (2^a série). Rio de Janeiro: José Olympio, 1943; Lins, Álvaro. *Jornal de crítica* (3^a série). Rio de Janeiro: José Olympio, 1944; Lins, Álvaro. *Jornal de crítica* (4^a série). Rio de Janeiro: José Olympio, 1946; Lins, Álvaro. *Jornal de crítica* (5^a série). Rio de Janeiro: José Olympio, 1947; Lins, Álvaro. *Jornal de crítica* (6^a série). Rio de Janeiro: José Olympio, 1951; Lins, Álvaro. *Jornal de crítica* (7^a série). Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1963.

do que o conjunto de métodos e técnicas para o estudo e a interpretação do fenômeno literário” (Coutinho, 1987, pág. 416). Para ele, portanto, a crítica é antes uma forma de teorização do que uma atividade prática que responde a demandas concretas e específicas. O meio jornalístico e a abordagem impressionista seriam, então, *formas degeneradas*, um desvio do caminho e da finalidade última da crítica: explicar objetivamente o fenômeno literário. Coutinho insistia, ao negar a validade do rodapé, em que esse tipo de crítica não passava de um mero jogo de opiniões subjetivas, que nunca levavam a alguma verdade segura, confiável:

O impressionismo é o relativismo, é o primado do pessoal, do subjetivo, do momentâneo, do particular. A sua única lei é o arbítrio, o capricho individual, o gosto pessoal. Poder-se-á asseverar, forçando a argumentação, que os impressionistas não deixam de fazer certos julgamentos relativos, baseados não em princípios, porém, como dizia Lamaître, em impressões (...). É uma contradição em termos a do crítico impressionista fazer julgamento. O que se impõe é o esclarecimento da operação de julgar. *Julgar exige a aplicação da lei aos fatos* (Coutinho, 1987, pág. 347, grifo meu).

Fica claro, a partir do trecho acima, que o crítico acreditava na existência de *leis*, no sentido de normas e critérios superiores, que deveriam ser aplicadas aos *fatos* literários no momento da análise. Tais padrões transcendentais, exteriores aos indivíduos e às circunstâncias históricas, seriam o diapasão infalível da avaliação estética. A utilização de um método adequado, então, era a única garantia para que se superasse o elemento contingencial – fator de insegurança teórica – presente de forma marcante na crítica impressionista. Para Coutinho, enfim, a crítica só se legitima se operada como uma atividade científica, acima da mera opinião e das perspectivas particulares, numa desinteressada busca de verdades indubitáveis através de um método rigoroso. Adotando premissas e valores diferentes, Álvaro Lins – ainda que não negasse a utilização de metodo-

logias e ferramentas teóricas como subsídios para a atividade crítica – defendia que “A literatura não é uma ciência matemática, a exigir resultados positivos e uniformes. As opiniões diversas e os gostos diferentes não se destroem” (JC3, pág. 46).

É interessante notar como essa concepção de método crítico propugnada por Afrânio Coutinho se aproxima, em suas exigências, do ideal cartesiano de conhecimento filosófico. Por não contribuírem na clarificação do pensamento e da linguagem, e por constituírem um tipo de conhecimento que depende do sensorial, do figurativo e dos afetos, Descartes buscou eliminar todas as disciplinas humanísticas – filologia, história, retórica e poesia – do âmbito filosófico. Os critérios de necessidade, evidência e os princípios de não contradição e de verdade apodítica da filosofia racionalista não podiam conviver com a aceitação do jogo argumentativo entre opiniões diferentes, que é o que caracteriza a retórica: onde há certeza e evidência, não pode haver conflito de opiniões.

Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, autores de um tratado consagrado à revalorização dos estudos retóricos, buscaram um caminho alternativo ao da herança cartesiana:

Conquanto não passe pela cabeça de ninguém negar que o poder de deliberar e de argumentar seja um sinal distintivo do ser racional, faz três séculos que os estudos dos meios de prova utilizados para obter a adesão foi completamente descurado pelos lógicos e teóricos do conhecimento. Esse fato deveu-se ao que há de não coercitivo nos argumentos que vêm ao apoio de uma tese. A própria natureza da deliberação e da argumentação se opõe à necessidade e à evidência, pois *não se delibera quando a solução é necessária e não se argumenta contra a evidência*. O campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo. Ora, a concepção claramente expressa por Descartes, na primeira parte do *Discurso do método*, era a de considerar “quase como falso

tudo quanto era apenas verossímil". Foi ele que, fazendo da evidência a marca da razão, não quis considerar racionais se não as demonstrações que, a partir de ideias claras e distintas, estendiam, mercê de provas apodícticas, a evidência dos axiomas a todos os teoremas (Perelman& Olbrechts-Tyteca, 1996, pág. 1, grifo meu).

A segurança teórico-metodológica preconizada por Afrânio Coutinho tinha pretensões semelhantes ao ideal cartesiano: acabar com a retórica na atividade crítica, com o jogo interminável de opiniões, réplicas e tréplicas que caracterizava a crítica literária realizada nos jornais. Para ele, "opinião não é crítica" e a ascensão do ideal acadêmico de estudo literário, fundamentado cientificamente, levaria inevitavelmente ao ocaso do modelo dos críticos jornalísticos de então:

A disciplina universitária, a despeito de sua pouca vida entre nós, já os tornou obsoletos [os críticos de jornal], já os fez superados. Pois não há mais clima para os que adiantam afirmações que não sejam fundadas na documentação, no raciocínio lógico e científico, no estudo acurado dos problemas, na comprovação dos fatos, na disciplina e no rigor metodológico, nas técnicas do "scholarship". Acabou a era do individualismo. Está morta a mentalidade opinativa (Coutinho, 1963, págs. 163-163).

Foi com base nesses princípios e nessa nova mentalidade que o crítico baiano iniciou sua campanha contra a instituição do rodapé literário no Brasil. Seu principal alvo, por uma questão de representatividade e influência – e por alguns motivos menos nobres, como o revanchismo pessoal –, foi, como se sabe, Álvaro Lins.

Apesar da "derrota" histórica incontestável do rodapé, faz-se necessário, hoje, passado o calor do embate, rever um ponto fundamental nessa contenda: a concepção de teoria como uma espécie de *metacrítica*, nos moldes endossados por Afrânio Coutinho, apresenta dificuldades intrínsecas óbvias. Ela parte da problemática

consideração de que existe um lugar superior às meras perspectivas individuais, a partir do qual o teórico poderia avaliar, de forma isenta, as manifestações artísticas (e, claro, críticas) singulares e concretas. Tal lugar quer se equiparar à idealidade de um ponto de vista científico e objetivo (*sub species aeternitates*), mas falha desde o princípio, porque esse lugar transcendental é um mito, simplesmente não existe e carece de sentido comum. O que de fato existe, dentro de uma consideração *perspectivista*, é a eterna contenda entre uma visão parcial e outras visões parciais: não há, nem pode haver, no âmbito da crítica literária, uma espécie de *plataforma superior* onde o crítico-teórico possa se instalar cômoda e confortavelmente. Assim sendo, a crítica deve aceitar seu ineludível caráter de *jogo retórico*: diversas perspectivas críticas são, em princípio, plausíveis, mas a legitimidade de uma determinada visão vai depender da capacidade argumentativa do crítico que a defende, levando em consideração, claro, os fatores circunstanciais de época e lugar, com seus valores então vigentes.

O discurso lógico-científico buscado por Coutinho é aquele de caráter impessoal e anônimo – o que se reflete num estilo de escrita homogeneizado e não individualizado – e que independe da disposição particular e contingencial do indivíduo que o profere. Para um dos maiores críticos humanistas do nosso tempo, George Steiner,

Essa neutralidade da verdade tem a ver com o anonimato das ciências puras e aplicadas. O gênio individual é tão conspícuo na história das ciências quanto na da literatura e na das artes, mas tem bem menos importância. A *Comédia* não teria sido escrita sem Dante, as *Variações Goldberg* não existiriam sem Bach (Steiner, 2005, pág. 201).

O teórico defensor dos valores de neutralidade e impessoalidade almeja criar um vocabulário eternamente aplicável à toda sorte de texto literário, enquanto o crítico, na prática, é obrigado a

lidar com a contingência, com a mudança, com a própria reforma pessoal, de valores e de linguagem.

Um intelectual como Álvaro Linsnunca poderia se enquadrar nos padrões endossados por Afrânio Coutinho. O crítico pernambucano defendia o personalismo e a importância do estilo individual e, mesmo quando era taxativo em suas afirmações – e ele muitas vezes o foi –, tinha que admitir de antemãoo caráter contingente de seu próprio ponto de vista, pois aceitava como princípio que o conhecimento literário é fruto, antes de tudo, da experiência pessoal, e depende fundamentalmente de fatores circunstanciais. Nesse sentido, a qualificação de “crítico-tribuno”, que o ensaísta Otto Maria Carpeaux usava – de forma elogiosa, diga-se – para se referir a Álvaro Lins, só é parcialmente adequada. O tribuno é alguém que tem um poder outorgado pela sociedade para proferir sentenças *definitivas* e *inquestionáveis*; Álvaro Lins, por sua vez, podia até assumir a *postura* de um tribuno, por sua veia polemista, por sua vontade de debater, de discutir ideias de forma aberta etc.; mas ele nunca tinha de antemão nenhuma garantia de que sua palavra seria a final... Era somente um crítico a mais na vida literária da época; alguém que não abria mão de sua perspectiva, mas que era constante e legitimamente contrastado por muitas outras vozes (de outros críticos, de escritores e mesmo dos leitores). A autoridade que alcançou como crítico de literatura não foi estabelecida por qualquer decreto, mas conquistada texto a texto, na base da persuassão; de uma forma, portanto, diferente do poder legal incontestável do tribuno. A despeito de seus julgamentos e da força de suas opiniões, Lins valorizava uma postura antidogmática na crítica, que desse espaço à diversidade das opiniões e também à reformulação e revisão de suas próprias convicções: “Nada do que escrevemos deve ser tomado como definitivo; e, sim, tão-só como expressão da nossa experiência e do nosso conhecimento num determinado instante” (JC7, pág. 104).

Ainda a respeito do tema, cabe aqui uma reflexão para os nossos dias. Uma das maiores condenações – em boa parte, justificada – relativa às críticas literária e cultural praticadas ultimamente nos periódicos brasileiros se refere justamente ao esvaziamento do debate de ideias e das polêmicas entre os intelectuais. Os críticos impressionistas, como Álvaro Lins, estavam constantemente expostos ao risco: não se eximiam de avaliar o novo, de emitir juízos a respeito de escritores, fossem iniciantes ou experientes, e também de se posicionar frente ao trabalho de outros críticos e intelectuais em geral. A crítica universitária, por sua vez, nunca conseguiu suprir essa lacuna.

Tratando agora, particularmente, sobre o uso do termo “impressionista” em relação à crítica de Álvaro Lins, alguns esclarecimentos prévios precisam ser feitos. No âmbito da crítica literária, é importante estar ciente de que a palavra recebeu conotações diversas, a maioria delas de natureza pejorativa. Vejamos o que diz o verbete sobre *Crítica impressionista* no dicionário de termos literários de Carlos Ceia:

Tipo de crítica literária praticamente datado: o termo aparece entre 1885 e 1914 nas discussões teóricas e principalmente numa polémica que opôs o crítico Jules Lemaître, autor de estudos sobre Rousseau e Renan, e Ferdinand Brunetière, discípulo desleal de Taine e adversário feroz do naturalismo, que quis fundar uma ciência crítica que fosse normativa, inspirada na ciência biológica de Darwin, e cujo objectivo seria, portanto, o de “julgar, classificar e explicar”. Para Lemaître, como para todos os críticos impressionistas, o essencial é antes o prazer da leitura, fundado na comunicação das subjetividades e das percepções individuais. A crítica e a literatura vivem, nesta visão impressionista, da fugacidade e do sentimento individual, sem grandes preocupações de rigor metodológico. Tudo é ditado pela sensibilidade do leitor, a quem compete transmitir as impressões que mais o marcam confrontando a obra lida com as obras-primas de todos os tempos. Não há método, apenas crítica livre, impulsiva,

que muitas vezes levava o crítico a esquecer-se da obra e a falar mais de si e daquilo que o preocupava.³

A crítica impressionista ficou negativamente marcada, como se vê, por dois elementos principais atribuídos a ela: a arbitrariedade subjetivista e a falta de rigor metodológico. Segundo Wilson Martins, em *História da crítica literária no Brasil*, a família espiritual dos impressionistas foi a mais vilipendiada em nossa história literária. Ele explica ainda que

A palavra nasceu quase simultaneamente nas artes plásticas e na crítica literária, ou, para sermos exatos, passou das artes plásticas para a crítica literária (como aconteceu, por exemplo, com “Barroco” e “Maneirismo”). O quadro de Monet – *Impression, soleillevant*, exposto em 1874, fez dar o nome de “impressionistas” aos pintores que haviam abandonado a maneira clássica de “ver” a paisagem em favor de uma tradução mais sutil e tanto quanto possível mais exata da luz. Essa técnica é *menos subjetiva* do que comumente se pensa (Martins, 2002, pág. 98, grifo meu).

Ainda segundo Martins, “impressionismo passou a ser, em crítica, sinônimo de diletantismo” (Martins, 2002, pág. 99).

Na contramão da tendência de negação total da validade e legitimidade do impressionismo crítico, importantes críticos brasileiros, como o próprio Wilson Martins e mesmo Antonio Cândido, procuraram reabilitar, se não a crítica impressionista em sua totalidade, pelo menos o elemento intuitivo e pessoal que deve fazer parte, segundo eles, de toda boa crítica. Para Cândido, que, além de ser um dos críticos acadêmicos mais importantes do país, militou também nos rodapés no começo de sua carreira,

Urge reabilitar o impressionismo, o que muitos tendem a confundir com a leviandade e a preguiça, mas que só é autêntico quando é resultado de um trabalho sério.

³ Carlos Ceia, s.v. “Impressionismo”, *E-Dicionário de Termos Literários*, coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, <<http://www.edtl.com.pt>>, consultado em 25-10-2012.

tico se o crítico for erudito e inteligente como um especialista, sem perder ao mesmo tempo a confiança nas próprias reações (Candido, 2008, pág. 46).

O autor de *Brigada ligeira* defende que o impressionismo representa a crítica por excelência; o resto seria história, estilística ou estética. O crítico impressionista realizaria o verdadeiro trabalho de ligação entre a obra e o leitor; a literatura e a vida cotidiana. É urgente, pois, essa “reabilitação”, justamente porque algo se perdeu com o ocaso da abordagem humanista-impressionista, e a crítica acadêmica nunca conseguiu suprir essa falta. Candido diz ainda que “impressionista é todo aquele que prepara um artigo de uma semana para outra, baseado mais na intuição que na pesquisa, e se exprimindo sem espírito de sistema”; e que “criticar é apreciar; apreciar é discernir; discernir é ter gosto; ter gosto é ser dotado de intuição literária” (Candido, 2008, pág. 47).

Tanto Antonio Candido quanto Wilson Martins vivenciaram diretamente as radicais mudanças de paradigma na crítica literária ocorrida no século passado. Que ambos tenham se preocupado, já no período de maturidade intelectual, cada um a sua maneira, com a regeneração de elementos dessa tradição crítica, revela, pelo menos, que essa não era uma questão encerrada.

Para o pensador e crítico mexicano Alfonso Reyes, que refletiu com muita argúcia a respeito das relações entre crítica e teoria literária, “el impresionismo es el común denominador de toda crítica” (Reyes, 1962, pág. 10). Assim, ele reconhece que, independentemente de que ferramentas científicas de análise sejam utilizadas num ato crítico, o elemento personalista, intuitivo e subjetivo nunca poderia ser completamente suprimido. Tal opinião coincide completamente com a defesa da manifestação da subjetividade na crítica realizada por Wilson Martins:

Qualquer que seja, porém, a restrição que se possa fazer ao gosto pessoal do crítico, ao seu subjetivismo, a verdade é

que sem ele não há crítica. (...) Justificar o gosto com base na cultura e nos fatos estéticos parece o único mandamento do crítico literário; e se o gosto não exclui, naturalmente, o estudo e a pesquisa, que pode ser científica [...], menos ainda pode excluir o subjetivo que a interpretação necessariamente comprehende (Martins, 2002, págs. 100-101).

Álvaro Lins se posicionou em diversos momentos a respeito da questão do impressionismo crítico, mas só em raríssimas ocasiões dedicou um artigo ou ensaio, de forma exclusiva, a explicar com detalhes a sua visão sobre o assunto. O que se pode afirmar com segurança é que ele, em nenhum momento, negou *in totum* o rótulo de impressionista, mas também nunca o aceitou plenamente, sem ressalvas importantes. Na nota XXVII do seu *Diário de crítica*, ele comenta (permitem-me citá-la na íntegra):

Definindo o seu conceito de crítica, Rosário Fusco escreveu o seguinte: “Não há crítica pura porque não há julgamento sem compromissos: quem julga, literariamente, deve afirmar ou negar, justificando-se, o que não é o mesmo, como ninguém ignora, que justificar o julgamento, como procedem, de modo geral, os nossos críticos impressionistas, de Araripe Jr. ao Sr. Álvaro Lins”. Quanto ao título de crítico impressionista, com que apareço nesta frase, nem o aceito nem o repilo, pelo meu propósito de permanecer fora de qualquer sistema ou escola. E o que me levou a copiar este período de um artigo não foi a referência ao meu nome, mas a confusão total dos seus termos. Em tão poucas palavras, houve uma inversão completa de pensamento e de expressões: o autor de *Vida literária* acabou concluindo exatamente o oposto do que pretendia ou do que se esforçou por pretender. Pois, ou muito me engano, ou a síntese de Rosário Fusco quer dizer: quem afirma ou nega, justificando-se, faz crítica objetiva, universitária, científica; quem afirma ou nega, justificando o julgamento, faz crítica impressionista e subjetiva. Qualquer leitor logo compreenderá que a colocação se deve processar em termos exatamente opostos (e, isto, no caso de se apro-

veitarem estes mesmos termos, que são o seu tanto ou quanto incaracterísticos): afirmar ou negar, justificando-se (ação reflexiva, interior e pessoal) – eis a crítica impressionista; afirmar ou negar, justificando o julgamento (ação positiva, objetiva e impessoal) – eis a crítica universitária e científica. Como se vê, exatamente o oposto do que estava concluído tão categoricamente. Este equívoco, porém, se originou de um equívoco ainda maior: Rosário Fusco, que é um brilhante impressionista, quis aparecer, perante os seus leitores, como um crítico científico. Mais fiel a si mesmo, no entanto, do que aos outros, confessou-se no seu erro, como dizendo: – Eu sou um crítico científico, conquanto nas funções ou devaneios de um crítico impressionista... (Lins, 1963, págs. 36-37).

Lins endossava a aliança entre erudição e impressionismo, o qual era entendido principalmente como capacidade de intuição. Referindo-se ao colega Augusto Meyer, ele sugere que essa simbiose é o que possibilita uma forma de crítica superior:

Será notado [em Meyer] um aparelhamento de erudição que não é muito comum no ensaio brasileiro tão dominado ainda pelo exclusivo impressionismo. Impressionismo, aliás, nada desdenhável, antes necessário e fecundo quando impulsionado pela erudição (JC4, pág. 177).

Assim, o problema central do impressionismo já era identificado pelo próprio impressionista: a questão não era que se usasse a intuição imediata e a impressão subjetivista como ferramenta crítica, mas que ela fosse usada sozinha, de forma exclusiva e arbitrária, sem o apoio de uma sólida formação, da meditação mais cuidada, da erudição. Não é o caso, pois, para Lins, de se condenar o elemento impressionista e buscar a salvação num método superior que faça com que a crítica prescinda da perspectiva individual: é justamente na abdicação da perspectiva individual que começa a crise da abordagem humanista na crítica literária e a ascensão dos diversos paradigmas teóricos de cunho científico.

Em “Impressionismo e erudição”, artigo dedicado à figura do crítico português Fidelino de Figueiredo, um antipositivista ferrenho profundamente influenciado por Miguel de Unamuno, Álvaro Lins, com admiração, refere-se à trajetória intelectual do colega lusitano. Figueiredo teria começado sua carreira a partir da tentativa de formular uma espécie de crítica científica, à maneira de Taine, Brunetière e do seu mestre Teófilo Braga, mas sentiu-se, segundo Lins, *impossibilitado de criar um sistema* (JC2, pág. 289). Sua longa experiência na atividade crítica teria transformado radicalmente sua perspectiva e ambição. Concluíra que a literatura tem um alcance muito maior do que uma ciência pode dar conta, pois ela tem a capacidade de criar uma realidade própria. Uma ciência da literatura, a partir de seu ponto de vista, teria somente um papel secundário. Pactuando com essa concepção, o crítico pernambucano reforçava que “a ciência da literatura constitui um método da crítica, mas está longe de esgotar todas as possibilidades criadoras da crítica” (JC2, pág. 290). Em seguida, Lins sintetiza sua concepção:

Sabemos que a crítica não é só impressionismo, não é só aproximação ou julgamento no plano subjetivo. Não é somente uma arte. Por outro lado, porém, ela não pode se fechar nos limites de um seco objetivismo, não pode ser uma prisoneira das leis e dos conceitos de outras ciências. A crítica se forma de uma união mais complexa de elementos objetivos e subjetivos. Existe necessariamente uma ciência da literatura que exige conhecimentos especializados e metodologia própria. Sobre ela é que se ergue a crítica criadora, livre nos seus movimentos de espírito, mas apoiada e impulsionada pela ciência literária (JC2, pág. 290).

Um pouco mais adiante, arremata:

Um simples objetivismo não teria forças para criar mais do que uma figura de erudito. Um simples subjetivismo, por sua vez, não teria forças para criar mais do que uma figura de divagador. O que se deve é tomar a erudição como um ponto

de partida para atingir o impressionismo. Pois o verdadeiro crítico há de ser um erudito e um impressionista; esta síntese é que faz da crítica uma obra criadora dentro da literatura (JC2, pág. 291).

Em resumo, Álvaro Lins defendeu a adoção de métodos e a erudição para que se contenha o verbalismo e a retórica vazia, mas não conseguia conceber uma forma de crítica que eliminasse a necessidade da intuição e da perspectiva individual.

Em outras notas de seu *Diário de crítica*, Lins voltou à questão e elaborou mais claramente seu ponto de vista a respeito do equilíbrio que ele propugnava entre impressionismo e rigor metodológico para se atingir uma crítica mais consistente sem abrir mão da liberdade e do elemento criador. Na nota de número CCLIX, ele enfatiza, entre outras coisas, a fundamental importância da intuição, desde que aliada, para uma crítica mais completa, às ferramentas da razão:

A crítica tem duas faces: a interpretação e o julgamento. Interpretação deve-se entender como a sua fonte criadora, como a força poética que existe em todas as atividades literárias: é a compreensão, é a penetração, é a análise, é a reconstituição, é a revelação, é o senso psicológico, é o poder sugestivo, é o jogo e o debate das ideias. A faculdade crítica mais necessária, para esta espécie de descoberta de almas e ideias, é a intuição. Para o julgamento, ao contrário, a faculdade dominante será a razão. Aí estão os dois graus da crítica. Enquanto a interpretação é a sua fonte criadora, o julgamento é a justificação da sua existência dentro do fenômeno literário (Lins, 1963, pág. 182).

Dentro da concepção personalista de Lins, tanto a crítica literária quanto a criação artística responderiam a um impulso essencialmente individual, a uma vocação pessoal que leva o artista e o intelectual das letras à realização da obra de arte e à atividade hermenêutica: “Não será preciso repetir que o fim da arte literária – para quem a realiza e para quem a recebe, para o autor e para o

leitor – consiste numa revelação da personalidade” (JC3, 192). Para Lins, a literatura e a arte prezam o peculiar, a visão de mundo *única e intransferível*, ainda quando tratam de temas sociais abrangentes:

Toda obra de arte há de ser pessoal; a arte só é social na sua sugestão e na sua repercussão: na sugestão que lhe vem, como tema, da sociedade, e na repercussão que ela transmite, sob a forma de emoção, a esta mesma sociedade. Em sua realidade íntima, porém, representa um fenômeno rigorosamente individual (Lins, 1963, pág. 39).

No que se refere especificamente à crítica literária, Álvaro Lins se manteve fiel à concepção de que, qualquer que seja a abordagem ou método utilizado em sua execução, todo processo de interpretação e julgamento literário deveria ser, antes de tudo, um exercício de *introspecção*; e, se não o fosse, careceria de interesse. Mesmo em seu derradeiro *Jornal de crítica*, publicado em 1963, num momento em que o pernambucano demonstrava uma preocupação (talvez excessiva) em provar a seus críticos que estava familiarizado com os conceitos e métodos mais modernos da teoria literária, Lins ainda apontava a perspectiva individual como valor primordial da crítica e afirmava que a colocação de teorias acima da nossa individualidade é um ato de fanatismo e de negação da inteligência, pois nenhum código, ideal ou teoria pode “simplificar ou enquadrar o que é a realidade humana” (JC7, pág. 294). A personalidade individual, entendida como produto dinâmico das complexas relações entre o indivíduo e suas circunstâncias, numa espécie de criação e recriação constante, seria, assim, para Álvaro Lins, um fim em si mesmo, um valor essencial da vida intelectual.

Referências bibliográficas

Referência principal:

Jornal de crítica, 8 volumes: Lins, Álvaro. *Jornal de crítica* (1^a série). Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

Lins, Álvaro. *Jornal de crítica* (2^a série). Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

Lins, Álvaro. *Jornal de crítica* (3^a série). Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

Lins, Álvaro. *Jornal de crítica* (4^a série). Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

Lins Álvaro. *Jornal de crítica* (5^a série). Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

Lins, Álvaro. *Jornal de crítica* (6^a série). Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

Lins, Álvaro. *Jornal de crítica* (7^a série). Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1963.

Outras referências:

Candido, Antonio. *Textos de intervenção*. (a. e. Seleção, Ed.) São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2008.

Coutinho, Afrânio. *Crítica e teoria literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; e Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará – Proed, 1987.

Lins, Álvaro. *Literatura e vida literária: Notas de um diário de crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

Martins, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. v.1 e v.2. Rio de Janeiro: Francisco Alves/Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

Reyes, Alfonso. *Obras completas*, XIV. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1962.

Rorty, Richard. *La filosofía y el espejo de la naturaleza*. Madrid: Cátedra, 2009.

REVISITANDO PAULO FREIRE

Aurélio Molina*

Introdução

Num momento em que existe um movimento para retirar do educador pernambucano Paulo Freire o título de patrono da educação brasileira, nada mais oportuno que revisitar seu pensamento¹. Dificilmente um educador/a se torna tão universal e respeitado/a, como Paulo Freire hoje o é, se sua obra não tiver consistência teórica e prática. Neste breve texto, com foco no seu livro *Pedagogia da autonomia*, numa abordagem informal, quase coloquial, e sem preocupações acadêmicas, reflito (e tento contribuir) sobre um dos aspectos de sua vasta contribuição intelectual e pedagógica, que é o seu “olhar dialógico” do processo ensino-aprendizagem, isto é, uma abordagem complexa, múltipla, inter-relacional, interdependente, sistêmica, transformável e transformadora, baseada numa intensa e comprometida interação educador/a-educando/a e numa constante ação e reflexão sobre o agir.

A visão dialética do universo

Não há como não falar um pouco sobre a Dialética quando se aborda a obra de Paulo Freire. Esse “instrumento/processo” de entendimento da realidade tem origem muito antiga e aparece em várias

* Aurélio Molina é professor universitário, pesquisador, escritor e gestor de políticas públicas. É Ph.D. pela Universidade de Leeds (Inglaterra), membro das Academia Pernambucana de Ciências e da Academia Pernambucana de Medicina. É atualmente coordenador do curso de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco.

¹ Este artigo foi publicado anteriormente, em 2020, na revista online *Entrelaços do Coração*.

culturas ancestrais. Sua presença é marcante na filosofia oriental e é muito bem expressa no “diálogo” do Yin com o Yang que dá acesso ao Tao (a Verdade, o Caminho, a Iluminação). Ela também está presente nos primórdios da cultura helênica simbolizada nas duas serpentes entrelaçadas ao longo do caduceu de Mercúrio. Na Grécia antiga era vista como a arte do diálogo ou do convencimento (através da argumentação), sendo que para alguns autores, dentro da assim chamada “civilização ocidental”, Zenon de Eléa (490-430 a.C.), teria sido seu criador.

Ainda na Grécia antiga, Sócrates e Platão a entendiam como sendo a arte de articular o pensamento com a realidade, tornando-se um método superior de busca da verdade. Sócrates defendia que através da confrontação lógica e dedutiva de duas proposições ou premissas, chegaríamos a uma terceira, chamada de “conclusão”, maneira essa de raciocinar que acabou ficando conhecida como “silogismo socrático” e também como o “uso sistemático de perguntas e respostas”. Já Platão defendia que a Dialética era um exercício interior e meditativo que ajudaria o ser humano a conhecer “os supremos mistérios” ou “as mais altas verdades”.

Para Aristóteles, seria a maneira mais honesta de se fazer qualquer investigação se constituindo no próprio método científico. Heráclito de Éfeso, (540-480), defendia uma visão mais abrangente da Dialética (e é, por isso, considerado por muitos como o “pai” da Dialética moderna e holística) e afirmava que tudo “existe” em constante mudança e que o “conflito” está na essência de todas as coisas, pensamento este expresso na sua famosa máxima “panta rei” (tudo muda). Para ele a vida e a morte, o sono e a vigília, a juventude e a velhice, são realidades que se transformam uma nas outras, negando a existência de qualquer estabilidade. É a “luta” dos contrários que move o mundo.

Depois de um grande período de adormecimento, a Dialética, quando do Iluminismo, retorna à “pauta do dia” (e de forma mais

abrangente), passando agora a ser entendida como uma maneira de compreensão do próprio universo. Diderot, um dos responsáveis por esse “ressurgimento”, defendia que “o todo está sempre mudando e que se o todo muda, ele próprio está sendo modificado”. Afirmando também que todos os seres circulam uns nos outros e tudo é um fluxo perpétuo, sendo a vida uma sucessão de ações e reações. Para ele, nascer, viver e morrer é apenas mudar de forma.

Ainda na Renascença, Schelling considerava que a Dialética era um meio de acesso ao Absoluto, à Identidade Suprema, à Unidade e à Totalidade Infinita, consciência essa que seria o objetivo do conhecimento e da existência humana. Hegel, por sua vez, resgata Heráclito e a visão da Dialética como estrutura da realidade e do absoluto, afirmando que o confronto entre uma tese e sua antítese, na eterna luta dos contrários, no atrito e confronto das diferenças, produziria inexoravelmente a uma categoria superior, denominada síntese, processo esse que, *ad aeternum*, produziria uma evolução por meio da “conciliação dos contrários”, nas coisas e no espírito. A dialética hegeliana era tão vasta e rica que Marx e Engels consideravam-na a mais profunda doutrina da evolução e do desenvolvimento das coisas, da natureza e do pensamento.

Segundo Engels, as leis gerais da Dialética, comuns tanto à História quanto à natureza, podiam ser reduzidas, em sua essência, a apenas três: a Lei da Passagem da Quantidade para Qualidade, a Lei da Interpenetração dos Contrários e a Lei da Negação da Negação. Para Marx, a Dialética é muito mais do que um método ou uma estratégia de questionamento e reflexão. É a ciência das leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano. É a própria estrutura do mundo e de como tudo nele funciona devendo ser nossa tarefa não apenas interrogar, mas ajudar a transformá-lo, muitas vezes produzindo ou aprofundando as contradições, atitude essa que Sartre chamava, na sua *Crítica da Razão Dialética*, de “a lógica viva da ação”.

Já para Politzer, a Dialética possuiria não três, mas quatro características fundamentais. A primeira seria a de que tudo se relaciona com tudo, isto é, existe uma unidade de todas as coisas. A segunda característica seria a de que tudo, permanentemente, se transforma. A terceira seria a mudança qualitativa que ocorreria após um acúmulo quantitativo (princípio da evolução) e a quarta seria a luta dos contrários, isto é, a necessidade da polaridade, da oposição, do contraditório e da ação que gera efeitos, para que haja a transformação qualitativa que gera a “evolução”.

Em verdade, elementos da Dialética podem ser vistos em muitas outras concepções filosóficas como, por exemplo, em Leibniz, Spinoza (monismo imantenista), Hobbes, Bayle, Montaigne e em Pascal que afirmava, por exemplo, “como todas as coisas são causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas, e todas são sustentadas por um elo natural e imperceptível, que liga as mais distantes e as mais diferentes, considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, tanto quanto conhecer o todo sem conhecer, particularmente, as partes”.

Atualmente é a Física Quântica, via subsídios empíricos, que contribui para a visão dialética do universo, pois no mundo das partículas subatômicas nada, em toda a natureza, está em repouso absoluto. Pelo contrário, a natureza é a ausência de permanência. Há uma agitação perene e incessante e a transformação constante é a regra. Tudo aquilo que nos parece (macroscopicamente) material, inerte e imutável, é, em verdade, uma “ilusão” causada pela limitação de nossos sentidos humanos (fenômeno esse que os antigos chamavam de Maya).

Se nossos olhos pudesse enxergar distâncias de centésimo de milionésimos de centímetros veríamos o que os orientais chamam da Dança de Shiva, isto é, átomos ligados a átomos por forças eletromagnéticas, vibrando num verdadeiro frenesi. Até nas teorias mais avançadas da Física Quântica, como a Supersimétrica, pode-

mos encontrar a Dialética “atuando”. As partículas elementares que compõe os prótons e os nêutrons (elétrons e quarks) teriam o seu oposto (s-elétron e o s-quarks) formando outro par dialético que, em outras palavras, seria a matéria unida à antimateria confirmando Pitágoras, que afirmava que o universo é a harmonia dos contrários.

Mesmo sabendo que ninguém nunca conseguirá “domesticá-la” ou “aprisioná-la” em concepções definitivas, pois como disse poeticamente Astrada “a Dialética é a semente de dragões”, a abordagem holística e ativa da pedagogia de Paulo Freire é definitivamente dialética. Ela é compatível com a atual teoria dos sistemas vivos, na qual a natureza não pode ser entendida como blocos ou partes isoladas, mas sim como uma teia de organização viva, em que tudo se relaciona intimamente, e as partes são interdependentes e mutáveis. Em nossa opinião, essa concepção complexa e integral do processo ensino aprendizagem, acompanhada de um “agir” coerente, foi expressa e abordada (como força motivadora, fonte primária e verdade fundamental) no livro *Pedagogia da autonomia*, de 1996, que passamos a comentar e a sumarizar a seguir.

Exigências do ensinar

Segundo Paulo Freire, ensinar exige um elenco de fatores que demonstram a complexidade, integralidade e o poder transformador da prática pedagógica. No texto *Pedagogia da autonomia* (última obra publicada em vida e que abordaremos de forma independente e crítica, seguindo a recomendação do próprio autor), a partir de um tripé epistemológico (não há docência sem discência; ensinar não é transferir conhecimento; ensinar é uma especificidade humana) ele elenca mais de trinta variáveis necessárias a um educador/a: 1) rigorosidade metódica; 2) pesquisa; 3) respeito aos saberes dos educandos/as; 4) criticidade; 5) estética; 6) ética; 7) corporeificação das palavras pelo exemplo; 8) riscos; 9) aceitação do novo; 10)

rejeição a qualquer forma de discriminação; 11) reflexão crítica sobre a prática; 12) reconhecimento e a assunção da identidade cultural; 13) consciência do “inacabamento”; 14) reconhecimento de ser condicionado; 15) autonomia do ser do educando/a; 16) bom senso; 17) humildade; 18) tolerância; 19) luta em defesa dos direitos dos educador/a; 20) apreensão da realidade; 21) alegria; 22) esperança; 23) convicção de que a mudança é possível; 24) curiosidade; 25) segurança; 26) competência profissional; 27) generosidade; 28) comprometimento; 29) compreensão de que a educação é uma forma de intervenção no mundo; 30) liberdade; 31) autoridade; 32) tomada consciente de decisões; 33) saber escutar; 34) clareza de que a educação é ideológica; 35) disponibilidade para o diálogo; e, 36) querer bem aos educandos/as.

Para Freire uma das tarefas primordiais dos docentes é trabalhar com os educandos/as a rigorosidade metódica. Para tanto afirmaríamos que um educador/a tem que incorporar, no dia a dia do “chão da escola”, aquilo que poderíamos denominar de “rigorosidade metódica do espírito científico”. O educador/a contemporâneo tem que rigorosamente vivenciar no seu cotidiano pelo menos 10 atitudes fundamentais para aqueles que devem compreender e construir o conhecimento interativamente com seus estudantes, atitudes essas que, em conjunto, denomino como sendo a “Regra dos 10 Cs” (competência, curiosidade, criticidade, ceticismo, criatividade, confiança, coragem, construtividade, coerência, compromisso).

Competência no sentido de sempre tentar fazer “bem feito”, oferecendo o melhor do seu potencial, em qualquer atividade desempenhada ou tarefa executada. Curiosidade, na linha do querer aprender sempre, por meio de uma inquietação indagadora. A criticidade, na obrigação de sempre analisar crítica e sistematicamente toda e qualquer informação que recebemos ou compartilhamos. Ceticismo, no viés da dúvida como instrumento na busca da verdade, que são sempre “provisórias”. Criatividade, como estímulo à

inventividade. Confiança, no próprio potencial de contribuir na construção de novos conhecimentos, saberes e tecnologias. Coragem, para quebrar paradigmas, para ser e pensar diferente “do padrão ou do senso comum” (inclusive nas universidades e no meio científico). Construtividade, como neologismo para fazer o que puder, onde estiver e com o que tiver disponível. Coerência, com a visão holística, sistêmica, inter-relacional e de interdependência de tudo e de todos, isto é, coerente com a visão dialética. Finalmente, compromisso com as necessidades e qualidade de vida dos seres humanos, com um meio ambiente equilibrado e sustentável e com o bem-comum.

Segundo Freire, a pesquisa contínua é essencial. Tanto na constante investigação e busca de novos conhecimentos quanto na produção de novos saberes. Na era do conhecimento e da inovação, devemos ser também pesquisadores (inclusive professores/as e alunos/as). Devemos todos “fazer ciência” e nos “comportar” como verdadeiros investigadores científicos.

Se trans e interdisciplinarmente (e, portanto, dialeticamente) todos os saberes são importantes e complementares, os dos estudantes não podem e não devem ser secundarizados. Como desprezar, na procura de uma maior interação da relação professor-estudante, todo o cabedal de vivências e conhecimentos trazidos pelos alunos/as? Para Paulo isso não é só uma questão de respeito, mas é absolutamente pedagógico e rico (para ambos) estabelecer trocas e influências entre os currículos escolares e os “currículos” de/a vida do educando/a. Rousseau defendia que para educar é preciso conhecer o outro e, claro, a cultura onde ele está inserido.

Outra exigência de Freire é a de que o educador/a precisa promover a superação de uma “ingenuidade desarmada” para uma criticidade sistemática e epistemológica. Por quem, porque, para quem e para que aquele conteúdo foi produzido e está sendo compartilhado? Entender o que está por trás do conhecimento e das informa-

ções “compartilhadas” é essencial para uma verdadeira autonomia, quer intelectual quer pedagógica.

Para Paulo, ensinar exige uma estética onde a decência e a “boniteza” devem estar de mãos dadas. Não há nenhuma justificativa para apartar a prática pedagógica do conceito de bom, belo e verdadeiro no cotidiano escolar. O cotidiano do educador/a pode e deve também ser regido por uma estética. Como Freire sempre afirmava, “ensinar e aprender não pode dar-se fora da boniteza e da alegria”. Aliás, podemos interpretar que para ele, a prática docente não era apenas indissociável da boniteza, era a própria boniteza.

A Ética deve ser vivida e não apenas ensinada. Mesmo para aqueles que, como eu, entendem que a Ética e a Moral são relativas (variando com o tempo, lugar e cultura) nos parece apropriado ao educador/a defender e tentar tornar universal e hegemônica uma Ética e uma Moral que tenham como pilares o bem-comum, a justiça, (a serviço do bem-comum) o respeito à vida (em todas as suas formas e manifestações), à dignidade da vida humana e aos direitos humanos. Para Paulo Freire, não é possível pensar os seres humanos longe da Ética e muito menos “fora” dela. Portanto, o educador/a não pode ficar alheio à formação ética e moral do educando/a, pois educar é substantivamente formar, assim como ensinar conteúdos é de certa forma um testemunho ético do professor.

As palavras encantam, mas os exemplos arrebatam. Por isso, ensinar exige exemplo. Paulo chama de farisaica a postura do “faça o que eu mando e não o que faço”. Uma prática em que o educador/a “desdiz” com suas ações os ensinamentos compartilhados no ambiente pedagógico é verdadeiramente uma tragédia, muito pior do que um mau exemplo.

Ensinar exige riscos. Tudo na vida é uma sequência de “tentativa-erro”, denominada por muitos como “curva de aprendizado”. Faz-se necessário “permitir” o erro. Não há nenhum problema em errar. O que não se pode aceitar é não se aprender com os erros ou

repeti-los sistematicamente. Aliás, defendemos que o adágio ilustrativo para essa exigência de Freire deveria ser “penso, logo me engano”. Todos os grandes personagens da história, em todas as áreas do conhecimento, erraram muito antes de acertar. Todos, sem exceção. Inclusive os vencedores do Prêmio Nobel.

A aceitação do novo é difícil numa sociedade conservadora. Algumas vezes, até mesmo inaceitável. Como vimos anteriormente, a Dialética nos ensina que o novo sempre vem. Heráclito costumava afirmar que quando um homem entra novamente em um rio, nem o homem nem o rio são mais os mesmos. Para podermos educar para a inovação é condição *sine qua non* ter a clareza que tudo muda e, portanto, não podemos ter medo do novo. Muito pelo contrário. Temos que ser instrumentos e protagonistas da construção daquilo que inexoravelmente virá, isto é, do novo.

A discriminação de qualquer espécie é antes de tudo uma forma de ignorância já que a regra universal é a da multíitude e da variabilidade. O universo é a riqueza das diferenças e da interação dos contrários. O próprio vocábulo nos ensina que é o “uno” no “verso”. Paulo chama a atenção para a irrecusável prática do “inteligir” que deve ser baseada na comunicação e intercomunicação. Em outras palavras, “inteligir” é fazer o diálogo entre as diferenças numa eterna atitude de expressar, ouvir e entender sobre o que é comunicado. Em sua opinião não há inteligência que não seja comunicação do “inteligido”. Não há inteligência fora do diálogo.

Para Paulo o “fazer e o pensar sobre o fazer” são indissociáveis porque só se pensando criticamente sobre a prática de ontem e a de hoje, é que se pode melhorar a prática de amanhã e “mais eficiente me torno em mudar a mim mesmo e em promover a mudança”. Ação sem reflexão é deixar-se conduzir por um ativismo sem estratégias e sem indução de resultados. Portanto, tanto a crítica quanto a autocrítica, amorosa e construtiva, devem fazer parte do “pão nosso de cada dia”.

O fortalecimento, por exemplo, da autonomia intelectual, da criatividade, da capacidade inovadora, do empreendedorismo com responsabilidade social e dos direitos humanos, tem que fazer parte de uma estratégia educacional comum para todos nós, educadores/as e educando/as. Entretanto, o reconhecimento, o respeito e a assunção da identidade cultural de todos os envolvidos na prática educativa, é absolutamente fundamental. Para Paulo, qualquer discriminação, além de imoral e inaceitável, é uma perda de oportunidade dialógica. A estratégia pedagógica não pode alhear-se das condições sociais, culturais e econômicas dos alunos/as, de suas famílias e de seu entorno, devendo o educador/a conviver com o diferente, jamais os considerando inferior.

Para Freire a “inconclusão” faz parte da natureza do fenômeno vital sendo que a consciência do “inacabamento” do ser humano, e de sua caminhada evolutiva física, histórica e social, faz parte da “espiritualização do mundo” e de base para intervenção no mesmo, possibilitando “ir muito além”. É nossa opinião que esse “inacabamento” também se reflete na questão dos saberes e conhecimentos, já muito bem expresso por Sócrates (“só sei que nada sei”), Platão (“a parte que ignoramos é muito maior que tudo quanto sabemos”) e por Newton (“o que sei é uma gota. O que ignoro é um oceano”). Quando conscientes do nosso “inacabamento”, assim como dos nossos saberes, ficamos mais abertos à procura, mais curiosos e, ao mesmo tempo, eternos aprendizes e construtores. Paulo defendia que ninguém nasce feito. Vamo-nos fazendo aos poucos, na prática social de que nos tornamos parte.

O educador/a tem que ter a clareza e a consciência de que os indivíduos são (ou podem ser) culturalmente, historicamente e ideologicamente condicionados ou “robotizados”, para que a educação não perpetue tais condicionamentos, formando sujeitos ativos e protagonistas da história de suas vidas e da sociedade. É o que Paulo chamava, nos anos 60 do século passado, de conscientização

para podermos trilhar o caminho que nos fará chegar ao mundo de liberdade, de opções e possibilidades.

É imprescindível que não só se respeite, mas se estimule a curiosidade e a rebeldia/insubmissão intelectual dos educando/as. Duvidar, comparar, indagar, criticar tem que fazer parte do cotidiano escolar. Poderia até mesmo afirmar que o “o bom aluno é aquele que discorda de seu professor” e também que “o bom professor é aquele que permite o seu aluno se insubordinar”. Aliás, a cada dia que passa, acredito que educar é muito mais ouvir do que falar e que o respeito e o estímulo à “autonomia do ser” do educando/a (e, claro, de sua autonomia intelectual) deve ser a maior de todas as exigências feitas a quem se considera um verdadeiro educador/a.

O bom senso defendido por Paulo é do equilíbrio e da inteligência que adapta a proposta pedagógica e a intervenção do educador/a à realidade do contexto, e não o contrário. É o bom senso do diálogo, e não a imposição de “verdades” e de ações padronizadas. É o bom senso que sonha, mas que também analisa com atenção a vida real e ”realiza” sua fantasia competentemente, por meio da melhor estratégia possível para um determinado cenário.

Sem dúvida alguma, ensinar exige humildade. Diante da certeza do seu “inacabamento” e do “só sei que nada sei”, só existem três possibilidades para um educador/a arrogante e farisaico/a, (um verdadeiro “Ph.Deus”): ou ele/a foi mal formado/a e ainda não sabe que não sabe nada, ou sabe que sabe muito pouco, mas tem insegurança de assumir suas limitações, ou apesar de saber que nada sabe tem um grave distúrbio de personalidade. A ausência de humildade inclusive atrapalha o desenvolvimento do educador/a, pois o/a impede de prosseguir na sua “eterna” formação continuada, com tudo e com todos (e a todo o momento).

Não dá para ser dialético, dialógico e transformador se não houver tolerância com o diferente. Paulo faz referência à tolerância com as diferenças como uma necessidade para a que a riqueza

da diversidade possa aflorar. Tolerância não só como qualidade de conviver com o diferente, mas também como a “virtude da convivência humana”. Segundo sua viúva, Ana Maria, essa exigência de tolerância “refletia sua visão de um mundo verdadeiramente democrático e sua admiração pela diversidade e crença na horizontalidade das relações entre as pessoas como sujeitos da história”.

Como sabemos, são incontáveis as variáveis envolvidas no processo ensino-aprendizado. Todas relevantes e que poderiam ser agrupadas em muitos “macro grupos”. Se utilizássemos apenas cinco macro grupos de variáveis poderíamos destacar: a) aquelas envolvidas com o “potencial cognitivo” do estudante (como, por exemplo, a questão da alimentação, saúde, estimulação cognitiva e acolhimento emocional, particularmente na primeira infância); b) as envolvidas com a motivação do educando/a (como por exemplo, a valorização da escola, ambiente escolar com condições mínimas de bom funcionamento e estimulante, etc); c) as que estão associadas ao potencial pedagógico do educador/a; d) as relacionadas as políticas e práticas pedagógicas e, finalmente, aquelas que se relacionam com a motivação do professor que inclui, claro, a sua remuneração. Para Paulo a luta em defesa dos direitos dos educadores/as, inclusive os salariais, era não só um direito, mas um dever irrecusável. Continua atual uma ampla mobilização de todos os setores da sociedade brasileira para o estabelecimento do piso de 10% do PIB (como fonte de financiamento do setor de educação).

Paulo nos chama atenção para a importância da apreensão da realidade para se ter clareza sobre a prática educacional. Para ele, precisamos ter muito cuidado com o risco associado a um “aprendizado” baseado numa memorização mecânica e numa transferência de informações. Esse é um tipo abordagem que, em verdade, muitas vezes, não só nos impede de entender a realidade, mas também nos anestesia em relação à mesma. Portanto, esse tipo de “aprendizado” dificulta a mudança, a criação, a construção e a reconstrução da sociedade,

fazendo-se necessário “constatar” e “ler o mundo” para não se adaptar e não se “acostumar”, podendo assim intervir na realidade.

Na opinião do nosso grande educador, não devemos deixar que a prática educativa “aconteça” sem alegria, pois ela é um elemento importante na atmosfera do espaço pedagógico. Para Paulo, existe uma relação entre alegria e esperança, alertando-nos para o risco de um discurso monótono e repetitivo que pode contribuir para uma “desesperança” e uma inação. Em verdade a atividade docente é, *per se*, uma experiência alegre por natureza (ou deveria ser).

A convicção de que uma mudança para um mundo diferente e melhor é possível, permeia toda a vasta obra de Paulo Freire. No opúsculo em tela, mais uma vez, o autor reafirma que a problemática social não é algo inexorável e predeterminado e, sim, uma possibilidade histórica que nos bate a porta como oportunidade de ação, convidando a todos, docentes e discentes, a sermos protagonistas de mudanças e de uma permanente construção.

O professor tem que ter a compreensão do papel da curiosidade para ambos (educando/a e educador/a) e que nada deve inibi-la. Para Paulo, o bom clima pedagógico-democrático é aquele em que o educando/a vai aprendendo à custa de sua prática, no qual sua curiosidade deve estar em permanente exercício. E ele vai mais além, ao afirmar que a curiosidade de aprender é um direito, sendo que deveríamos todos aproveitar a pergunta (expressão de uma curiosidade) como uma oportunidade para fazer uma reflexão crítica sobre ela própria. Professores e alunos devem se assumir “epistemologicamente curiosos” lembrando que o exercício da curiosidade estimula a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar e comparar. Para Freire “sou tão melhor professor quanto mais eficientemente consigo provocar a curiosidade do estudante (e o refinamento da mesma)”.

Na visão de Paulo, a segurança do educador/a é expressão e decorrência de sua competência profissional que, por sua vez, é

resultado de sua formação. Nossa dileto autor é bastante incisivo, e até mesmo duro, afirmando que um educador/a que não leva a sério sua formação não tem condições morais de coordenar as atividades de classe.

Para Freire a generosidade era a antítese do autoritarismo e daquilo que ele chamava de “arrogância farisaica”. Inclusive, para ele, a mesquinhez do comportamento do educador/a é a coisa que mais inferioriza a tarefa formadora de autoridade. Aliás, Paulo enfatiza que o clima de respeito dentro dos espaços pedagógicos nasce das relações justas, sérias, humildes e generosas.

Assim como é impossível sair na chuva e não se molhar, para Paulo é impossível exercer um papel de educador/a sem comprometimento. A educação compromete e exige compromisso tanto na relação dialógica, quanto numa relação mais ampla com toda a sociedade e com todos os seres humanos. “Comprometimento” com o querer mudar e construir “um outro mundo possível” e com a compreensão de que a educação é uma forma de intervenção no mundo. Como ele gostava de lembrar, “se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode” e “a experiência vivida na escola pode ser apenas um momento, mas é um momento que precisa ser autenticamente vivido”. De fato, um verdadeiro professor sabe que educar é uma das maiores experiências existenciais.

Ensinar exige tanto liberdade quanto autoridade, para que não haja um desequilíbrio no contexto pedagógico prejudicando seu funcionamento. Para Paulo a liberdade sem limite é tão negativa quanto a “liberdade asfixiada ou castrada”, licença poética para o autoritarismo e a imposição. Liberdade essa que, entretanto, não pode ser confundida com licenciosidade e que amadurece no confronto com outras liberdades. Vale ressaltar que a liberdade, como dizia Freire, é “fundante” na construção da autonomia intelectual dos nossos educando/as e para a tomada de decisões dos/as docentes e discentes, quer na vida escolar quer como cidadãos.

Saber escutar não apenas com os ouvidos, mas também com a disponibilidade de abertura à fala, ao gesto e às diferenças do outro, se enquadra nas categorias exigidas por Paulo para poder ensinar. Aceitar e respeitar essas diferenças são virtudes sem as quais a escuta não se pode dar. É “escutando” dessa forma que aprendemos a falar com os demais. Quem assim se comporta, deixa de falar impositivamente, mudança essa tão necessária para atingir uma verdadeira comunicação com os estudantes. Portanto, para Freire, os educadores/as têm que estar comprometidos com o verdadeiro comunicar e não com puros comunicados.

A clareza de que a educação é ideológica é um paradigma para Paulo Freire. Para ele, ensinar e aprender tem a ver com o esforço metodicamente crítico do professor/a e do aluno/a, sendo a escola um espaço onde se deve trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas, dos fatos e sua comunicabilidade. O tempo todo (e todo o tempo) devemos ficar atentos para que não ocorra a ocultação da verdade, a opacificação e distorção da realidade e dos acontecimentos, que podem nos deixar “míopes” e/ou confundir nossa curiosidade. É papel da educação, desvendar os véus, pois nenhuma forma de comunicação é neutra.

Paulo Freire, em toda a sua obra (e não poderia ser diferente nessa que considero seu “ápice” literário), defende a importância da “disponibilidade para o diálogo”, pois sua ausência ajudaria a asfixiar a criatividade e o gosto da aventura do espírito. Ele nos lembra que discursos verticais e autoritários são a antítese da comunicação dialógica e chama atenção para a importância “positiva” da disciplina das regras de discussão de grupo que são sempre necessárias num “diálogo” coletivo. Para Freire, o sujeito que se abre ao mundo e aos outros, inaugura, com seu gesto, a relação dialógica, confirmado por meio da inquietação e curiosidade, sua inclusão no permanente movimento da História.

Finalmente, Paulo realça não só a importância de se querer bem aos educandos/as, mas também a “coragem” para se querer

bem aos estudantes e a própria prática educativa em que estamos inseridos e labutando. Se por um lado, a afetividade e a amorosidade requerida ao ato de educar não nos pode assustar, por outro, ela também não deve nos apartar da luta por um mundo mais humano. Jamais podemos deixar que nada ou ninguém nos torne “coisa cuidando de coisa”, ou “coisa fingindo educar coisa”, mas sim (e sempre) gente cuidando de gente, gente formando e se formando gente.

Comentários finais

Além do seu conhecido comprometimento com as classes mais desfavorecidas, a obra de Paulo Freire, com sua tônica em uma educação integral e transformadora, é totalmente dialética e contempla todos os seus aspectos, como podemos observar no livro *Pedagogia da autonomia*, que particularmente considero como sendo sua obra síntese e expressão de sua maturidade como educador.

Nesse livro, a análise e a compreensão holística da problemática educacional estão sempre presentes (ao contrário de muitas abordagens simplórias de unicausalidade ou paucicausalidade, frequentemente encontradas na literatura), assim como o papel transformador da educação, tanto no engajamento do educador/a, quanto no acúmulo quantitativo de uma pedagogia que gera um salto qualitativo, por meio de uma intervenção consciente e coerente com a criação de uma sociedade mais justa, fraterna, livre e feliz. Como disse certa vez Paulo Freire: “O mundo não é. O mundo está sendo. Está em permanente construção”.

SESSENTA ANOS

Lucilo Varejão Neto*

Que absurdo! A vida pregou mais uma peça. Em uma estrada perto de Paris, nas proximidades de um lugarejo chamado Villeblevin, morreu Albert Camus. Estava em um momento em que sua obra se consolidava. Camus havia recebido do Prêmio Nobel certa quantia em dinheiro. Sempre foi comum aos moradores de Paris, que tinham alguma posse, ir em busca de uma região ensolarada, para usufruir nas férias de períodos em casas na região sul da França. Camus adquiriu de um médico uma residência em Lourmarin, na região da Provence. Trabalhava para as edições Gallimard e Michel Gallimard, proprietário da editora e amigo de Camus tinha também uma bela mansão mais ao sul. Em um domingo, Francine, mulher de Camus, e os filhos já se encontravam em Paris, e Michel chegou até Camus e o convidou para juntos voltarem à Paris em um automóvel esportivo Facel-Vega. Camus relutou sobre o convite, porém o aceitou. Perto de Paris, em noite chuvosa, o veículo foi de encontro a uma árvore, exatamente atingindo o lado onde se encontrava Camus que faleceu na hora, e mais absurdo ainda, com um bilhete de passagem de trem no bolso, trem que deveria pegar naquele dia e chegar em Paris ao amanhecer.

Essa morte traduziu para muitos o absurdo existencial que tanto falava o próprio Camus. Todos se perguntam o porquê. Não há resposta. O mundo é silencioso diante de muitas questões huma-

*Lucilo Varejão Neto é professor da Universidade Federal de Pernambuco. É membro da Academia Pernambucana de Letras e do Seminário de Tropicologia da Fundaj. Pertence ao Instituto Histórico de Olinda e à Academia de Letras e Artes do Nordeste. É autor de vários livros, entre eles, *De Meursault à Meursault, Escritos e escritores, Entre o homem e o mundo, e Brasil e França: duas culturas inspiradoras*.

nas. O desencontro entre a razão humana e a ausência de respostas do mundo circundante é bastante perceptível.

Ano de 2020. Sessenta anos já se passaram da morte absurda e injustificável que o destino nos trouxe tão antecipadamente.

Camus sempre demonstrou desde jovem o interesse pela literatura e pela filosofia. Escreveu estórias infantis e peças para o teatro popular, mas é em 1937, com a publicação de *O direito e o avesso*, que Camus condensa o essencial de sua obra e de lá parte para a construção de sólida produção literária e filosófica mostrando toda sua percepção do mundo.

Em sua trajetória ele procurava entender a relação entre o homem e a história, compreender o sofrimento humano como também captar a perfeição estética do mundo. A indiferença humana ou o abandono de uma velha forçam a resignação. *Há dois anos, conheci uma velha. Ela sofria de uma doença da qual ela acreditava que iria morrer, velhinha agitada e tagarela, a tinham reduzido ao silêncio e à indiferença.* Camus saúda a natureza. O sol, o mar, o verão, as flores estão em *Núpcias* e o autor canta sua felicidade de viver diante do esplendor do mundo. *Na primavera Tipasa é habitada pelos deuses e os deuses falam no sol e no cheiro dos absintos, o mar prateado, o céu azul puro e as ruínas cobertas de flores e a luz em profusão sobre os amontoados de pedras.* É a união do homem com o mundo, feita com amor e, com razão, pois nada mais há a oferecer ao homem após a morte. *Gosto desta vida com abandono e quero falar dela com liberdade.*

Camus tentava a criação de um romance que pudesse traduzir sua inquietação diante do mundo. *A morte feliz* tem seu personagem Meursault, um modesto empregado de escritório que ao dialogar com o enfermo Zagreus é levado por ele à procura da sua felicidade. E é dos altos da Argélia que surge a Casa Diante do Mundo, onde, sob sol abrasador e na companhia de três belas mulheres, Meursault observa a beleza natural do mundo e ao mesmo tempo usufrui da vida feliz encontrada. *A morte feliz* não agradou ao jovem Camus

e, guardado o manuscrito, este foi editado em 1971, pela Gallimard com estudo e observações de Jean Sarocchi, também estudioso da obra do autor.

Camus já esboçava suas ideias acerca do desencontro entre o homem e o mundo. Já se tornara um escritor decidido sobre o que desejava criar. Nasce então Meursault, personagem principal de *O estrangeiro*, que por uma condição de vida traduz o pensamento camusiano. Meursault se vê diante de um crime que acredita que não cometeu, entretanto será condenado por sua inocência e por sua franqueza. Nasce então a primeira exposição camusiana do “absurdo” traduzida por meio do romance.

Se em *O estrangeiro* a noção de absurdo se apresenta de forma individual, esse mesmo absurdo se mostra de forma coletiva em *A peste*. O mal atinge a todos sem exceção e todos são obrigados a combatê-lo, queiram ou não, pois do contrário serão a próxima vítima. Oran tornou-se simbolicamente uma cidade sitiada. Ninguém entra, ninguém sai. Surgem então personagens marcantes como Tarrou, Rambert, Rieux, Grand, Cottard e tantos outros. Oran por sua condição natural era uma cidade onde morrer era desconfortante. No momento em que se pensava em quem seria o próximo a morrer muitos se escondiam nos cafés ou ao telefone como se nada houvesse a lhes preocupar. Alguns ao sentir os sintomas aguardavam o resultado das análises, mas para outros, não procuravam análises, pois já haviam visto casos semelhantes em vários lugares. Se para Camus, fora do mundo não há salvação, o Padre Paneloux enchia de fiéis a Catedral da cidade, e em seus sermões repetia: *Meus irmãos, vocês mereceram. Sim chegou a hora de refletir. Vocês acreditavam que bastava visitar Deus no domingo para ficar livre em seus dias.* Daí vermos em *O mito de Sísifo* que todo absurdo é um pecado sem Deus.

Ainda em *O mito de Sísifo* vamos nos deparar com as noções teóricas do absurdo e este leva ao desespero e consequentemente ao suicídio. Neste ensaio estão colocadas questões cruciais como se a

vida vale ou não a pena de ser vivida e ainda se o suicídio não resolveria esse desencontro entre o homem e o mundo.

Sísifo, em sua luta constante, não desiste. Sísifo quer viver, detesta a morte e não quer saber de deuses. A luta de Sísifo é incansável. É preciso imaginar Sísifo feliz. O homem tem uma luta interminável pela vida feliz, porém o que o aguarda em seu destino é incerto. Viver vale ou não a pena? Os desencontros do homem com o mundo o levam ao confronto, daí surge o absurdo.

Camus evolui seu pensamento e conclui que o suicídio não é a solução do problema, então nasce o sentimento de revolta, que surge da negação do homem diante de certos valores. Essa negação, no entanto, nada mais é do que uma afirmação diante do absurdo presente. Uma afirmação que procura negar o absurdo existente e se torna uma regra de vida.

O homem que se revolta se apresenta sob facetas variadas em *O homem revoltado*. O livro comprehende partes intituladas *O homem revoltado*, que dá título à obra, *A revolta metafísica*, *A revolta histórica*, *Revolta e arte* e com muita coerência *O pensamento do sul*. É um livro de hoje face às mutações sócio-políticas do mundo.

É a revolta do homem contra si mesmo, contra a criação, revolta diante da História contra todas as formas opressoras de ideologia. A revolta contra o terrorismo, contra o nazismo, o fascismo, o stalinismo e outras formas de escravização do homem.

O absurdo e a revolta estão ilustrados também por meio do teatro. *Calígula* nos mostra o poder terreno que ultrapassa a razão. Para Calígula o mundo circundante não o satisfaz. É preciso fazer nascer outra verdade que progrida com a força do terror. Calígula é levado à morte devido às suas ilógicas ações.

O Mal entendido é uma peça que leva a refletir sobre a vida. Foi tirada de um recorte de jornal. Ela nos leva a ver como a vida é cruel diante da falta de verdade. A vida deve ser levada a sério e não na brincadeira. Sentimos nessa peça como os personagens diante

do jogo que se propuseram se lançam no desespero e consequentemente são levados para a morte. É o eterno conflito entre a verdade e a busca da felicidade do homem.

Em *Os justos* o abominável terrorismo está a serviço de ideologias. Porém como tornar viável e justificável o célebre princípio dos meios e dos fins em uma ação? Como diferenciar justiça e assassinato? Camus analisa com muita lucidez fatos contemporâneos que nos levam a refletir sobre os mesmos. Já *O estado de sítio* nos traz a temática da peste, que já foi muito bem explorada em forma de romance. Não foi uma peça de sucesso de público, mas vale como portadora de um tema que aproxima o leitor de um momento tão estarrecedor.

Camus era um amante das paisagens africanas. Ele procurava mostrar uma África do Norte como o paraíso terreno que muitos desejam. Camus nunca deixou de se referir às ruínas históricas ou aos altos de Alger. Tudo isto está em suas novelas *O exílio e o reino* ou em *O verão*.

Não podemos esquecer que Camus foi um jornalista bastante atuante. Autor de reportagens marcantes que causaram grandes polêmicas acerca de momentos históricos importantes da França, da Espanha, da Argélia e porque não dizer do mundo. Sua passagem pelo *Alger Républicain*, *Soir Républicain*, *Combat*, *L'Express* e outros mais traduziam o combate ao colonialismo, que lhe rendeu a expulsão da Argélia, ao nazismo e a outras facetas políticas injustas, como também, sempre esteve na luta em defesa dos direitos humanos em todo o mundo. Camus sempre viu o jornalismo como um meio de servir ao homem e todos seus artigos de jornal, hoje, se encontram publicados em uma série intitulada *Atuais*.

Camus continua despertando a curiosidade do público leitor, seja como escritor, autor de uma vasta obra, seja como homem de origem pobre que admirava e praticava o futebol, pois este lhe dava o verdadeiro sentimento de “trabalho” em equipe. Um por todos e todos por um. Também o teatro, que cultivou desde cedo lhe dava

esse mesmo sentimento. Estudioso da filosofia, ganhou profunda admiração de seu mestre Jean Grenier, autor de *As ilhas*, a quem dedicou *O direito e o avesso*.

Foi ganhador do prêmio Nobel com uma obra ainda inconclusa. Teve a vida ceifada de forma absurda aos 47 anos de idade.

Olinda, julho de 2020.

PANDEMIA EMOCIONAL

Francisco José Trindade Barreto (Chicão)*

Nem palavra nem silêncio. Nada que possa tornar claro o resultado desta provação da vida. Seguramente, somos e estamos todos nivelados. Somos iguais neste tremendo e profundo sofrimento em que o tempo de uma vida normal parou. O palco e o cenário são dominados apenas para o desenvolvimento deste espetáculo imprevisível, avassalador, mortal e angustiante que é esta terrível pandemia.

Nosso medo assumindo a cena.

Os dias têm cenários iguais, as mortes se multiplicam, os suicídios, a tristeza é sistêmica, não há maneira de suportar ou vislumbrar como será. Como seremos? A nossa solidão tem muitos protagonistas e é uma solidão acompanhada com muitas cores, muitas músicas, muitas luzes, diferentes silêncios e náuseas a perder das contas. Eventualmente a luz não guia, não aponta nenhuma estrada nem traz nenhuma consciência por que ainda não conseguimos ver o lado claro e luminoso de algum caminho. Talvez haja um cansaço da alma com o passar do tempo à medida que prolongamos e vivemos o estado que estamos a suportar fazendo de conta que isso, seja lá o que for, vai passar logo e que em breve tudo estará como antes. E isso na verdade não passa de uma racionalização da nossa incompetência.

Vivemos uma agonia. Agonia é a palavra que melhor representa o que está aí em quem, como eu, está. Eventualmente, uma

* Francisco José Trindade Barreto, mais conhecido como Chicão, é médico, escritor e membro da Academia Pernambucana de Letras. Publicou, entre outros, o livro *Construção do dia*. Foi professor universitário da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, até 1985.

vontade de sair e andar ou deitar e descansar sem conseguir. Uma estupidez que não me dá o conforto e a paz do não saber me aquietar e aceitar.

Nada. Nem a estupidez me conforta. Pior é que isso não é uma coisa, simplesmente uma doença, algo normal na vida de qualquer pessoa. Dá e passa. Às vezes se torna crônica. Algumas têm um período de evolução e convivemos com ela, eventualmente nos leva a morte. Mas, não é assim.

Essa é uma doença transmissível que pegamos conversando com o outro durante um certo tempo, curto que seja, num ambiente fechado. A transmissibilidade é grande e por conta do meio de propagação, é indicado o uso de máscaras para evitar a disseminação da doença e proteger o outro. O isolamento social é uma medida mais severa e visa proteger os serviços médicos afim de mudar a curva de propagação da doença, aplinar essa curva e possibilitar a proteção aos serviços de saúde para que nenhuma plethora de pacientes, nenhuma sobrecarga extraordinariamente excessiva, seja impeditiva de bons cuidados, de falta de leitos, de falta de atendimento.

Mas, desde muito cedo aprendemos que desgraça nunca vem sozinha. Ela tem um cortejo, repercussões em toda nossa *entourage*. Afetam a economia, as relações interpessoais, os prazeres do *entre-soi*, o abraço, o beijo de cumprimento ou despedida, o aperto de mão, o aconchego, o descanso, a vida noturna, os jantares em restaurantes, os encontros, as reuniões de grupo.

Alguém por acaso já pensou, o que significa o distanciamento social? Guardar-se em casa, evitar o espaço íntimo, viver as distâncias do espaço social, sair apenas para necessidades fundamentais como comprar alimentos e remédios, nenhuma reunião de grupo com um número maior do que oito a dez pessoas em ambiente que se possa dispor de um distanciamento adequado. O sofrimento que isto traz no dia a dia do nosso convívio torna desastrosa a vida. Vivenciamos as perdas desses prazeres numa relação a dois, e isto

certamente vai levar a mais separações, mais famílias partidas e mais violência conjugal. Na verdade a violência conjugal aumentou durante o período de distanciamento social.

Os bares fecharam, alguns empregos desapareceram. A força de trabalho na família ficou reduzida quando não desapareceu. Uma pandemia como esta é, tem sido, uma coisa trágica, não importa a capacidade de tolerância e resiliência.

Uma coisa boa foi a consequente proximidade com os familiares na mudança das relações laborativas. As pessoas que puderam manter o trabalho à distância e deslocar para casa os seus afazeres laborativos procuraram atender à sua demanda sem muita dificuldade e até mesmo com mais produtividade para a surpresa dos patrões e delas.

Em outros casos o rendimento caiu um pouco mais. As vidas puderam continuar a ser tocadas. Quem não pode fazer essas adaptações manteve os padrões habituais suportando, às vezes, um risco de ficar menos protegido. Restaurantes fecharam, alguns temporariamente e outros definitivamente. Algumas profissões desapareceram.

A economia, de um modo geral, sofreu um grande abalo sem a possibilidade de remendos imediatos. Ainda estamos vivendo isso, utilizando todos os conselhos possíveis para enfrentar a quarentena de um modo menos inquietante, mais tranquilo, prazeroso ou relaxador, para minimizar o impacto emocional e moral, na falta de uma maneira melhor de enfrentar o vírus. Tirar umas férias não programadas, por exemplo. Enfim, ter um enfrentamento da melhor maneira dessa quarentena, respondendo às demandas da forma mais sadia possível, contribuindo de certa forma para minimizar os prejuízos causados pelo problema e pelas soluções.

Algumas das medidas adaptativas acrescentaram novos problemas. O medo dos pacientes se hospitalizarem pelo temor de adquirirem o Covid-19, implicou na falta de tratamento de algumas doenças crônicas e até mortes pela falta desse atendimento.

Os hospitais prepararam-se para atender a nova demanda, a crise, a pandemia. Áreas de atendimento nas emergências para pacientes com sintomas respiratórios, diferentes daquelas para pacientes com outras patologias. Aparentemente não somente os pacientes com Covid-19 morreram mais, mas alguns desses pacientes com outras patologias, que deixaram de procurar ajuda pelo medo do Covid-19, também morreram.

São muitos os problemas: o isolamento social, a pandemia, a queda da economia nos estados afetando, de um modo geral, cada cidadão brasileiro, o desemprego, a fome, o medo de sair para encontrar, até mesmo um amigo, o medo de adoecer, afastar-se, prevenir-se para não se contaminar nem contaminar aos outros ao retomar a vida laborativa, a vida social, a normalidade da vida, a casa.

Enfim, recomeçar. Recomeçar não significa somente a adoção de novos comportamentos adaptados à nova realidade, uma nova demanda, mas a manutenção de hábitos do antigo modo de vida, do *modus faciendis* acrescidos dos novos adquiridos condizentes com a consciência da atualizada percepção de si, da vida, e do mundo a sua volta, das suas relações significativas. O novo e o que deve permanecer do antigo.

Rever as escolhas significa dar limites ao que é bom e ao que é mal, do que devemos nos afastar e do que podemos nos aproximar, como quem faz um acerto de contas consigo mesmo, e revê valores, enfrenta o desafio assustador de ser verdadeiro, deixa inscrita a imagem verdadeira no cenário.

A responsabilidade não pode ser esquecida. Pode até ser abdicada. Mantive na maior parte da vida a consciência das minhas fragilidades, meus medos e meus erros, não importa o sucesso que tive. Mas procurei manter a consciência que deveria sempre me esforçar bastante para dar o melhor de mim independente da satisfação com os resultados.

Os que voluntariamente se recusam a lembrar dos seus erros, não sei conjecturar o que se tornam com essa sombra da vida na escuridão da alma. Mas tenho a consciência de que os que não se lembram do passado são condenados a refazê-lo quando os padrões são transformados e a verdade demanda uma nova história.

DESENVOLVIMENTO A TODO CUSTO E A DIMENSÃO AMBIENTAL: O CONFLITO DO COMPLEXO INDUSTRIAL-PORTUÁRIO DE SUAPE, EM PERNAMBUCO

Clóvis Cavalcanti*

1. Esclarecimentos Iniciais

Este trabalho tem como propósito caracterizar um caso do embate quase insolúvel entre, de um lado, as iniciativas de promoção do desenvolvimento econômico a todo custo e, do outro, aqueles que lutam contra a destruição do patrimônio natural¹.

Trata-se no fundo de questionar hipóteses e práticas aceitas pela sociedade moderna, as quais, se a ecologia fosse levada realmente a sério como instrumento para o bem-estar duradouro da sociedade, estariam totalmente em perigo (Sears, 1964:11). A perspectiva que aqui se adota é a da economia ecológica: *uma visão da atividade ou processo econômico na ótica da natureza*, o que é o mesmo que admitir que, por sua própria essência, na ecologia

* Clóvis Cavalcanti é pesquisador emérito da Fundação Joaquim Nabuco, professor aposentado da Universidade Federal de Pernambuco, presidente de honra da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (EcoEco) e ex-presidente (2018-2019) da International Society for Ecological Economics (ISEE).

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi escrita durante o período de fevereiro a março de 2008 em que o autor foi pesquisador visitante Lemann da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, nos Estados Unidos. Agradeço ao prof. Werner Baer (1931-2016), *in memoriam*, a oportunidade de ter podido desenvolver as ideias deste trabalho na universidade citada, da qual ele era ilustre professor e para a qual me convidou, permitindo-me expor uma realidade de conflito ambiental próxima a mim, a qual marca o início em Pernambuco da luta em defesa do meio ambiente.

se encontra uma crítica permanente das ações humanas dentro do ecossistema. Como se sabe, no modelo econômico que domina o discurso do desenvolvimento, os recursos do ecossistema não são contemplados. Basta ver, por exemplo, aquilo que os economistas adotam em seu raciocínio com o nome de “função de produção”. Trata-se de uma relação entre os montantes de fatores produtivos (capital, K, e trabalho, L) empregados na realização da atividade econômica e os correspondentes volumes obtidos de produto (Y). Essa função tem a forma $Y = f(K, L)$, valendo para a economia como um todo, para setores de atividades, para grupos de firmas. Nela se omite completamente o insumo natureza (ou recursos naturais, N).

Cria-se uma situação em que o sistema econômico é um sistema *isolado* – ou seja, sem um entorno com o qual se relacione. Na Termodinâmica – capítulo da Física que estuda as transformações energéticas –, o único caso concreto de sistema isolado é o universo. Os demais sistemas ou são *fechados* (como a Terra, que admite entradas e saídas de energia) ou *abertos* (como o corpo humano, uma floresta, um rio, no qual entram e saem tanto energia quanto matéria). Pensar a economia como sistema isolado é o mesmo que imaginar um organismo apenas com sistema circulatório (o dinheiro é que circula no sistema econômico); sem trato digestivo. A realidade do raciocínio econômico, com tal abstração, permite que se conceba o mundo sem um ecossistema. Ou que se o considere como uma externalidade. Sim, o meio ambiente existe; mas fica lá em outro plano (planeta). Quando muito, pensa-se o ecossistema como uma espécie de berloque ou balangandã, como penduricalho da economia; como uma dispensa ou almoxarifado de onde se saca o que se quer (e onde se joga lixo). É o que faz a economia quando se lembra de que o meio ambiente não é uma abstração, mas existe de fato. Resulta disso a visão econômica do ecossistema. Entra aqui, por exemplo, a precificação (valoração) da natureza. A percepção da economia ecológica reverte a situação: passa-se a encarar o processo econômico enqu-

drado dentro do sistema – a natureza – que o envolve². Sendo assim, o ecossistema deixa de ser uma externalidade, para se constituir o todo maior a que a economia deve inexoravelmente submeter-se. Ou seja, passa-se a pensar o sistema econômico com aparelho digestivo: nele, matéria e energia de alta qualidade (baixa entropia), que são a verdadeira riqueza do mundo, são engolidas, viram artefatos e terminam como lixo, ou seja, matéria e energia de baixa qualidade (alta entropia): matéria e energia degradadas. Quer dizer: o que nós produzimos mesmo, derradeiramente, é sujeira.

Entendida a realidade econômica dessa forma – o que representa um afastamento enorme do paradigma que os defensores do desenvolvimento econômico atual (que, na verdade, pensam mesmo é em *crescimento* da economia) utilizam (Daly, 2007) –, não se pode aceitar que intervenções econômicas não contemplem suas repercussões ecológicas. Quando se formula um raciocínio dessa ordem, é inevitável que grandes projetos, a exemplo do complexo industrial-portuário de Suape, tenham que ser examinados rigorosamente para avaliação de custos ambientais. Ora, como o meio ambiente significa uma externalidade no cálculo econômico, aqueles que empregam esse cálculo sentem-se tolhidos quando se levanta o tema das restrições ecológicas a respeito de grandes projetos – que, por ser grandes, possuem também significativos e inevitáveis impactos ambientais. O caso do Projeto de Suape, em Pernambuco, serve para evidenciar isso com toda a clareza, especialmente quando, em 1975, foram feitas sérias objeções a ele. Na ocasião, tudo parecia tranquilo para o governo do estado de Pernambuco, autor da iniciativa, que nunca imaginara poder desencadear qualquer mal-estar por conta dela. A época era de poucos protestos e regime militar (o presidente da República sendo o general Ernesto Geisel), de submissão passiva à ordem autocrática que dirigia as intervenções governamentais no país. Assim, quando um grupo de “cien-

² Isso é o que faz magistralmente Nicholas Georgescu-Roegen (1971).

tistas” interveio para pedir cautela e que se repensasse o projeto, as reações do governo pernambucano, da imprensa, de setores diversos da sociedade, e também da própria oposição ao regime de governo tomaram proporções de um combate dogmático a heresias inadmissíveis. Que meio ambiente que nada! O que interessa é a economia (com o mantra da “geração de renda, diminuição do desemprego, combate à pobreza”). É disso que se vai tratar nas seções seguintes deste trabalho, mostrando como a crença no crescimento econômico lhe atribui as virtudes de poderoso antídoto, remédio para liquidar conflitos ambientais suscitados pela reação consciente à megalomania de projetos salvadores da economia.

Gostaria de esclarecer, sem falsa modéstia, que fui eu o responsável pela briga que houve em Pernambuco a partir do dia 5 de abril de 1975, quando um semanário do Recife, o *Jornal da Cidade*, publicou um manifesto por mim redigido e subscrito pelo nutrólogo Nelson Chaves, pelo ecólogo João de Vasconcelos Sobrinho, pelo historiador José Antonio Gonsalves de Mello, neto, pelos sociólogos Renato Carneiro Campos e Roberto Martins, e pelo economista Renato Duarte – todos eles destacados nomes da vida acadêmica pernambucana naquele momento³. Na verdade, fui provocado pelo jornalista Homero Fonseca, editor do semanário, que me perguntou por que, sendo eu ferrenho e antigo crítico do projeto, não escrevia um documento de impacto que denunciasse os males do empreendimento de Suape – um “manifesto”, definiu ele. Aceitei o desafio, redigi o documento e o mostrei em primeiro lugar a Vasconcelos Sobrinho, que foi ao meu escritório no então Instituto Joaquim

³ Nelson Chaves (1906-1982) se sobressaiu por pesquisas sobre a desnutrição do trabalhador da zona canavieira do Nordeste, com uma fundamentada tese sobre tendências ao nanismo de novas gerações na região devido à má alimentação. Vasconcelos Sobrinho (1908-1989) foi o maior ecólogo nordestino do século XX. José Antonio Gonsalves de Mello, neto (1916-2002) escreveu um dos livros mais influentes sobre a ocupação holandesa de Pernambuco. E Renato Carneiro Campos (1930-1977) destacou-se por estudos sobre problemas sociais da zona canavieira.

Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), logo que o avisei do que escrevera. Depois de ler o texto, perguntou entusiasmado: “Para que é isso? Para eu assinar? Assino agora mesmo. Concordo, letra por letra, palavra por palavra, vírgula por vírgula, com tudo o que está aqui”. Respondi que aguardasse, que eu iria mostrar o texto a outras pessoas, especialmente a Renato Duarte, meu parceiro inicial no protesto, e depois o procuraria. Saí em busca do grupo que o subscreveu. Todos leram o texto (houve umas duas ou três outras pessoas, igualmente da academia, que o leram também, mas preferiram não aderir ao movimento). Mínimas mudanças de estilo foram introduzidas. O que saiu depois, intitulado de “A Propósito de Suape”, era praticamente o documento original, que a imprensa passou a chamar, em alguns casos com sarcasmo explícito, de “Manifesto dos Cientistas”. A seção 3 deste trabalho trata do assunto. Na seção 2 apresenta-se a concepção do projeto e na 4, avalia-se o desfecho do conflito. A 5 esboça um epílogo.

2. O projeto de Suape

O primeiro documento⁴ que caracteriza em mais detalhe o projeto do “Complexo Portuário Industrial de Suape”, como nele era chamado, é de novembro de 1974, de autoria de um consultor, o engenheiro Lafayette Prado, presidente do consórcio de empresas que, para o governo de Pernambuco, sob a chefia da empresa Transcom de consultoria, estudou a viabilidade técnico-econômica da iniciativa (contrato assinado com o órgão do governo estadual Diper em dezembro de 1973). A ênfase que nele se dá é para o significado de Suape em termos do desenvolvimento de Pernambuco e do Nordeste, como mola indispensável da infraestrutura para grandes saltos econômicos (ver também Pernambuco, Diper, 1974). Segundo Prado, os empreendimentos previstos no marco do projeto “deverão conduzi-lo a níveis ainda mais altos, precisamente os requeridos

⁴O documento não foi publicado. Tenho reprodução xerox em meu poder.

pela conquista do desenvolvimento autossustentado, principal objetivo da política nacional de eliminação dos desniveis regionais ainda vigentes” (Prado, 1974:19). Essa visão dominava o país na época, ainda vibrando com os anos do “milagre” (continuava a dominar em 2008 e, diga-se, talvez até com mais excitação, segundo se pode inferir da concepção do chamado PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), a prioridade máxima do governo federal de 2007 a 2016). A ideia do projeto de Suape era de dotar Pernambuco e o Nordeste de um porto de águas profundas (nem tanto), “capaz de atender às exigências ditadas pelo desenvolvimento que se processa na Região” (*Diario de Pernambuco*, ou simplesmente *DP*, doravante, 9.9.79, p. A-21). O instante zero do projeto data de 1968, tendo como inspiração a atuação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Pensava-se que era preciso dotar Pernambuco de indústrias de base em apoio ao processo desencadeado pela Sudene. O porto ficaria na bacia de Suape, 40 km ao sul do Recife, numa área imediatamente ao sul do cabo de Santo Agostinho, congregando em sua volta uma variedade de indústrias.

Segundo Prado (1974:1,3), o projeto se justificava pelas exigências de “profundas transformações no enfoque... adotado para o planejamento do Setor de Transportes [no Brasil]”, tendo em vista “vários requisitos de demanda de um país que cresce para dentro e para fora”. Quanto à escolha do local para isso – Suape, um espaço belíssimo, povoado de gente e contendo rios, praias, manguezais, matas, pomares de frutas e canaviais –, a justificativa residia em existirem ali “condições naturais propícias” para a instalação de um porto com boa profundidade. Além de “disponibilidade de retroterra para realização de obras portuárias”, retroterra essa até então “ocupada apenas por canaviais e alguns resíduos de mata e pequenos sítios” – certamente desimportantes –, além de banhada por “vários cursos d’água, que podem ter um aproveitamento maior de apoio ao próprio porto” (*DP*, 9.9.79, p. A-21). No dizer de Prado (1974:5-6),

“A busca de áreas adequadas para a implantação de portos à altura dos requisitos futuros, infelizmente, não encontra em nosso território um elenco amplo de alternativas. Fora de São Sebastião, em São Paulo, de Suape, em Pernambuco e de Ponta do Espadarte, no Pará, não se conhecem outras localidades que ressaltem tantos pontos a favor e características tão conditivas. Trata-se, portanto, em cada caso, de tirar o melhor partido das dádivas da natureza, afeiçoando-a segundo nossas necessidades e despertando-a para atividade profícua”.

Noutras palavras, a tarefa era encontrar “um local onde a contribuição da natureza fosse a mais generosa” (*id.:6*), seguindo o exemplo da Petrobras, que “descobrirá” São Sebastião, em São Paulo. Suape se apresentava então como “a melhor alternativa locacional para o Complexo” (Pernambuco, Diper, 1974:5).

De acordo com Prado, o governo de Pernambuco contara com a sorte e fora mais além no desenho de seu propósito, não se satisfazendo apenas em construir o porto; pensou igualmente na implantação ao lado dele de um grande distrito industrial, visando a despertar e estimular o interesse, junto com os recursos financeiros de investidores privados, “suficientes para, a um só golpe, alterarem a feição do Estado e levá-lo a uma contribuição mais ampla à Região e ao País” (Prado, 1974:6). Ou seja, uma “ação enérgica e intimorada... em defesa do desenvolvimento” (*id:9*). Não se levou em conta nesse raciocínio que a área do projeto, de beleza natural ímpar, tinha ocupação antiga, era bastante habitada e teria que ser muito desfigurada (Mota, 1978). O que, ao contrário, Prado (1974:10) sugere é que o local possuía área suficiente para a instalação do complexo industrial pretendido – e isso bastava. Dispunha, com efeito, de terras “com a possibilidade de recuperação” e “que carecem de regularização, a ser promovida... com material que se originará dos trabalhos de desmonte, terraplenagem e dragagem necessários à construção do porto escavado” (*id.ib*). Ao mesmo tempo, admitia a necessidade da “abertura de uma ou duas janelas no cordão de recifes, para

acesso franco ao complexo lagunar, preservadas as condições de estabilidade do cordão e de manutenção da profundidade do canal” (Prado, 1974:12). Ou seja, destruição pura e simples da obra da natureza, motivada pela voracidade humana, sem nenhum drama de consciência, sem nenhuma palavra de consolo quanto à intervenção brutal que se estava desenhandando. Convém que se diga que, partindo do cabo de Santo Agostinho, forma-se na direção sul perfeita linha reta de uns cem metros de largura de recifes de arenito ao longo de 15 km da costa, continuação da que se estende desde o Recife (a 30 km). Essa é uma característica do litoral pernambucano, acentuada em sua precisão e simetria de Suape ao Pontal do Cupe, quando termina a linha reta em apreço. Charles Darwin (1809-1882) viu-a em 1836 e se admirou de sua harmoniosa linearidade, duvidando até de que fosse “obra da natureza, e não de engenharia”, como escreveu no seu livro de 1839 (três volumes), *Diário e observações*.⁵

Na verdade, a certeza de Prado e do governo de Pernambuco não deveria ser tão eloquente assim. Um relatório de abril de 1972, da Fundação de Estudos do Mar (do Rio de Janeiro), *Um Novo Porto para o Nordeste*, encomendado pelo governo pernambucano (Diper) e de autoria do oceanógrafo e almirante Paulo de Castro Moreira da Silva (1919-1988)⁶, afirma no tocante a Suape (Moreira da Silva, 1972:26): “Seria mais uma ilusão construir esse porto. Ele é a consequência lógica da decisão política e do projeto econômico de que é instrumento... Para se reintegrar no desenvolvimento nacional, o Nordeste tem de receber uma missão de desenvolvimento”. Ou seja, faltava saber para que se estava pensando em empreendimento tão vultoso. Afinal, que Nordeste, que modelo de desenvolvimento se estava buscando? A suposição é de que, para que a integração de

⁵ Ver Roberto Cavalcanti de Albuquerque, “Darwin e o Recife”, *Jornal do Comércio* (Recife), 3.2.2008.

⁶ Esse documento, não publicado, foi-me entregue pelo historiador José Antonio Gonsalves de Mello, neto, em 1975, quando fui conversar com ele sobre o Manifesto. A cópia que posso não é boa, resultado de um processo de reprodução deficiente.

Suape na paisagem econômica, social e tecnológica de Pernambuco se desse de forma suave, sem os traumatismos do impacto, do salto de muitas etapas intermediárias que provocaria, o Nordeste teria que previamente sofrer profunda transformação. Paulo Moreira da Silva (1972:27) percebeu o alcance dessa exigência quando, em seu estudo técnico, asseverou: “O problema, dito crumente, não é o de fazer ‘um porto para o Nordeste’, e sim o de fazer um Nordeste para um porto”. Essa era uma objeção, digamos assim, técnica. De qualquer maneira, significava uma restrição ao ufanismo que prevalecia, de fazer ver apenas os méritos incontestáveis da iniciativa.

O projeto concebido pelo consórcio Transcom admitia que Suape iria atrair “empreendimentos privados dinâmicos” totalizando cerca de 4 bilhões de dólares, em valores de 2020. As atividades previstas incluíam, “seja em função das exigências do desenvolvimento regional, seja pela existência de patrocinadores” (Prado, 1974: 16), uma refinaria de petróleo, um complexo de fertilizantes, uma fábrica de alumínio, uma de cimento e uma de pneumáticos. Essa visão, contudo, não teve aprovação unânime, mesmo no plano puramente econômico. Tal é, com efeito, o que se percebe do parecer emitido pelos professores de economia Edinaldo Gomes Bastos (1942-1995, ex-reitor) e Alfredo Soares, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 30 de setembro de 1974. Na conclusão do parecer⁷, recomendava-se que o documento da Transcom fosse “reelaborado, em bases mais sólidas”, em virtude de seus “erros, des cuidos e argumentos questionáveis”, bem como de sua deficiência quanto a “indicadores plausíveis para orientar o planejamento ou estudos complementares”. A avaliação desfavorável – expressa com palavras enfáticas – não foi dada a conhecer ao público interessado, uma omissão caracterizadora do paradigma impositivo do projeto, que não admitia objeções. A ideia da obra, com efeito, era apresentada de modo incontestável, como solução decorrente da melhor

⁷ Cópia do documento em meu poder.

reflexão, da mais sábia postura governamental, do mais autêntico dom de manifestação da verdade definitiva.

3. A crítica dos “cientistas”

No dia 5 de abril de 1975, um sábado, o semanário *Jornal da Cidade* (ano II, nº 24, 6-12.4.75), hoje extinto, trouxe enorme manchete de capa, com os dizeres: “Cientistas lançam manifesto contra o Complexo de Suape”. Era a primeira crítica pública, em medida ampla, apresentada contra o projeto do governo pernambucano⁸. Na verdade, o número de outubro de 1973 da revista mensal *Confidencial Econômico* (ano 4, nº 1, p. 31), uma bem escrita publicação recifense, havia estampado carta que lhe fiz, intitulando a matéria de “Diretor do IJNPS critica porto de Suape e dá motivos”. Eu começava afirmando que a redigia “para que não se diga mais tarde que não houve quem protestasse contra o apressado projeto de construção do porto de Suape”. Argumentava que não se devia destruir a natureza como se fez com a Mata Atlântica ao longo da colonização e nos tempos seguintes. Procurava chamar a atenção para se evitarem “os erros passados, pelo caráter lamentavelmente irreversível das decisões tomadas, sem maior consideração de custos e benefícios de prazo longuíssimo”. E concluía com a consideração de que “um pouco mais de reflexão valeria a pena, numa situação como a de Suape”, declarando: “pouco está a meu alcance fazer para impedir que violência como a construção de um porto em Suape se efetive. Mas não abdicarei do pouco que me resta nesse campo”. O erudito jornalista Marco Aurélio de Alcântara (1937-2014), editor da revista, depois de transcrição da carta, inseriu nota afirmando taxativamente não concordar com minha perspectiva. Essa ressalva não é comum em publicações que reproduzem opiniões de leitores (uma leitura regular, por exemplo, da conservadora *The Economist* revela

⁸ O manifesto foi reproduzido pelos dois maiores jornais diários do Recife, *Diario de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, no dia seguinte.

bem isso), por mais divergentes que sejam. Apenas em casos de discordância extrema, tal acontece. Foi, naturalmente, o que ocorreu com *Confidencial Econômico* – evidenciando o caráter arriscado da crítica a uma ação governamental que se presumia dogmaticamente acima do bem e do mal.

É nessa atmosfera de risco de crítica ousada – de ausência total de crítica, de fato – que se insere o lançamento do “Manifesto contra o complexo de Suape”. Seu ponto de partida⁹ foi a premissa de que se tinha “firmado como tradição do estilo recente de promover o desenvolvimento econômico... o lançamento pelo governo de grandes projetos de sua iniciativa que as autoridades presumem consultar o interesse público e julgam satisfazer as aspirações da população, sem que uma consulta à última seja efetivamente realizada” (o projeto da transposição do São Francisco mostra que tal postura continua imperialmente vigorando). E de que isso não significava que a sociedade devesse se retrair na manifestação de opinião, mas, ao contrário, reagir “contra a pretensão de transformar em verdade indiscutível a tradição autocrática” de imposição das decisões de cima para baixo. O manifesto comentava a omissão de discussão quanto a taxas de retorno do projeto, usos alternativos do dinheiro público destinado a Suape, relação de custo-benefício da iniciativa, etc. E reclamava da “maneira quase histérica com que se fala do projeto, anunciando-se tão só suas vantagens, sem nenhuma alusão àquilo que os economistas em seu esoterismo vocabular classificam de ‘custos de oportunidade’”. Registrava ademais “a obsessão em que se transformou a implantação do parque industrial e polo portuário de Suape”. O documento dedicava metade de sua argumentação a contestações no plano econômico. Era imperioso que assim procedesse, por duas razões principais. Primeiro, porque a economia era o móvel essencial do projeto. Em segundo lugar, porque, na época, não havia condições de uma análise de parâmetros ecológicos,

⁹ As citações a seguir são do número do *Jornal da Cidade* em apreço. O texto saiu com alguns senões tipográficos, comuns então, os quais são aqui corrigidos.

até por nenhuma iniciativa pública (do tipo da Transamazônica, da ponte Rio-Niterói, Itaipu, Programa Nuclear, etc., empreendimentos de então) abrir espaço para avaliações de impacto ambiental. O tema simplesmente não existia.

Ninguém, praticamente, se preocupava em 1972-1975 com ações em defesa do meio ambiente. O assunto era de baixa popularidade, para todos os efeitos, ignorado, e não havia um movimento ecologista atuante no país (ver Viola, 1992); nem em Pernambuco. Assim é que o manifesto só vai tocar no problema depois de sua primeira metade. Diz lá: “Uma palavra por outro lado para o admirável cenário, verdadeiro patrimônio artístico, que a natureza ergueu em Suape”. O tema da beleza natural foi invocado porque era o ponto que mais poderia provocar interesse do público, dada sua importância para o turismo, tópico ressaltado no parágrafo anterior do manifesto, quando se exaltaram “as vantagens turísticas pernambucanas”, relevantes do ponto de vista de uma atividade econômica rentável como alternativa ao complexo industrial-portuário. Eu frequentava assiduamente, nos fins de semana, com a família e amigos, a região do “complexo lagunar” mencionada por Prado (1974:12), especialmente a desconhecida, bela e isolada (não mais. Tristemente, não mais) praia de Muro Alto. Começou a me preocupar a deformação que se iria processar ali. Algumas vezes, não me contive, e arranquei pesadíssimos marcos de pedra e cimento colocados em pontos da área pela empresa Transcom, que nós encontrávamos na areia¹⁰. Era

¹⁰ Uma nota a esse respeito chegou a aparecer no *Jornal da Semana* (Recife), semanário também desaparecido, de 13-19.4.75, com o título “A diversão do marco”. Diz ela: “Numa praia bonita como a de Suape, parece que a melhor forma de curtir é tomar banho, estirar-se na areia, ficar à sombra dos coqueiros, fazer castelos de areia ou simplesmente matar o tempo olhando a paisagem. Mas há quem, alheio a tudo isso, se dê ao insano trabalho de arrancar marcos, numa forma de protesto contra a implantação do Complexo Industrial de Suape. É uma atitude infantil, inconsequente, puxada ao quixotismo, mas com ela se delicia um dos cientistas que assinaram o manifesto contra o projeto”. Não sei como souberam dessa minha iniciativa “quixotesca”.

minha forma de começar uma peleja ambientalista. Seria “inconsequente, puxada ao quixotismo”? Não me convenci até agora disso.

Daí, a articulação de ideias apresentada no manifesto que colocava a questão de se ponderar a “sabedoria de se alterar irreversivelmente a paisagem de que Suape foi dotada”, mesmo que os recursos do projeto “estivessem efetivamente sendo otimizados”. Dizia o documento:

“Permitir que no sítio escolhido se construa um porto e um complexo de fábricas implica em perda definitiva de uma riqueza que faz parte do acervo de Pernambuco. Isto, em qualquer raciocínio analítico, representa um custo... é lícito especular sobre se os benefícios esperados no longo prazo superarão com tranquila margem aquilo que se estima serem os custos decorrentes do sacrifício que se imporá à paisagem – para não trazer à baila problemas igualmente relevantes relacionados com a poluição do meio ambiente... Não é só Suape que pagará, em termos de mutilação do meio ambiente e de deterioração da qualidade de vida... Todo um conjunto de recantos preferidos serão também sacrificados.”

O manifesto alude ainda à significação histórica de Suape, onde eram frequentes os achados arqueológicos, muitos deles feitos por Ulysses Pernambucano de Mello, neto, filho de José Antônio Gonsalves de Mello, neto, os quais me foram mostrados por este último.

Finalizando, afirmava-se:

“Tudo isso exige que se tome uma posição. Que se denuncie a fragilidade de um planejamento exclusivamente voltado para a promoção tacanha da produção de mercadorias e da renda *per capita*, não importando que custos a sociedade está pagando... Que se considerem a experiência e sobretudo os equívocos cometidos pelos países já industrializados e que hoje lamentam a tomada de certas decisões pouco sábias, inclusive e principalmente no que se refere à detestada e combatida poluição do meio ambiente... convém que se enfatize o perigo que é para

nosso mar a instalação de fábricas gigantescas de fertilizantes e de alumínio junto à costa pernambucana”.

4. Reações que a crítica provocou

Para surpresa dos signatários, o manifesto provocou grandes reações quando foi lançado. Isso pode ser constatado por uma consulta aos jornais pernambucanos da época (na televisão, sem a presença forte de hoje, raras foram as repercussões). Antes do lançamento não se imaginava que, em um mundo de visões monolíticas e pensamento aparentemente único, uma avaliação ecológica de projeto econômico, feita por professores universitários, longe da ribalta, pudesse causar maior alvoroço. Mas foi o que sucedeu (durante semanas) – com uma segunda rodada de reações aparecendo em 1979, por conta de uma ressurgência das críticas. No primeiro momento, em abril de 1975, o clima parecia de início um tanto calmo. O *DP* de 8 de abril (p. 5, Primeiro Caderno) publica nota oficial do Serviço de Imprensa de Pernambuco (governo estadual) respondendo ao manifesto. A nota começa com a afirmação de que “os técnicos” que o analisaram “apenas encontraram bases emocionais e pressa na crítica, com total desconhecimento do assunto”. A nota rebate os argumentos econômicos dos “cientistas” e diz estarem eles desinformados, acrescentando: “Pecam, portanto, pela distorção, as conclusões que os signatários quiseram apresentar como corretas perante a opinião pública”. Ainda: o projeto de Suape “trará emprego, melhorará as condições de vida das populações do Estado e dará condições de aumentar a produtividade dos campos de Pernambuco e da região”, absorvendo “o excedente de população do meio rural da micro-região onde se localizara” – coisas que, quatro décadas e meia depois, são negadas pelos fatos. Quanto à crítica ecológica, a nota assegura não haver perigo de poluição com o projeto. A razão: “há no projeto e será executado [sic], uma central de tratamento de resíduos, que os autores do documento não

enxergaram. Há também uma barreira de proteção ecológica, com reflorestamento, etc.” No tocante à falta de discussão da iniciativa, de consulta à sociedade, rebate a nota: “As consultas se fizeram, pois a Assembleia Legislativa aprovou o projeto, através do Prac, e os órgãos de classe e Clube de Serviço debateram e deram seu apoio”. Sublinha ainda – de forma algo surrealista – que o legislativo estadual “inclusive, enviou aplausos ao presidente Ernesto Geisel, pela inclusão do Projeto Suape no II PND” e que “o Conselho Estadual de Cultura, sob a presidência do Mestre Gilberto Freyre, louvou o projeto por sua preocupação em preservar os sítios históricos e cuidar da defesa do meio ambiente”. Que essa preocupação não era prevista deduz-se claramente do que escreveu em 2007 o secretário de Planejamento de Pernambuco de 1975, Luiz Otávio Cavalcanti, a respeito de Suape e dos que o contestavam: “O movimento que se opunha à construção de Suape colaborou, com suas opiniões, para que o governo adotasse medidas oportunas, voltadas ao controle ambiental”¹¹. Essas medidas, por conseguinte, antes inexistiam. A nota do governo estadual de abril de 1975 conclui dizendo que era “lamentável que se pretenda criticar um projeto argumentando em benefício de alguns (turistas) e em detrimento de todos, do desenvolvimento, que é o objetivo final”. Como se preservar a natureza só produzisse benefícios para quem se embevece com um cenário sem modificações deformadoras.

Aí fica patente o descompasso entre o pensamento ecológico dos que levantavam razões contra a obra e a crença cega, dominante também nos dias atuais, nos poderes ilimitados do crescimento econômico (escondido, este, sob o disfarce perigoso do desenvolvimento). A crença era (é) de todos, praticamente. Na mesma página em que o *DP* de 8.4.1975 publicou a nota oficial do governo do estado, aparece matéria do jornal em que se anuncia que a Assem-

¹¹ Luiz Otávio Cavalcanti, “Pernambuco se modernizando (1975/1979)”, *Blog da Folha*, 2.4.2007, <http://www.blogdafolha.com.br/permalink.php?id=910&secao=>, acesso em 27.2.2008.

bleia Legislativa de Pernambuco (ALP), por iniciativa do deputado Roberto Freire (MDB, oposição) – que seria apoiada pelo deputado Nivaldo Machado, líder do governo (*DP*, 9.4.1975) –, ouviria o secretário de governo responsável pela execução do complexo (Anchieta Hélcias, de Indústria e Comércio) do mesmo modo que os cientistas que assinaram o manifesto. Segundo o deputado, porém, um ferrenho inimigo da ditadura militar e de seus prepostos estaduais – a exemplo do então governador pernambucano Moura Cavalcanti (1925-1994) –, “a própria oposição... agiu no sentido de incentivar e aprovar os estudos de viabilidade do projeto”, por considerar que Suape era “a melhor opção, a que melhor otimizava os recursos escassos do estado e rarefeitos, do governo federal, para esta região canalizados”. Mas, em face do manifesto, justificava-se a convocação de uma audiência pública, como se diria agora, e que a “Assembleia não pode se furtar à discussão da matéria”. Outro deputado do MDB, Marcus Cunha, pediu na ocasião a transcrição do manifesto em ata, defendendo que o assunto interessava “de perto, ao povo pernambucano” (*DP*, 8.4.1975). Aliás, equivocadamente, o mesmo jornal noticiava que o documento havia sido subscrito também pelos professores da UFPE Gerson Teixeira da Costa, de Engenharia, e Manoel Correia de Andrade (1922-2007), de Economia¹². Um terceiro deputado emedebista, de menor prestígio, Manoel Gilberto, aproveitou a ocasião da convocação da audiência pública para lembrar que há dois anos pedia explicações ao governo do estado sobre o projeto, e não era ouvido. A visão do oposicionista era rebatida pelo deputado governista Wandenkolk Wanderley (1917-2002) – conhecido delegado de polícia, dos mecanismos de repressão do regime militar, e que costumava usar da violência contra quem discordava de suas ideias –, que enfatizou: “A implantação

¹² O prof. Manoel Correia escreveu carta sobre o assunto ao *DP*, a qual foi publicada em 10.4.1975. Nela afirmou que fora por mim procurado, “no gabinete da Profa. Silke Weber” e que, por desconhecer o conteúdo do projeto “não [podia], em consequência, emitir opinião favorável ou contrária” a ele.

de Suape propiciará ao Nordeste e ao Brasil o maior sucesso e o melhor êxito em nosso desenvolvimento". Essa opinião, na verdade, era de toda a bancada do governo, como se pode aferir nos anais da ALP e na imprensa pernambucana.

A linha dominante de contestação ao manifesto, que os defensores do projeto adotavam, era a da importância de Suape para o desenvolvimento de Pernambuco. No oficialismo, nenhuma voz discordava da ideia. Mas a imprensa, a princípio, mostrou alguma receptividade à argumentação contrária dos "cientistas". Editorial do *DP* de 8.4.1975 observava a respeito: "É inegável o otimismo fofo com que o projeto de Suape se viu cercado, numa repetição atualizada do ufanismo". Adicionava que, dado o peso da crítica, um reestudo do empreendimento se fazia necessário, ressaltando que "o reestudo não implica em aceitação da tese anti-Suape". O que dependia, como queria o mesmo editorial, de que o secretário Anchieta Hélcias espatifasse "todos os argumentos contrários". Mas reconhecia que os signatários do manifesto não eram "pessoas que necessitam de alvoroços impressos para se fazerem lembradas", que não deveriam ser temidos, que o debate era necessário, concluindo (assim mesmo, em espanhol): "*Que venga el toro!*" Tom semelhante adotou o *Jornal do Commercio* (*JC* daqui em diante), do Recife, de 10.4.1975, que perguntava em editorial: "Será Suape uma ilusão, uma utopia, um gasto excessivo, um planejamento sem sentido?" No entanto, no mesmo texto reclamava: "Talvez o manifesto devesse ter sido dado à publicidade um pouco antes", pois "teria sido melhor" que ele fosse publicado "quando o snr. Eraldo Gueiros Leite [que saíra do cargo em 15.3.1975] se achava no governo". Como se a posição de crítica fosse a um governador ou outro, e não a uma ideia, a uma obsessão, a um mantra oficial.

No dia 9.4.1975, Gilberto Freyre (1900-1987), citado na nota do governo estadual, comunicava em entrevista ao *DP*: "sou um dos que, agora, reconhece serem duvidosos os benefícios de ordem

econômica que este porto trará para Pernambuco". Aproveitou inclusive para dizer que não tinha assinado o manifesto (procurei-o nesse sentido) por sua posição anteriormente favorável ao governo. Tal posição resultara de explicações que, visitado como presidente do Conselho Estadual de Cultura, dera-lhe um "representante oficial do governo anterior". Concluía: "cedi ao argumento talvez mais emocional do que objetivo, de corresponder o Projeto à necessidade de Pernambuco". O "emocional", no caso, podendo ser entendido como fruto do apelo de se acabar com a miséria, o desemprego, a inchação das cidades, etc. Isso fica patente quando o funcionário diz a Gilberto Freyre, segundo este, que o superporto, se não ficasse em Suape, "seria construído noutro Estado, com prejuízo para Pernambuco. O que sensibilizou minha conhecida pernambucanidade". E aí reconhece que Suape provocaria "não pequenos sacrifícios de natureza estética, de caráter histórico, de alcance ecológico".

Havia uma linha oficial de endeusamento do empreendimento que esmagava todas as reações contrárias. O deputado Manoel Gilberto não era ouvido. Gilberto Freyre se sentia enganado. Desprezavam-se as poucas vozes discordantes. Quando muito, se dizia que estavam equivocadas. Como fizeram que assim pensasse o médico-escritor José Nivaldo, que escreveu no *JC*, de 9.4.1975, sobre a impressão que tivera quando viu a propaganda do complexo: "Pareceu-me... fantasioso,... fora de nossa realidade agrícola". E que gente como ele, "perus", "dão palpites de enxeridos que são". Para ele: "Alguns tecnocratas complicam tanto seus esquemas que o bom senso do povo não consegue penetrá-los. Resta-nos apenas o direito de saber à distância, que esses planos viraram contos de carochinha". A visão que vai se construir a partir desse momento, porém, não será de ceticismo – muito menos de contestação – ao projeto do porto. O *JC*, no mesmo dia 9.4.1975, assumindo em editorial a defesa de Suape, e lembrando que o historiador pernambucano Oliveira Lima (1867-1928) considerava "que o Recife era a capital

mundial da inveja”, perguntava: “A quem interessam os emocionais debates políticos em torno de Suape? Certamente, àqueles mesmos de quem falava Oliveira Lima”. Completa: “Suape... dará a Pernambuco importante área... capaz de atrair para o Estado outros ambiciosos projetos, inclusive uma possível refinaria”; e protegerá o meio ambiente, inclusive com “uma área de reflorestamento – o que seria uma ‘barragem antipoluição’ –, uma central de resíduos e até o Museu do Mar”. Daí, posicionamentos como o de um importante jornalista da época, Edmundo Morais, em sua coluna “Periscópio”, no *DP* de 10.4.1975: “Não entendo... como vozes pernambucanas se levantam contra esta cópia de iniciativas que me parecem vitais para o nosso Estado. Entenderia, sim, se tais vozes fossem paulistas, bahianas, embora em nenhum momento duvide da boa fé e da honestidade de propósitos dos qualificados opositores de Suape”. Esse voto de confiança não foi dado pelo *Jornal da Semana*, periódico menos expressivo e hoje extinto, que atribuiu aos críticos de Suape – edição de 13-19.4.1975, p. 3 – “incrível capacidade de adivinhar”, além, “ao que parece”, de acharem “que têm o domínio da verdade”. Por isso, negando-lhes autoridade para o que escreveram em seu manifesto, endossava a tese de que o projeto tinha a função de eixo estratégico “na concepção de um programa de efetiva expansão econômica para Pernambuco”.

Tentando esclarecer sua posição diante da massa de manifestações que se seguiram imediatamente ao manifesto – não só nos jornais, mas também no rádio e na própria televisão¹³ –, seus subscri-

¹³ O governador Moura Cavalcanti – com quem eu tinha boa relação – fez fúrioso pronunciamento pelos canais de TV recifenses no dia 9 de abril de 1975 esbravejando contra os signatários do manifesto. Afirmou com cara feia que não permitiria que um punhado de lunáticos impedisse o “desenvolvimento de Pernambuco” e os esforços que seu governo faria para “acabar com a miséria” no estado. É de lamentar que eu não tenha gravado a aparição do governador na TV. Não sei se ela pode ser localizada em algum arquivo. Mas o *Jornal da Cidade* de 13-19.4.1975 estampa a seguinte declaração sua: “Não deixarei que as sutilezas da paisagem... se sobreponham à sensibilidade dos estômagos vazios”.

tores resolveram publicar longa nota, intitulada “Ainda a propósito de Suape” – um segundo manifesto –, o que aconteceu no dia 11.4.1975 (somente o *JC* publicou-o na íntegra; o *DP, Jornal da Cidade e Jornal da Semana* fizeram cortes, divulgando apenas o que acharam mais importante¹⁴⁾). Nela, remete-se à noção do ecodesenvolvimento, de Ignacy Sachs, cujo nome é mencionado. Conclui a nota dos opositores do projeto: “não é tanto a defesa da paisagem como manifestação estética que está envolvida na contestação a Suape, e sim a do meio ambiente, do qual depende a qualidade da vida humana e a preservação do próprio homem”. Era clara, portanto, a visão ecologista da crítica. O segundo texto dos “cientistas”, a propósito, resultou de um debate dentro do grupo, envolvendo principalmente Renato Duarte, Renato Carneiro Campos, Roberto Martins e a mim próprio (reuni-nos umas três vezes entre os dias 7 e 9.4.1975). Discutimos nossa proposta e o perfil ambientalista da crítica definiu-se melhor, o que permitiu que se tornasse mais forte o contraste com a posição oficial, a favor do desenvolvimento a todo custo. É nesse marco que o secretário Anchieta Hélcias, em solenidade oficial no dia 11.4.1975 (*DP*, 12.4.1975, Primeiro Caderno, p. 7), declara que Suape é “a única opção que Pernambuco tem para crescer mais”. A partir daí, o tom do embate se torna mais hostil e até desrespeitoso, como na nota do *Jornal da Semana* (13-19.4.1975, p. 5), em que sugere: “Quando cientista dá a sua sentença, leigo deve restringir-se à sua insignificância ou, em linguagem mais terra-terra, botar o rabo entre as pernas”. Em tom pouco simpático também, Marco Aurélio de Alcântara, em sua coluna “Panorama Econômico” (*DP*, 13.4.1975), proclamando ter uma “filosofia e ideologia... desenvolvimentista”, considerava que “a contestação a Suape é uma mesquinharia do pior tipo”. E que era “inadmissível que um grupo de intelectuais responsáveis vá aos jor-

¹⁴ Protestei contra isso em carta ao diretor-executivo do *DP*, Antônio Camelo, no mesmo 11 de abril. A carta não foi publicada. Quanto aos demais jornais, achei que não valia a pena fazer protesto.

nais criticar um projeto que somente *benefícios trará ao Estado*” (grifo seu). Sua justificativa era de que

“não é concebível que se procure obstruir um projeto de governo sob uma *perspectiva naturalista* [grifo seu] da paisagem de Pernambuco, que, como geografia bucólica, pode servir ao deleite estético, mas não se transforma em riqueza geradora de empresas e bem-estar para milhares de pessoas”.

Concluindo:

“E Pernambuco? Continuará a oferecer ao Brasil esse espetáculo degradante de inveja, mesquinhez, paroquialismo e caciquismo em torno de seu projeto maior, Suape?”

No mesmo dia 13 de abril, o *DP* noticiava: “Trabalhador da orla apoia Suape”. A razão: “Suape trará emprego, melhorará as condições de vida do trabalhador da orla marítima”. Quem o declarava era um estivador, Moisés José de Melo, em nome da categoria. Segundo ele, os trabalhadores “são totalmente contrários ao argumento da preservação da paisagem histórica e natural de Suape”. E consideram isso um “entrave ao desenvolvimento social e econômico do estado”. Ao lado da mesma matéria, o *DP* exibia declarações de José Antonio Gonsalves de Mello, neto, de cunho totalmente distinto. Nelas, o historiador falava dos prejuízos sofridos por Pernambuco com a destruição do patrimônio histórico, citando os exemplos das igrejas do Corpo Santo e dos Martírios, dos arcos da Conceição e de Santo Antônio, do Forte do Buraco, no Recife – tudo, “pelo que se considerou *exigência do progresso*”. Suape era também “cultura, civismo e fé... ali estão as marcas da epopeia pernambucana na luta contra o invasor no séc. XVII”. Opinião minoritária, contrariada ainda em 13.5.1975, no *JC*, pelo jornalista João Lyra Neto, em sua coluna “Hortas e Campos”, que diz: “investimentos de infraestrutura [caso de Suape]... transcendem a considerações quanto à deformação de paisagem, profanação de sítios e etc. [sic]”. O mesmo argumento foi usado, segundo Gilberto Freyre (dessa vez em artigo de domingo, que sempre escreveu, no *DP*,

13.4.1975), por “representante oficial” do governo de Pernambuco, que foi ao Conselho Estadual de Cultura por ele presidido para pedir o apoio do órgão ao projeto de Suape – fato já mencionado linhas atrás. Tão enfática foi a referência ao argumento pelo funcionário, que Gilberto Freyre se sentiu convencido, “o que fiz sem entusiasmo... Simplesmente convencido”, como se exprimiu. O representante do governo teria dito que Suape “se tratava de projeto definitivo – já sem possibilidade senão de ligeiras alterações”, por se tratar “de questão de vida e morte para a economia de Pernambuco”¹⁵. Esse mesmo foi o diapasão de pronunciamento de Lafayette Prado, da Transcom, “numa reunião especial com secretários de Estado; a imagem de Suape já está vendida e não se pode voltar à estaca zero” (coluna do respeitado jornalista-escritor Paulo Fernando Craveiro, *DP*, 16.4.1975, Segundo Caderno, p. 7). Para Freyre (*DP*, 27.4.1975), o projeto foi “elaborado à la Luís XV ou à la Faraó: sem consultas”. Mesmo assim, ele teria pedido ao governo que não cedesse às “conveniências de ordem puramente econômica ou de caráter somente tecnológico”. Que desse importância aos “de modo algum desprezíveis valores paisagísticos, históricos e ecológicos”. Aproveitou para defender os signatários do manifesto, que reputou “da mais alta responsabilidade, redigido magistralmente por um deles, e este jovem e notável economista”.

Uma das linhas de ataque ao manifesto contra Suape – como forma de esvaziá-lo – tomou o caminho do deboche ou da gozação. Nada de signatários responsáveis, como classificou Gilberto Freyre. Os “cientistas” do documento não mereciam crédito. Ilustração desse modelo se encontra em notinhas da coluna “Política”, do *DP*, em 14.4.1975. Uma delas tem tom divertido. Intitula-se “É a...” E conta: “quando um jornalista encontrou um amigo de grande saber,

¹⁵ No dia 27.4.1975, no seu artigo dominical do *DP* (periodicidade que durou várias décadas), “Sem zanga nem rancor”, Gilberto Freyre explica mais uma vez por que mudou de opinião: “Sempre pronto a mudar de opinião, quando se trata do futuro brasileiro, não hesito em confessar que opiniões... expressando dúvidas quanto aos benefícios... de Suape, muito me vêm abalando”.

na Ponte Duarte Coelho, saudou-o: – Como vai o ilustre cientista? – Cientista é a mãe, bicho”. Outra entrada da coluna: “Sábado passado, um colega aqui da redação encontrou um cientista, no Janga, procurando ‘a entrada de Suape’, levando uma luneta, vários mapas, sanduíches, refrigerante e uma esbelta secretária. Parece que ia estudar Anatomia”. Mais outra:

“Pelo segundo manifesto dos cientistas, parece que o principal mesmo é preservar a paisagem de Suape. A poluição vem em segundo plano. Tanto é assim que os *sábios* [grifo meu] apontaram duas opções para o complexo [verdade, fizemos isso]: Goiana ou Tamandaré, o que torna evidente que a poluição pode muito bem ser deslocada”.

No sentido de defender Suape, a nota dos signatários do manifesto, publicada no dia 11 de abril, propunha efetivamente que fossem procurados outros sítios para o superporto. Mas ressalava: “se porventura ficar demonstrado que inexistem opções de outros caminhos para o ansiado desenvolvimento de Pernambuco”. Foi uma tentativa de não radicalizar a postura de combate. Desnecessária, pode-se dizer agora, pois a radicalização vinha com a própria negação dos méritos supostamente indiscutíveis do projeto – “questão de vida e morte” –, méritos que o governo pernambucano alardeava dogmaticamente. Tanto que a própria oposição os reconhecia. Outra ironia sobre o manifesto, mais sutil, foi de Paulo Fernando Craveiro, em sua coluna no *DP* de 16.4.1975:

“Quem primeiro atentou contra a paisagem do Brasil foi Pedro Álvares Cabral, disse em reunião secreta [para quê?], no Recife, o diretor da Transcom, Lafayatte Prado, presidente da empresa que projeta Suape”.

O *Jornal da Cidade*, de 13 a 19.4.1975, preferiu uma charge do humorista que se assinava Ral. Nela, deitada em divã, uma figura de banqueiro (barrigudo, charutão e cartola, jogando moeda para o ar) dizia para o psicanalista: “O meu complexo, doutor, é o de Suape”. A

brincadeira, na verdade, podia ser interpretada como uma ridicularização da posição oficial.

Os méritos do complexo eram sublinhados por pessoas de todas as tendências políticas. O deputado cassado, ligado ao então exilado Miguel Arraes, Artur Lima Cavalcanti, expoente da oposição ao regime militar em Pernambuco e amigo íntimo de Renato Carneiro Campos¹⁶ (signatário do manifesto), esquerdistas ambos, por exemplo, reconhece (*DP*, 14.4.1975): Suape é “um empreendimento que representa uma das únicas saídas para a região... como fonte de progresso, de mão de obra e bem-estar social”. Para ele, não havia alternativa para o complexo, a não ser Suape. Esse local “apresenta retroterra plana junto a um litoral de grandes profundidades, de condições raras em todo o mundo e situado no vértice do Nordeste”. A matéria jornalística sobre a posição de Artur Lima menciona carta que ele escreveu a Renato Campos procurando “melhor esclarecê-lo e tranquilizá-lo quanto ao que o complexo de Suape poderá representar em termos de humanização e respeito ao meio ambiente”. E diz que, segundo Artur Lima, um planejamento adequado tinha sido concebido no plano urbanístico para as cidades da região do porto, “para evitar a ocupação desordenada, que as transforme em áreas deterioradas como a desastrosa conurbação ocorrida no ABC paulista e na baixada fluminense”. Pobre previsão. O que há em Ipojuca e Cabo do Santo Agostinho, as cidades da área de Suape, é exatamente urbanização calamitosa, com todos os problemas associados a pobreza, violência e falta de serviços básicos que se observam nas cidades inchadas do país. Depois de elogiar os “cientistas” por “esta luta corajosa, benéfica e de profundo significado humano, que vocês resolveram travar, na hora certa, em defesa da ecologia”, diz Artur Lima que a iniciativa do manifesto “servirá de inestimável brado de alerta... [para] que o futuro distrito de Suape venha a ser implantado em benefício do homem”. Todavia, conclui:

¹⁶ Renato Carneiro Campos era tio do ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos (1965-2014).

“Em nome dos interesses da região nordestina, evitemos a polêmica sempre que estéril e cuidemos de somar esforços na afirmação de que Pernambuco não pode prescindir de Suape e que este não deverá cometer nenhum atentado aos respeitáveis aspectos ecológicos que devem ser devida e plenamente levados em conta”.

Com tanta exaltação das virtudes do projeto, vistas na ótica do desenvolvimento econômico como panaceia para os males da vida pernambucana, não admira que, nas semanas seguintes ao lançamento do manifesto, fosse generalizada a crença em tais virtudes – ou, pelo menos, a crença que os jornais relatavam. O principal líder da oposição aos militares em Pernambuco em 1975, o senador Marcos Freire (1930-1987), eleito de forma quase heroica em 1974, engrossa a lista dos que estavam do lado do governo (que combatia de forma contundente em outros planos). Isso aconteceu publicamente em sessão do Senado Federal em 15.4.1975, conforme noticiário da imprensa do dia seguinte (*DP*, 16.4.1975, p. 1). Disse ele em Brasília: “Ninguém pode ser contra um complexo industrial portuário que venha tornar mais dinâmico o ritmo de nosso progresso”. Teve o cuidado, porém, de mostrar respeito pela argumentação do manifesto. Disse ainda que “parece ter havido açodamento na manutenção da ideia que não foi precedida por ampla abertura de debates, junto aos meios técnicos e científicos do País”. Concordava, por outro lado – procurando sempre assumir posição neutra –, que Suape poderia “ser um dos fatores detonadores de um grande surto de industrialização dinâmica regional”. E que o problema do complexo tinha sido “posto na ordem do dia por homens que estão acima de paixões partidárias” que mereciam “eles – e a opinião pública despertada para a questão – os mais exaustos esclarecimentos”. Mas, em síntese, julgava “que o Governo possa demonstrar [os méritos e malefícios do projeto] exaustiva e tranquilamente”. E que: “É preciso ser a favor de Suape, não apenas porque vai carrear recursos... mas pelo fato, que se possa demonstrar, de ser ele, entre outras possíveis, a alternativa mais válida e oportuna para to-

dos nós”. Como senador, recusava-se “a tomar uma posição passional em torno do assunto”, preferindo o termo da “isenção e serenidade”. Dada a importância de Marcos Freire no cenário político da época, sua posição “isenta e serena” é óbvio que isolava mais o manifesto do que arregimentava opiniões a seu favor. Ou seja, ajudava os promotores da ideia. A imprensa soube aproveitar isso com manchetes de primeira página como “Marcos Freire defende o complexo de Suape” (*DP*, 16.4.1975).

A partir daí, serão sucessivas as monolíticas declarações pró-projeto. No dia 16.4.1975, o *DP* já comunicava: “CDL-Recife externa apoio ao governo do Estado pela execução do Projeto Suape”. Assim se expressara o presidente do CDL (Clube de Diretores Lojistas), José Anchieta Alves, transmitindo decisão unânime da diretoria do Clube. Acrescentava: o CDL “não pode silenciar nessa hora em que se *investe contra* [grifo meu] o complexo industrial e portuário de Suape e hipoteca irrestrita solidariedade ao governador Moura Cavalcanti”. Tomava essa decisão porque o complexo de Suape era “a maior opção econômica de Pernambuco”. Um deputado oposicionista, cauteloso em muitos assuntos, João Ferreira Lima, aparece logo adiante dizendo considerar “o complexo muito importante para o Norte e Nordeste”; em seguida, defende o debate, sugerindo, entretanto, “que o Governo Federal amplie a verba... para implantação [do porto]” (coluna de Paulo Fernando Craveiro, *DP*, 17.4.1975). Para reforçar a defesa do governo no plano talvez mais objetivo do que emocional – como diria Gilberto Freyre –, o articulado secretário de Planejamento Luiz Otávio Cavalcanti trata do assunto de Suape em conversa-almoço do Clube dos Repórteres Políticos de Pernambuco no dia 16 de abril (*DP*, 17.4.1975). Declara, porém, de maneira sóbria e inteligente, considerar o local do porto uma boa alternativa, mas “certamente não é a única”.

Sua atitude – o secretário sempre foi, e continua sendo, uma pessoa culta e sensível – destoava do universo ao seu redor, de se-

guidores fanáticos da seita desenvolvimentista. Caso, por exemplo, como não poderia deixar de ser, do engenheiro Benito Bruno, integrante da Transcom e um dos responsáveis pelo projeto de Suape, em carta ao jornalista Edmundo Morais, publicada na coluna deste, “Periscópio” (*DP*), em 24.4.1975. Palavras suas: “Restaria perguntar a que interessa lançar a opinião pública um manifesto *contra* o complexo de Suape”. Complementadas mais adiante: “Em termos de contestação, tive a comprovação de se tratar de um desserviço, na medida em que um empresário americano, interessado... no Complexo de Suape, me procurou para esclarecer o que estava se passando” depois da celeuma causada pelo manifesto. Sua conclusão: “há muito passionismo [dos signatários do manifesto] em torno do assunto, passionismo este que vem prestando um desserviço ao Nordeste”. Palavras neutras, não passionais? A essa manifestação de Benito Bruno, respondi através de carta pessoal (do mesmo 24.4.1975) a Edmundo Morais, publicada em 27.4.1975 no *DP*, em que sublinhei: “move-me unicamente a crença, apoiada na experiência internacional sobre a matéria, de que um parque industrial de grandes proporções modifica irreversivelmente a paisagem e o meio ambiente”. Acrescentei ainda: “penso que o custo social de longo prazo do empreendimento não sustenta os retornos que dele advirão”. Dava, por fim, minha posição de fundo:

“julgo que em todos os pronunciamentos subestima-se lamentavelmente a importância do meio ambiente, da paisagem natural, do equilíbrio ecológico, da riqueza inestimável que Suape representa para Pernambuco”.

Aos poucos, chegava aonde queria, ou seja, defender o que, na época, era indefensável – a natureza. Essa visão de mundo não era popular – e continua não sendo no Brasil de 2020. Exemplo disso foi a opinião de um inventor e tecnologista pernambucano, já velhinho em 1975, José Augusto de Farias, que era muito ouvido pela imprensa, funcionando como uma espécie de caixa de resso-

nância da população. Indagado sobre o conflito dos a favor e contra o projeto de Suape, expressou-se de maneira contundente no *DP* de 25.4.1975: “Suape deve ser implantado imediatamente a qualquer custo monetário e de esforço executivo”. Era a sentença geral, sintetizada no pronunciamento de um pernambucano, o engenheiro Arnaldo Barbalho, secretário-geral, na época, do Ministério das Minas e Energia (*DP*, 7.5.1975, Primeiro Caderno, p. 8):

“Suape representa o resultado do trabalho árduo de todo o conjunto de homens [e de mulheres, se diria hoje] de vontade firme e cheios de amor por seus semelhantes, que representam em último resultado os seus reais beneficiários. Estou certo que ali se fundará uma economia pujante, geradora de empregos e de riquezas. Pernambuco, por seus filhos [e filhas] que a este projeto entregam o melhor de seus esforços e competência, saberá sem dúvida alguma construí-lo e conduzi-lo ao seu valor mais alto, incorporando-o à economia brasileira”.

O conflito entre o governo e os autores do manifesto contra Suape deveria culminar com o depoimento do secretário Anchieta Hélcias na Assembleia Legislativa de Pernambuco, por convocação do deputado Roberto Freire. Era o que esperavam os signatários do documento. O depoimento aconteceu, com efeito, no dia 7.5.1975, uma quarta-feira (ver *JC*, 8.5.1975). Só que não houve nada parecido com o que hoje se chamaria uma “audiência pública” (na época, esse instrumento da governança ambiental brasileira não havia ainda sido introduzido). A autoridade estadual, sim, fez uma explanação aos deputados na Comissão de Finanças, Economia e Orçamento da APL, mas sem que qualquer outra pessoa, a não ser os técnicos da Diper e os ligados à Transcom, além dos deputados, fosse convidada para falar. Compareci ao ato sozinho; nenhum outro signatário do manifesto quis ir apenas para ouvir o que diriam os poderosos, ou como “enxerido”, para usar o estilo do citado José Nivaldo. Sentei-me na plateia, mas fui totalmente ignorado pelos representantes

do povo pernambucano (governo e oposição), muitos deles meus amigos. Recebi apenas cumprimentos. Pode ter sido por causa de minha aparência meio – ou, talvez, até muito – *hippie*, macrobiótico, de manga de camisa, sandálias de couro e cabelo grande, no meio de parlamentares e técnicos de paletó, gravata e cabelo mais convencional¹⁷. O fato é que escutei tudo o que foi exposto (sem os recursos tecnológicos de *data show* e *power-point* de hoje) com uma parafernália de mapas, quadros, transparências com retroprojetor, etc. No dia seguinte, os jornais recifenses estampavam manchetes do tipo: “Hélcias explica o Complexo de Suape” (*JC*). E contavam que o depoimento durara quase cinco horas, ficando patente que “o empreendimento prevê a preservação histórica e ecológica da área e que o projeto se constitui numa opção para Pernambuco crescer mais”. (Não é despropósito especular se o crescimento pernambucano de lá até hoje teria sido melhor sem o complexo de Suape; poderia perfeitamente ter sido.) Esclareceu o secretário, sem que ninguém o contestasse, com uma retórica fofa que pretendia ser poética (*JC*, 8.5.1975; *DP*, 8.5.1975):

“No intenso caminho de ida e volta para os campos e fábricas, destas para o porto, o resultado será mais emprego, mais poder aquisitivo, melhor índice alimentar, mais educação, mais saúde, numa evolução constante até a extinção das faixas de miséria ainda existentes” [continuam existindo e até engrossaram mais].

Fica fácil afirmar tudo isso manipulando dados e quando ninguém cobra coerência nem pode argumentar em contrário. O secretário chegou carregado de cifras. Falou delas o tempo todo, servindo-se do apoio de assessores e da Transcom. E disse ainda, em tom pomposo, que muitos negócios de peso eram esperados para Suape, dando-os como certos, como favas contadas. Eles incluíam:

¹⁷ A propósito, o site da revista *The Economist*, de 5.3.2008, observava: “Concern over man’s harmful effect on the environment has gone from being the preserve of sandal-wearing beardies to the top of the political agenda”. Mas isso é agora.

refinaria de petróleo, “Centro de Reparos Navais Internacional” (do Grupo Daniel Ludwig, já com “sinal verde” do governo federal), terminal de exportação de açúcar, fábrica de pneumáticos, projeto de moagem de clínquer (para, com argila expandida e calcário, obterem-se alumínio e cimento), empreendimento do Grupo Peugeot de motores diesel e utilitários. “Serão fábricas que virão para Pernambuco em consequência de Suape”, frisou o alto funcionário. Melhor teria sido dizer que poderiam vir: a única que veio até 2020 foi a questionável Refinaria Abreu e Lima. Em 2005, finalmente, em virtude de entendimentos entre o presidente brasileiro, Lula da Silva, e o venezuelano, Hugo Chávez, conseguiu-se realmente que a refinaria fosse destinada a Suape. Ela estaria pronta no ano 2014, quase quarenta anos depois do depoimento de Anchieta Hélcias. Grande visão de longuíssimo prazo? Ou chute no escuro? O secretário acertou – nem poderia ser de outra forma, de tão óbvio que isso teria que ser feito – quanto a obras de ramal ferroviário (um ramal medíocre, de pouco uso, o que existe), eixo (nem tanto) de rodovias, sistema de abastecimento de água, dragagem, aterros. Não imaginaria, contudo, que o porto ficasse do lado de fora dos arrecifes – como, de fato, ficou – e não no famoso “complexo lagunar”, onde não havia profundidade sequer para porto escavado, como se dizia que era certo. O ancoradouro de Suape foi construído mediante o transporte de muitas pedras enormes, formando uma linha que se projeta no mar alto, deformando completamente o cenário que tanto encantou Darwin.

É certo que o deputado Roberto Freire, depois do depoimento, emitiu insatisfação (*JC*, 8.5.1975). Mas suas divergências diziam respeito a coisas como o fato de que Suape era “dependente de tecnologia estrangeira”. Ou de que se tratava de algo “fiel e anexo ao modelo econômico” adotado para o país, do qual “estamos em discordância”. Para ele, eram “grosseiras” as estimativas de Hélcias quanto à criação de empregos. Em diapasão semelhante, o deputado

Marcus Cunha ressaltou (JC, 8.5.1975) que a explanação do secretário estava “desatualizada”. Citou o então ministro Severo Gomes, da Indústria e Comércio, de que “basta de tanto PNB”. Para Freire, seria melhor gastar o dinheiro de Suape numa “efetiva reforma agrária”. O JC de 8.5.1975 cita declarações minhas, e dá-me como convidado da APL para o depoimento. Isso não aconteceu. Apenas fui avisado da reunião. Compareci, no entanto, porque presumi que poderia ser chamado a falar. Fiquei apenas no papel de assistente passivo do que o secretário expôs. Muito embora a proposta de que se tinha conhecimento, do deputado Roberto Freire, é de que teria lugar um debate, conforme noticiado na imprensa quando a convocação de Hélcias foi acertada. Sobre isso, o JC de 9.5.1975 publicou em manchete: “Cientistas não foram convidados para debate”. Na matéria, Renato Duarte e Roberto Martins informam “que não compareceram à reunião na Assembleia Legislativa... por não terem recebido convite oficial nesse sentido”. Renato Duarte comenta que tomou conhecimento da exposição de Hélcias e que este “e seus assessores absolutamente não forneceram informações concretas, nem deram respostas adequadas às dúvidas e interrogações, por sinal agudas e inteligentes, de alguns dos deputados presentes”. No dia 12.5.1975, o DP lamenta equivocadamente que eu não tenha ido à APL e accentua: “Os debates foram amplos e francos. Esclarecedores e objetivos”. Reclama dos cientistas, dizendo: “Pena que não tivessem acorrido à Comissão de Finanças da Assembléia os cientistas preservadores da natureza”. Ironiza, por último:

“Ouvimos a opinião de apenas um. Mas mesmo assim, seus argumentos não convenceram, desde que, embora cientista, o seu ramo é pouco conhecido pelos parlamentares – a Macrobiótica [sic]”.

A posição do governo era a que interessava. Somente ela, com suas cifras mirabolantes e enganosas. Enquanto isso, as opiniões oficiais eram assumidas monotonamente – à exceção do cuidadoso

secretário Luiz Otávio Cavalcanti, de Planejamento – em todos os escalões. Um dos assessores de Anchieta Hélcias foi claro em declarações ao *JC* (8.5.1975): “o tamanho de Suape é argumento suficiente para que não precise fazer parte de algum plano global de desenvolvimento”. Um dogmatismo de posição que dispensava até a necessidade de um esquema de referência maior para o empreendimento, algo do tipo “como queremos que seja Pernambuco em 2000”. Isso aparece claramente na tecla em que insistiu Hélcias em seu depoimento (*JC*, 8.5.1975): “Não vejo outra alternativa para o desenvolvimento regional a não ser com a construção do Complexo Industrial-Portuário de Suape”. Quanto aos aspectos ecológicos, suas declarações enfatizavam que *não haveria impactos ambientais* e que a “preservação histórica e ecológica da área” tinha sido pensada. Segundo o *DP* de 8.5.1975 (Primeiro Caderno, p. 5), quanto a isso, afirmava Hélcias que “o projeto significa, além de uma opção econômica para o Estado, a recuperação de uma das mais bonitas áreas do Estado”. Esse depoimento, segundo o deputado Severino Cavalcanti, governista, no mesmo número do *DP*, “serviu para convencer os derrotistas”. A vacuidade triunfalista do discurso governamental era clara. Tanto que, quase um ano depois, a revista econômica *Visão* (semanal), de 22.3.1976, dizia: “Ainda persistem dúvidas quanto à viabilidade do porto artificial de Suape”. Mas ressalvava: “Para as autoridades pernambucanas, porém, ‘Suape é irreversível’” – perspectiva que se mantinha mais de dois anos depois, como o *DP* de 30.9.1978 registrava como sendo o que teria dito no dia anterior o governador Moura Cavalcanti. Característica da “irreversibilidade” eram, no dizer de Luiz Otávio Cavalcanti (*DP*, 30.9.1978), “os altos investimentos que já estão sendo feitos na área”. Esse viés se manteve. O porto foi construído. Existe hoje, mas não com a pujança da retórica governamental. E a comunidade local – “idílica... em que todos se conhecem e são parentes”, conforme escreveu o antropólogo Roberto Mota (1978) – sumiu.

O protesto dos cientistas conseguiu que o governo do estado encomendasse a uma equipe chefiada pelo arquiteto Armando de Hollanda Cavalcanti (1940-1979) a elaboração de um plano de proteção ambiental (ou “Programa Ecológico e Cultural”, no jargão das autoridades) para a região de Suape. Esse plano me foi mostrado por Armando de Hollanda, que me procurou por recomendação do secretário Luiz Otávio. Foi a meu escritório no Instituto Joaquim Nabuco em maio de 1978 levando uma documentação rica de mapas, desenhos, perspectivas. Algo feito com muito esmero e atenção a detalhes. Armando de Hollanda era uma pessoa sensível e preocupada. Depois que me mostrou tudo e descreveu como seriam as providências para proteger a ecologia, a cultura e o patrimônio histórico (tão ameaçados ali, e hoje efetivamente conspurcados) de Suape, perguntei: “Que garantia você tem de que isso vai ser feito?” Respondeu-me com franqueza exemplar e ar perplexo: “Nenhuma”. É certo que, em decorrência de seu trabalho dedicado, conseguiu-se ainda reservar uma área de 270 hectares do cabo de Santo Agostinho para implantação do Parque Histórico Metropolitano que hoje tem o nome de “Armando de Hollanda Cavalcanti”. Existir um verdadeiro parque no local não se pode afirmar que ocorra. De concreto, ele está simbolizado por um inspirado monólito em lugar de belíssima vista (de onde se descortinam o azul do mar e o que resta da linha de recifes tão do embevecimento de Darwin), colocado ali pelo próprio Hollanda Cavalcanti. Este, porém, escolheu um fim trágico para si próprio: suicidou-se. Talvez até, entre outros motivos mais dolorosos, como protesto extremo (foi o que alguns amigos seus insinuaram). E a polêmica do significado do projeto não foi resolvida. Na verdade, foi. Pela ótica exclusiva do paradigma oficial.

5. Epílogo provisório

No dia 5 de junho de 2006 (do Meio Ambiente), fui ao local do porto de Suape para dar uma palestra, como convidado, na Transpetro (subsidiária da Petrobras que se instalou lá). Era a primeira vez em vinte anos (e a última até maio de 2020) que ali voltava. Não podia imaginar a amplitude das mudanças que o lugar experimentara com a construção de instalações portuárias e industriais. Conheci toda aquela área de beleza tão especial muito antes de ser concebido o projeto do porto, como já relatei, e com ela me familiarizei ao longo de muitos passeios agradáveis. Lembro-me não só da praia e do mangue, mas também de muitos e muitos sítios com fruteiras de todo tipo ali existentes. Suape e o espaço ao seu redor, na verdade, eram fontes importantes de abastecimento de frutas da região metropolitana do Recife. Aprendi sobre isso num trabalho que fiz para a Sudene em 1971 acerca do funcionamento da Ceasa (Central de Abastecimento) do Recife. Pelas informações disponíveis, era de Suape que procedia a maioria dos cajus, mangabas, mangas, cajás, sapotis, jacas, carambolas e muitas outras frutas que os recifenses tanto apreciavam (e podem apreciar menos agora, em virtude de sua escassez e quase extinção, em alguns casos). O acesso a Suape era difícil, com estradas que ficavam intransitáveis no inverno. Mas isso nunca foi impedimento para que, com minha família (filhos pequenos), eu fosse ali regularmente. Topei muitos atoleiros, andei com o carro dentro d'água várias vezes, nos enlameávamos: aventuras que valiam a pena. Devido ao bem-estar que me causava esse turismo ecológico, com potencial grande para os amantes de passeios não convencionais – fonte de renda considerável, por exemplo, na Costa Rica –, combati o projeto de Suape.

Mais de quarenta anos depois, constato que as advertências que fazíamos no manifesto estão todas confirmadas. Dissemos no documento de 1975: “quem garante... que a remoção de terra, os aterros inevitáveis, a escavação do porto, o lançamento mais tarde

de detritos... não alterará de forma radical e definitiva o panorama que circunda Suape atualmente?" Pois foi isso exatamente o que aconteceu. A paisagem de Suape hoje é desoladora. Trata-se de uma área sem beleza, sem vegetação agradável, sem construções elegantes. Com mangues destruídos, a silhueta dos arrecifes esplêndidos que ali havia radicalmente alterada, as fruteiras banidas. Na verdade, a parte administrativa do porto de Suape mais parece uma base militar de feição horrorosa, talvez até um campo de concentração. Entre minha chegada à cancela da entrada no perímetro do porto e meu ingresso nas instalações da Transpetro, levei 30 minutos. Fui fichado, fotografado, mandado esperar. O número de meu *notebook* teve que ser anotado. Confesso que, em julho de 1970, foi mais fácil vencer as barreiras de arames farpados, baionetas caladas e carros de combate para entrar um dia, às 21h, na sede a Oban (centro da repressão do regime militar em São Paulo), à procura de meu irmão Cláudio, ali supostamente detido (verifiquei que efetivamente lá estava). Bom, Suape era vítima de uma regra imposta pelo governo norte-americano, explicaram-me, depois do 11 de Setembro. Tudo bem. Mas a sensação que tive então em Suape não engrandece. Pior: contou-me o motorista que me conduziu ao local que uma senhora que trabalhava então na cozinha do restaurante da Transpetro, moradora, quase diria, "secular", da região, pois ali viveu com seis filhos e muitos netos desde que se entendeu de gente, estava desesperada porque – assim como muitas outras pessoas mais – ia ter que desocupar o lugar. É que os interesses, supostamente maiores e incontestáveis, da nova refinaria que foi para Suape impuseram tal solução bruta. Desastre ambiental, tragédia humana – quanto custa esse "progresso"? Um conflito social sem fim em que se menosprezam as diversas linguagens de valoração e se nega a noção de incomensurabilidade de valores.

Tal realidade foi captada com toda crueza por um estudante de ciências sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Marcos Miliano, que, com bolsa de iniciação científica da Fundação

Joaquim Nabuco no período de 2009-2010, estagiou no Instituto de Pesquisas Sociais da instituição. Realizando trabalho de cunho sócio-antropológico, Miliano (2010) investigou modificações na vida de uma comunidade da área de Suape, a da Ilha de Tatuoca, mudanças essas trazidas pelo processo desencadeado por meio do projeto do porto e, mais especificamente, pela construção de um estaleiro naval na ilha que a população ocupava e da qual foi obrigada a sair, contra sua vontade, de forma definitiva – e, muitas vezes, violenta. Marcos Miliano, em quinzenas alternadas, para desenvolver seu trabalho de campo em Tatuoca, morou ali em barraca de *camping*, armada junto da casa de um habitante do lugar, ao longo dos meses de setembro de 2009 a março de 2010. Foi uma observação participante intensa que demonstra de forma inequívoca a dimensão dos efeitos, em termos de injustiça socioambiental, que a obra de Suape desencadeou, tal como fora antecipado em 1975 no Manifesto dos Cientistas. A mesma situação é retratada, com igual dramaticidade, no informe de um consultor da ONG holandesa Both Ends (Wiertsema, 2013), contratada para avaliar, sob encomenda do governo dos Países Baixos e na ótica da noção de responsabilidade socioambiental, o desempenho da empresa de dragagem Van Oord, operando em Suape desde 1995 com um seguro de crédito de exportação da estatal Atradius DSB. O relatório descreve os impactos claramente deletérios em Suape das operações de dragagem, tais como perda de fontes sustentáveis de subsistência das comunidades pesqueiras locais, a destruição de recifes de coral e matas, sem contar a remoção forçada da população. Tais problemas, diz o relatório, somam-se a outros relacionados com as transformações trazidas por Suape, como violência, exploração sexual e a ruptura do tecido social.

Até época recente, o contencioso de Suape seguia o caminho de impor sacrifícios intermináveis àqueles que ainda resistem ao despejo que lhes fazem de lá. A esse respeito, uma ONG, o Fó-

rum Suape Espaço Socioambiental, não para de acumular denúncias devidamente documentadas, de brutalidades cometidas contra grupos de residentes na área do projeto. Isso é mostrado de forma plena em um boletim mensal da ONG, *Fórum em Ação*, constituindo razão para que a ONG se esforce para mostrar a realidade que dá nome a um movimento seu, Suape Insustentável. Triste evidência das mentiras anunciadas pelos defensores do projeto quando ele foi anunciado e imposto, e cujo desmascaramento foi feito pelos cientistas que marcaram sua posição em protesto contra o açodado projeto do complexo industrial-portuário em abril de 1975. A situação passou a ser atenuada quando, nos governos de Eduardo Campos (2007-2014) e Paulo Câmara (desde 2015), o estado de Pernambuco passou a adotar medidas mitigadoras das injustiças socioambientais acumuladas no território de Suape.

Olinda, maio de 2020.

Referências bibliográficas

- Daly, Herman. *Ecological economics and sustainable development, selected essays*. Cheltenham (Reino Unido) e Northampton (EUA): Edward Elgar, 2007.
- Georgescu-Roegen, Nicholas. *The Entropy Law and the economic process*. Cambridge (Massachusetts, EUA): Harvard University Press, 1971.
- Moreira da Silva, Paulo de Castro. *Um novo porto para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Fundação de Estudos do Mar, xerox, 1972.
- Miliano, Marcos. *Ilha de Tatuoca: aspectos da influência de Suape sobre a vida e paisagem*. Monografia não publicada. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.
- Mota, Roberto. “Comunidades do Litoral”, *Diario de Pernambuco*, 6.5.1978, p. A-11.
- Pernambuco, Governo de. Diper. *Breves Informações sobre Suape*. Recife, 1974.
- Prado, Lafayette. *Complexo Portuário Industrial de Suape*, xerox. Recife, 8/11/1974.
- Sears, Paul B. “Ecology – a subversive subject”, *Bioscience* 14 (julho), pp. 11-13, 1964.
- Viola, Eduardo. “O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável”. In: Goldenberg, Mirian (org.), *Ecolologia, Ciência e Política*. Rio: Ed. Revan, 1992.
- Wiertsema, Wiert. *Review of dredging activities for entry channel and harbor basin of Promar S.A. shipyard, Suape, Brazil*. Relatório da ONG Both ENDS para o governo holandês. Amsterdam: Both ENDS. Disponível em: http://www.bothends.org/uploaded_files/document/130222_Report_Suape.pdf. 2013. Acesso em: 18 nov. 2016.

EM LOUVOR DE CELSO FURTADO

Clemente Rosas *

Como conheci Celso Furtado e sua obra

Quando a Sudene foi criada, em dezembro de 1959, eu prestava serviço militar, e mal tomei conhecimento do fato. Até então, minhas preocupações haviam sido sobretudo literárias e poéticas, no arrebatamento das primeiras seduções da juventude. Mas, uma vez egresso da caserna, deixei-me contagiar pela febre de politização que então grassava na universidade, comecei a escrever sobre temas políticos e acabei indicado pelo presidente da União Estadual dos Estudantes da Paraíba (Ueep), juntamente com Malaquias Batista, Tarcísio Burity e José Bezerra Cavalcante, para compor a delegação paraibana ao Seminário de Estudos do Nordeste, que a União Nacional dos Estudantes (Une) promovia, em março de 1961, na cidade do Recife.

No seminário, já de si uma consequência do amplo processo de conscientização popular que envolveu a criação da Sudene e seus primeiros anos, e também contribuindo para isso, discutíamos, durante o dia, nossos trabalhos sobre os problemas econômicos da região, e, à noite, assistíamos a conferências e debates com a participação das principais figuras da instituição recém-implantada, como Jáder de Andrade, Mário Magalhães, Juarez Farias e Joaquim Ferreira Filho. As ideias de Celso Furtado e seu projeto para o Nordeste

* Clemente Rosas Ribeiro nasceu em João Pessoa, em 1940. Formou-se em Direito na Universidade Federal da Paraíba, em 1962. Integrou o grupo de poetas conhecido como “Geração 59”. Pós-graduado em Desenvolvimento Econômico no Recife, trabalhou como técnico da Sudene. Durante vinte anos, atuou como consultor e executivo de empresas privadas e, a partir de 1979, assumiu cargos no setor público, entre eles o de superintendente do Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco (Condepe). Foi também procurador-geral da Sudene. Publicou, entre outros livros, *Praia do Flamengo, 132* (memórias) e *Lira dos anos dourados*.

começaram a ocupar espaço na minha consciência de universitário “engajado”, como se dizia à época¹.

Pouco mais de um ano depois, já concluindo o meu mandato de diretor da UNE, eu me encontrava em Tashkent, capital da República Soviética do Uzbequistão, em viagem de estudos patrocinada pela União Internacional dos Estudantes (UIE). Era um programatampão para os participantes do Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes pela Paz e Amizade entre os Povos, realizado em Helsinque, Finlândia, que também iriam ao Congresso da UIE, em Leningrado (hoje São Petersburgo). E eu escolhera a alternativa mais extravagante: a Ásia Central. Achando-me num grupo heterogêneo de universitários latino-americanos, asiáticos, indianos e africanos, fui levado à presença de um senhor de cabelos grisalhos, que queria saber se havia brasileiros na comitiva. Era o Dr. Estevam Strauss, diretor de Recursos Naturais da Sudene, que para lá havia sido deslocado, para observar técnicas e sistemas de irrigação. E assim, dois nordestinos, cujas famílias até se conheciam, um garoto empolgado pelo idealismo estudantil e um técnico maduro e respeitado, que vinha colher experiência para a sua patriótica tarefa, encontravam-se do outro lado do planeta, movidos por um ideal comum. E a imagem da autarquia regional fazia-se mais forte em meu espírito.

Por isso, ao receber meu diploma acadêmico, não vacilei em habilitar-me ao 3º Curso de Formação de Técnicos em Desenvolvimento Econômico (TDE), que a Sudene promovia, com apoio da Cepal, como forma de selecionar e compor o seu quadro de especialistas. E, ao concluir-lo, reencontrei o Dr. Strauss, que, com certa

¹ Texto publicado originalmente na *Revista da Academia Paraibana de Letras*, ano LVI, nº 21, setembro de 2005. Saiu também, parcialmente, no *Correio das Artes*, suplemento literário do jornal paraibano *A União*, em julho de 2020, ano LXXI, nº 5. O conteúdo é baseado na conferência feita, de improviso, na sessão de necrológio de Celso Furtado promovida pela Academia Paraibana de Letras, em 20 de janeiro de 2005.

emoção, relembrou nosso imprevisível contato, quase um ano antes, no remoto país dos uzbeques.

As exposições dos diversos diretores da Sudene, sobre os programas que coordenavam, constituíam os eventos finais do Curso de TDE. Depois, como a coroá-las, havia a fala do próprio Celso Furtado. E tais eram a convicção e o entusiasmo por ele transmitidos, que suas palavras, passados mais de quarenta anos, ainda ressoam em meus ouvidos. Ele falava do imenso desafio que se apresentava à juventude nordestina: o de vencer o subdesenvolvimento da região. E de que devíamos considerar-nos privilegiados por isso, pois ele vira, em países desenvolvidos mundo afora, jovens transviados, quebrando vitrines por não ter nada de importante a fazer.

Dos rápidos contactos pessoais que com ele mantive, já como técnico da Assessoria de Cooperação Internacional (ACI) da autarquia, guardo duas lembranças: a grata surpresa demonstrada ao saber-me neto do “velho Clemente Rosas”, que, adolescente, conhecera nos verões da Praia Formosa, e a altiva independência com que discutia, em inglês fluente, as ofertas, muitas vezes manhosas, de assistência técnica e financeira dos gringos, no âmbito da Missão Nordestina da Usaid (United States Agency for International Development). Meus pais, aliás, já me haviam falado daquela breve convivência, em tempos passados, com o jovem Celso, um veranista um tanto atípico: sempre no terraço da casa de praia da família, lendo, estudando.

A mística da Sudene e o carisma do seu criador

Imenso era o respeito que nos inspirava o nosso comandante, nas lides daquela jornada aventurosa por mares inexplorados. Tudo era novidade, em comparação com as funções públicas tradicionais que conhecíamos. E aquela liderança carismática dava-se naturalmente, pois o chefe sempre manteve a atitude retraída, de pouca conversa, avessa a qualquer tipo de demagogia, que o caracterizou em toda a sua vida.

Nossa resposta era uma integral dedicação ao trabalho, sem limite de horas nem exigências de maior retribuição financeira. Diretores e técnicos, indistintamente, varavam as noites, em vigílias esforçadas, sempre que as tarefas o exigiam. Lembro especialmente os companheiros da Assessoria Técnica, nos fins de semana consumidos nas ocasiões de fechamento de planos, e o pessoal da Assessoria Jurídica, que mantinha um terceiro expediente, noturno, quase diário. Um dos colegas advogados, o baixinho Márcio Maciel, muito próximo de nós por gostar de inglês e vir conversar, vez por outra, com a nossa secretária bilingue, Clélia Reis, facilmente denotava sua presença nas madrugadas, pelo aroma do seu cachimbo, fluindo através do corredor que ligava os escritórios das três assessorias.

Nas suas memórias, Celso Furtado refere-se com admiração à Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), que, de simples agência das Nações Unidas, converteu-se em escola de pensamento. Pois bem. Da mesma forma que hoje se fala de uma “escola cepalina”, guardadas as proporções, creio que se poderia falar também de uma “escola sudeneana”, caracterizada pelo compromisso com a região, pela racionalidade, pela independência de espírito, pela probidade.

Foi da instituição, convertida em celeiro de talentos, que saíram, tangidos pelo “acidente” político de 1964, valores individuais para os quatro cantos do mundo: Nailton Santos para o Mercado Comum Europeu, Carlyle Guerra de Macedo para a Organização Panamericana de Saúde, Jáder de Andrade e Estevam Strauss para a Cepal, José Maria Aragão para o BID, só para citar os que me vem momentaneamente à memória. Outros, talvez mais pacientes, cumpriram algum tipo de “exílio interno”, e ressurgiram, galgando posições na elite intelectual e política do país. Exemplo destes é o ex-governador e senador do Rio Grande do Norte, Geraldo José de Melo, um amigo que sempre carregou a Sudene dentro de si. Enquanto governador, nunca faltou a uma reunião do Conselho

Deliberativo da autarquia, para onde se deslocava, fosse onde fosse, pilotando o avião do Estado. E como ele muitos mais, que seria exaustivo citar. Todos para sempre, obstinadamente, “sudeneanos”.

Paraibano, nordestino e cidadão do mundo

A atitude de Celso Furtado em relação à sua terra e à humanidade é bem retratada em alguns versos do poeta Juan Ramón Jiménez, que ele usa como epígrafe em pelo menos dois dos seus livros:

“Pie en la patria,
casual o elegida;
corazón, cabeza
en el aire del mundo”.

Os pés bem fincados no solo da pátria, seja aquela onde se nasceu, seja outra, que se teve de adotar (e quantos intelectuais latino-americanos a tal não foram forçados, para fugir à repressão, tangidos por essa “catapora” de ditaduras cruéis que, de tempos em tempos, assola o nosso continente!). Mas o coração e a cabeça abertos aos ares do mundo.

Assim conduziu-se ele a vida inteira, preocupado, ao mesmo tempo, com o desenvolvimento da sua região e o futuro da espécie humana, com o destino do seu país e as assimetrias e armadilhas da globalização para todos os países. Cidadão do mundo, pelos trabalhos que realizou em vários pontos do planeta e pelas missões que cumpriu, internacionalmente, jamais renegou, nem mesmo no estilo, a condição de brasileiro, de nordestino, de paraibano, de sertanejo. De alma generosa e solidária, permaneceu “seco como um cacto”, segundo expressão dele próprio, que articulistas da extirpe de Rubens Ricúpero e Roberto Pompeu de Toledo souberam tão bem glosar.

Vivendo tantos anos no Rio, nunca foi afetado, em sua maneira de falar, pelo acento metropolitano. Nem mesmo aquele “ti” chiado dos cariocas, cacoete que converte a consoante oclusiva “t”

em consoante fricativa (e muito nordestino de pouca personalidade procura imitar) teve o dom de contaminá-lo.

Sem dúvida, a fidelidade às suas raízes é apanágio dos grandes intelectuais, assim como dos grandes artistas.

A ciência econômica multidimensional

Um sábio conselho do pensador inglês Samuel Johnson a seu deslumbrado discípulo John Boswell é citado por Celso Furtado em outro dos seus trabalhos: “My dear friend, clear your mind of cant”. Ele também, embora servindo-se a fundo da racionalidade econômica, jamais se limitou aos jargões do “economês”, jamais se deixou prender pelo cerco conceitual da disciplina. Ele também recomendou aos seus discípulos que “não se deixassem embair pelo brilho falso do monetarismo”.

Tendo aprendido, por experiência própria, que, para bem compreender os problemas do subdesenvolvimento, havia que descer da “atmosfera rarefeita das altas abstrações”, onde pairava então a teoria econômica estudada nos centros desenvolvidos, logo percebeu também a multidimensionalidade dos fenômenos a analisar. Daí vem sua afirmação de que “jamais conseguiu ver um problema como puramente econômico”. Pois, na verdade, os problemas econômicos são também sociológicos, psico-sociais, culturais, demográficos, ambientais, políticos.

Foi essa visão abrangente que lhe permitiu, junto a outros inovadores como Ragnar Nurkse, Gunnar Myrdal, William Arthur Lewis e Raul Prebisch, conceber as categorias que vieram a compor a teoria do subdesenvolvimento. E foi também o que deu universalidade à sua obra.

O “lobo solitário”

Sem dúvida, a cassação dos direitos políticos de Celso Furtado, promovida pelos vitoriosos do Movimento Militar de 1964, foi o maior dos absurdos. Pois ele nunca foi “político”, tomada a palavra no sentido de engajamento a partidos, facções ou grupamentos voltados para a conquista do poder. Nem quando ainda era estudante universitário, no que divergiu, por certo, da maioria dos seus colegas intellectualizados. E mesmo após sofrer a injusta punição, sua atitude não foi a de ligar-se aos grupos de exilados e inconformados com o novo regime que se formaram naturalmente. Preferiu o caminho do “lobo solitário”, segundo sua própria expressão. Só com a anistia e o retorno dos expatriados é que atendeu ao chamamento das forças populares para o pleno restabelecimento do jogo democrático.

A dimensão política do seu trabalho, no entanto, não é posta em questão. Simplesmente, não comporta rótulos. Nem comunista, como o increpavam as vozes retrógradas que se opunham a seus planos para o Nordeste, nem “burguês reacionário”, como o classificavam os esquerdistas ingênuos ou sectários. No entendimento de que os interesses do Estado devem prevalecer sobre as ambições das empresas multinacionais, era um nacionalista sem intransigência. Na convicção de que “o mercado é um mecanismo insubstituível, mas imperfeito” (expressão de José Guilherme Merquior), nunca teve uma proposta estatizante, mas sim, e limpidamente, intervencionista. Para flanquear as questões éticas envolvendo a atividade produtiva privada, a “exploração do homem pelo homem”, a apropriação da mais-valia do trabalho pelos capitalistas, conceitos marxistas de forte presença nos debates dos anos 50 e 60 do século passado, afirmava, simplesmente, que a livre iniciativa era uma maneira mais eficaz de organizar a produção. Para a surpresa de muitos, inclusive de quem escreve estas linhas, a História demonstrou que ele tinha razão.

De resto, os espíritos esclarecidos sabem hoje que o liberalismo radical é mero discurso de conveniência. Quando as coisas

apertam, os grandes empresários são os primeiros a correr para a asa protetora do Estado, à procura de apoio, com o argumento do interesse coletivo, do amparo à comunidade dos empregados, do bom serviço aos consumidores. Alguns declararam-se até mesmo francamente favoráveis à intervenção do Estado, como o fez, há alguns anos, um presidente da Philips internacional, em entrevista à revista *Veja*, cuja referência, lamentavelmente, perdi.

Celso Furtado sabia muito bem que essa hagiologia do mercado, que andou em moda por uns tempos, é, no fundo, ridícula. O mercado, deixado aos seus livres impulsos, acarretará, mundialmente, o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, levará a poluição ambiental a níveis incompatíveis com a vida, e, sobretudo, nada fará para a redução das disparidades internacionais e regionais de desenvolvimento, o que tem a ver, diretamente, com o nosso futuro de brasileiros e nordestinos.

O “profeta secular”

Celso Furtado foi convocado para conceber e executar o projeto de recuperação econômica do Nordeste por Juscelino Kubitschek, que desejava, ao final do seu mandato, remover aquela nódoa de sua administração: uma extensa região do país entregue à penúria, indefesa diante de adversidades climáticas recorrentes. Para isso, dele recebeu todo o apoio político necessário, dirigindo, com plena autonomia, uma organização montada à margem das estruturas administrativas carcomidas do Estado brasileiro à época, verdadeiros feudos das oligarquias regionais.

Mas Juscelino foi substituído na presidência da república por Jânio Quadros, candidato da oposição, de estilo e ideias bem discrepantes. E enquanto muitos executivos da administração pública procuravam aproximar-se do novo presidente, num esforço de composição, o superintendente da Sudene viajava pelo mundo. Surpreso, Jânio determinou a seu fiel secretário, José Aparecido:

“Convoque esse homem. Querovê-lo”. E o manteve no posto, talvez até com mais prestígio, pois lhe deu acesso permanente às reuniões ministeriais.

Com a destemperada renúncia de Jânio, assume o vice-presidente, João Goulart, representante de um terceiro partido, de matiz populista. Celso Furtado continua à frente da Sudene. E quando a divisão de poder imposta pelo parlamentarismo improvisado que se implantara no país já encorajava as velhas raposas a tomar-lhe o posto, o que lhe diz Jango? “Querem fazer da Sudene um balcão de emprego. Para que você saia de lá será preciso duas assinaturas: a do primeiro-ministro e a minha. E a mim me cortam a mão, mas eu não assino”.

Que conclusões podemos tirar desses fatos? A primeira, contrastadora, é a de que involuímos em nossas práticas políticas. Temos visto aí três presidentes, de partidos, concepções e temperamentos bem distintos, que não titubearam em repelir interesses paroquiais ou conveniências eleitoreiras, para conservar a colaboração de alguém que se impunha por sua autoridade técnica e moral. Tido o primeiro, por muitos, como leviano e inescrupuloso, como paranoico o segundo, como despreparado e inseguro, o terceiro, assumiram eles, no entanto, com essa simples atitude, a dimensão de estadistas. É melancólico constatar que dois dos nossos presidentes recentes, com perfis pessoais mais meritórios – um, intelectual renomado, outro, retirante nordestino e líder operário que soube elevar-se ao posto máximo da nação – não alcançaram esse patamar de descortino e dignidade.

A segunda conclusão, já antecipada, é a da virtude e da grandeza do nosso homenageado, nos planos cívico, intelectual e ético. Fiel aos três presidentes, não cortejou nenhum deles, embora os considerasse amigos, como se pode perceber pelas referências calorosas que, sem detimento do juízo crítico, lhes faz, em suas memórias. Manteve-se acima dos partidos, devotado, essencialmente, à sua causa, de olhos postos no futuro. E assim mereceu o respeito de todos.

Em missa que os veteranos da Sudene, companheiros a quem chamou, na dedicatória de um dos seus livros, de “peregrinos da Ordem do Desenvolvimento”, mandaram celebrar pela sua morte, o oficiante, Dom Marcelo Carvalheira, a ele se referiu como “um profeta secular”. Contrastando com a maioria dos economistas que hoje vemos pontificar nas esferas governamentais, preocupados apenas com o desempenho da economia no semestre, ou com a meta de inflação para o exercício, ele bem merece o título. Os outros, segundo a sua própria expressão desencantada, são apenas “táticos, sem visão do futuro”.

Morte e vida de Celso Furtado

Há duas maneiras de considerar o desaparecimento de nosso homenageado. A primeira inspira-se na reflexão de John Donne, o pensador inglês, que figura como epígrafe no livro de Ernest Hemingway, *Por quem os sinos dobram*: “No man is an island”. “Nenhum homem é uma ilha... cada homem é um pedaço do continente, uma parte do principal; se um torrão de terra é arrancado pelo mar, a Europa fica menor...; a morte de qualquer homem me diminui, porque faço parte da humanidade. Portanto não procure saber por quem os sinos dobram; eles dobram por você”. Nesse sentido, e com mais forte razão ainda, por tratar-se de quem se trata, com a morte de Celso Furtado, todos morremos um pouco.

Proponho, no entanto, que encaremos a situação com uma ótica mais esperançosa, mais iluminada, que melhor condiz com a personalidade do desaparecido. Pensemos que ninguém morre completamente se os seus trabalhos permanecem, se as suas ideias se propagam e conquistam outras mentes, se o seu exemplo é seguido. E recordemos assim a indagação desafiadora do apóstolo Paulo: “Mors, ubi est victoriam tuam?”

Celso Furtado vive: no coração dos que participam dessa cerimônia, na consciência dos discípulos e companheiros de trabalho que tanto aprenderam com ele, no compromisso, que todos temos assumido, de fidelidade aos seus ideais e aos seus sonhos.

PATRIMÔNIO EM SAIS DE PRATA: FOTOGRAFIAS COMO FONTES DE INFORMAÇÃO EM SISTEMA MEMORIAL

Albertina Otávia Lacerda Malta*

Marcos Galindo Lima**

Introdução

Segundo a antropologia moderna, o primeiro grande passo em direção do desenvolvimento humano, deve-se a um conjunto de circunstâncias que levaram os ancestrais do gênero *Homo sapiens* a criar ferramentas instrumentalizadoras de tarefas impossíveis ao ser biológico humano. Assim, o desenvolvimento em 2,5 milhões de anos de 70% a mais de capacidade cerebral, o bipedismo, a posição ereta e a oposição do polegar fizeram com que, por via da adaptação, nos transformássemos em uma espécie de *Homo faber*, em *Homo artefactor*. As articulações de instrumentos técnicos (aqueles potencializadores do corpo físico) e dos instrumentos lógicos (os potencializadores das capacidades intelectuais) deram lugar ao de-

* Albertina Malta é licenciada em História pela Universidade Católica de Pernambuco (1977). É servidora da Fundação Joaquim Nabuco, onde exerce o cargo de coordenadora geral do Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (Cehibra). É mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (2013).

** Marcos Galindo é doutor em História pelo Departamento de Línguas e Cultura da América Latina da Leiden University Países Baixos (2004), mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1994) e bacharel em Biblioteconomia (1984). É professor da UFPE, onde ensina e orienta no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, e nos bacharelados de Biblioteconomia e Gestão da Informação. Foi chefe do Departamento de Ciência da Informação da UFPE. É membro do Laboratório de Tecnologia do Conhecimento (Liber) onde desenvolve os projetos Rede Memorial de Pernambuco e Preservação da Memória Digital: um panorama brasileiro.

senvolvimento de instrumentos, progressivamente mais complexos, que trabalharam historicamente para produzir efeitos igualmente complexos. A esses conjuntos instrumentais convencionou-se denominar sistemas¹.

O segundo grande passo em direção à humanidade parece ter se dado entre 50 e 100.000 anos, quando humanos sapiens “*começaram a mostrar poderes cognitivos notáveis*”. (McGilvray, 1984, p. 11). O agente disruptivo parece estar em uma singular mutação genética havida no grupo de genes foxp12, responsável, entre outras coisas, pela emergência do pensamento simbólico e pelo desenvolvimento da fala. Ao que tudo indica a mudança se deu em um indivíduo e se perpetuou geneticamente por sua descendência causando os efeitos mais importantes e duradouros até então havidos na humanidade. (Chomsky, 2014, p. 13).²

Os efeitos dessa mutação genética passaram a ser percebidos por meio do surgimento, quase que universal da arte rupestre, a primeira forma da expressão simbólica associada aos grupos humanos. Essa singular capacidade de elaborar intelectualmente e representar os produtos da inteligência na forma de linguagem parece ter sido responsável por uma impactante revolução na forma de pensar dos humanos.

Todas essas adaptações e experiências foram armazenadas na memória e transmitidas de geração em geração pela linguagem falada. Compuseram tradições e crenças, mas, de forma similar ao que ocorreu com os sistemas potencializadores, a operação da memória, um dos instrumentos complexos desenvolvido pelo homem, ganhou em expressão com a criação da escrita. Com ela,

¹ Este texto foi apresentado pelos autores na VIII Jornada sobre Fotografia (onde encontra-se nos anais), promovida em 2012 pelo Centro de Fotografia de Montevideo, que discutiu o tema “Fotografia e História”.

² MCGILVRAY, James. “Introdução”. In: Noam Chomsky. *A ciência da linguagem: conversas com James McGilvray/Noam Chomsky*. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 1984.

surgiram os estoques de informação registrada em alguma forma de suporte ou interface, facilitando sua difusão e perpetuando-a ao longo do tempo.

Desde a Grécia Antiga, quando a memória era divinizada na figura de *Mnemosyne*, a deusa, passando por Aristóteles para quem a memória propriamente dita, como faculdade de conservar o passado, diferenciava-se da reminiscência, como faculdade de invocar voluntariamente o passado, e aportando na Neurociência atual, a memória tem sido tema de diversos estudos, que mantêm um ponto comum – a necessidade de lugares³ (Smolka, 2000).

Independentemente da área do saber de onde perspectivamos nossa visão, o conceito de lugar, expresso por Santos⁴ (1994), é pertinente. Lugar é a extensão do acontecer solidário, ou seja, o *locus* do viver junto, do coletivo, do intersubjetivo. É o espaço em que se viveu, em que se trabalhou, em que foram compartilhadas experiências e relacionamentos interpessoais. É nesse viver junto que se constroem a memória individual, implícita ou explícita, imediata ou tardia, de aprendizagem, de facilitação, de procedimento, semântica ou episódica⁵. Também nele é construída a memória das cidades, conceituada como as marcas deixadas pelos grupos sociais nos lugares em que viveram, o que configura a memória coletiva, porque se desenvolve num quadro espacial, portanto em lugares compartilhados⁶.

No entanto os lugares compartilhados frequentemente sofrem modificações e podem até mesmo serem descaracterizados. Por esse motivo, os registros, os documentos são necessários para eternizar os

³ Smolka ALB. "A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural". *Educação & Sociedade*, ano XXI (71):166-193.

⁴ Santos M. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

⁵ Callegaro, Marco M.; Landeira-Fernandez, J. "Pesquisas em neurociência e suas implicações na prática psicoterápica". In: Cordioli, Aristides Volpato *et al.* *Psicoterapias: Abordagens atuais*. 3^a ed. Porto Alegre: Artmed, Cap. 47: 851-872, 2009.

⁶ Abreu, Maurício de Almeida. "Sobre a memória das cidades". *Revista da Faculdade de Letras – Geografia I*. Porto. XIV:77-97, 1998.

lugares, diferentemente do que ocorre com as formas materiais inscritas nas paisagens, como as edificações⁷. Nesse contexto, as fotografias são instrumentos de memória, na medida em que são ricas fontes de informações; transformam a memória coletiva em memória histórica. Registram significativos aspectos da realidade histórica, social e cultural de um povo, e, como fios entrelaçados de uma teia, são parte de uma rede de memórias, quer se considere a memória da cidade ou a memória enquanto faculdade neurológica de armazenamento de informações no consciente ou no inconsciente.

Talvez por sermos filhos de fotógrafos, os sons, os cheiros, os sabores, os sentidos de nossa infância, adolescência e juventude tenham se fixado na memória por meio de imagens, imagens em sais de prata. É essa estranha e fascinante mistura de emoções e informações que ativa nossa memória e faz com que os fragmentos do passado – como centelhas que iluminam a vida de cada um – não se percam no tempo. O passado e o presente se confundem e integram a história familiar no momento em que filhos, netos e bisnetos são levados pelas imagens, ao se inteirarem de histórias das quais, na maioria das vezes, não participaram diretamente. O cotidiano da família, cerimônias marcantes, nascimentos, aniversários, casamentos, festas de final de ano, entre tantas outras, ficaram registradas e perpetuadas na superfície das fotografias. Como num toque de mágica, o *clic* da câmara aprisionava o tempo e invadia um espaço que não é seu, porque o tempo é lugar dos deuses⁸.

A escolha da fotografia como objeto de pesquisa vem, quem sabe, do DNA de fotógrafos que corre em nossas veias. Ambos os autores são filhos de fotógrafos profissionais e experimentaram parte de suas vidas com essa exótica arte de congelar o tempo em sais de prata. À origem, com a qual nossa memória explícita foi forjada, associou-se nossa missão profissional: cuidar de acervos fotográficos

⁷ Halbwachs, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

⁸ Guran, M. "Curso de Museologia Social". In: *Palestra Imagem e Ciências Sociais*, 2011. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

na Fundação Joaquim Nabuco e na Universidade Federal de Pernambuco. Centenas de milhares de imagens passaram pelos nossos olhos: retratos, paisagens do campo e das cidades e, mesmo depois de 25 anos de trabalho, continuam a nos encantar e surpreender pela beleza da composição, pela riqueza de informações e, por que não dizer, pela importância como documento histórico.

Ao longo do tempo, foi possível perceber a importância de integrar imagens distintas de um mesmo tempo e de mesmos lugares, no sentido de preservar olhares sob diferentes ângulos, salvaguardando a diversidade das percepções dos sujeitos que têm a mesma cidade como referencial. Dessa forma, compreendeu-se que as fotografias podiam constituir um sistema memorial, ou seja, um sistema dinâmico, aberto e agregador, funcionando em rede, por meio de padrões interoperáveis, tendo como objetivo maior partilhar conhecimentos⁹.

A noção de memória aplicada à Ciência da Informação

O termo memória pode atender a vários significados, dependendo do campo de aplicação, e seus conceitos variam tanto quanto são seus proponentes. Para o senso comum, o termo invoca de pronto a ideia de pretérito, sentido que se faz mais forte no trato de disciplinas como a história, a arqueologia, e a arquitetura, nas quais a noção sedimentou-se desde longo tempo, firmando a conotação. Para a Ciência da Informação (CI), *locus* a partir de onde perspectivamos nossa observação, o tempo passado revela apenas parte de uma semântica incógnita, e essa aplicada a circunstâncias muito específicas.

Invocando a condição de registro memorial da herança cultural humana, em CI a memória se aproxima mais ao conotativo

⁹ Galindo, M. *Ferramentas, Informação & Sistemas Memoriais*. São Paulo: Sesc Pinacoteca. 2012.

de estoque de informação, como defende Aldo Barreto¹⁰, à reunião de estruturas de informação: “um conjunto de itens de informação organizados (ou não), segundo um critério técnico, dos instrumentos de gestão da informação e com conteúdo que seja de interesse de uma comunidade de receptores”. Assim, a memória produzida ontem tem para a CI o mesmo valor, como objeto de estudo, que registros centenários, eleitos como representativos de interesse histórico ou patrimonial. Não cabe à CI a reconstituição do passado histórico memorial. Antes, busca entender a natureza dos registros e os fenômenos que envolvem a criação, o tratamento e o uso social da informação. Nesse aspecto, a preservação, encontra-se face a face com seu senso etimológico latino – *praeservare* – ou ainda: observar previamente, defender, resguardar, conservar, ou seja, cuidar por antecipação, mantendo livre de corrupção, dano ou perigo, entendimento apropriado ao ofício da curadoria, aquela função que busca zelar pelo interesse público sobre os produtos da inteligência.

Para além da ideia de pretérito, outra condição que naturalmente se agrega à noção de memória é a ideia de custodia. Essa temática tem sido competentemente explorada nos últimos anos em um largo debate que vem ajudando na compreensão de dilemas do custodialismo¹¹. O paradigma custodialista pode ser visto como o processo que conduziu as práticas laborais de uma categoria de profissionais da informação a uma super-especialização de ofício, fenômeno marcado pela valorização na função da guarda em detrimento do acesso. Em muitos casos, esse debate concentrou-se no combate às funções técnicas, como se estas fossem responsáveis pelos desfortúnios das disciplinas que operam a informação. O deba-

¹⁰ Barreto, Aldo A. *Unidade 2: Os agregados de informação: memória, esquecimento e estoques de informação*. 2011, 11p. Reco, São Paulo. Disponível em <http://aldoibct.bighost.com.br/recox/baula2/aula2.htm>. Acesso em: 26 nov. 2012.

¹¹ Silva, Armando Malheiro da. *A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento, 2006. Ver também: Silva, Armando Malheiro, e Ribeiro, Fernanda. *Paradigmas serviços e mediações em Ciência da Informação*. Recife, Clio, 2010. 198p.

te trouxe como progresso a evidência da persistência da assimetria funcional da custódia sobre o acesso e ainda novas abordagens e metodologias que incrementaram a eficiência da difusão do conhecimento, com base na observação científica. Resta claro, entretanto, que uma parte importante dos fundamentos históricos do fenômeno do custodialismo¹² ainda carece de aprofundamento de estudos.

Foi a partir do passeio sobre fragmentos do passado fixados em sais de prata de nossa cidade que buscamos despertar a memória para iluminar a história, bem como trazendo a história para pôr luzes nas fotografias.

Pelas imagens 1 e 2, as primeiras selecionadas, vê-se o dique de arrecifes, formações rochosas naturais, marinhas, formadas por sedimentação de areia com carbonato de cálcio ou óxido de ferro, denominados recifes de arenito, do que derivou o nome e sua vocação natural de cidade portuária. Adentramos a cidade e podemos fazer uma comparação entre o Recife de hoje e de 100 anos atrás, uma cidade “que nasceu como porto e a serviço imediato do porto”¹³, dada sua condição privilegiada de apresentar arrecifes que encantaram Darwin por percorrerem “uma extensão de vários quilômetros em absoluta linha reta, paralela à praia e pouco distante desta”, sem a qual [...] nunca existiria um ancoradouro”¹⁴.

Para nossa orientação, tomemos por base as três ilhas, do Recife, de Santo Antônio e da Boa Vista, interligadas ao continente por pontes que são como braços a unir toda a cidade. O Recife passou de

¹² Para caracterização do paradigma custodial, ver: Ribeiro, Fernanda. *Gestão da Informação / Preservação da Memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário?* Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14053/2/gestaodainformacao000073255.pdf>. Ver também Ribeiro, Fernanda – “Archival Science and changes in the paradigm”. In: *Archival Science: international journal on recorded information*. Dordrecht [etc.]. ISSN 1389-0166. 1:3 (2001) 295-310.

¹³ Castro, J. *Fatores de localização da cidade do Recife*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1947:65-66.

¹⁴ Darwin, C. “A muralha de pedra”. In: Silva, L.D.; Maior, M.S. (Org). *Recife: Ed. Massangana*. 1992:166.

uma pequenina povoação de pescadores, no século XVI, para o porto de maior movimentação da América Portuguesa no século seguinte, de onde escoavam as riquezas da mais promissora de todas as capitâncias: Pernambuco¹⁵. É o Recife que se pode conhecer entrando pelo mar, margeando os rios e perpassando pontes. Uma cidade que sempre foi terra e água, como expressava o poeta Carlos Pena Filho: [...] hoje, serena flutua, metade roubada ao mar, metade à imaginação, pois é do sonho dos homens que uma cidade se inventa”¹⁶.

Tadeu Rocha chama a história registrada nas fotos 3, 4 e 5: “Para a construção do porto do atual Recife, alteou-se a muralha dos arrecifes, construiram-se quebramares, fizeram-se extensos cais, ergueram-se armazéns e montaram-se guindastes”, transformações ocorridas no Bairro do Recife, no início do século XX. O dique natural de arrecifes é recoberto por pedras (fotos 4 e 5), deixando ver o quanto se tomou do mar (foto 5). Adicionalmente às modificações relatadas por Tadeu Rocha, o torreão do Arsenal de Marinha do Recife, a Torre Malakoff (em segundo plano na foto 3, ao fundo à esquerda), vai perdendo sua função de proteção da cidade.



Foto 1 – Vista aérea do Recife. Foto de Antônio Montenegro, 2010

¹⁵ Silva, L.D.; *Arruando pelo Recife*. Recife: Sebrae, 2000.

¹⁶ Pena Filho, C. *Guia prático da cidade do Recife*. Disponível em: <<http://www.luizberto.com/a-hora-da-poiesia/guia-pratico-da-cidade-do-recife-carlos-pe-na-filho>>



Imagen 1 – Detalhe dos bairros do Recife, de Santo Antônio, de São José e da Boa Vista. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.



Foto 2 – Início da reforma do porto do Recife e o Cais do Arsenal da Marinha sendo aterrado. Foto de F. Du Bocage, ca. 1910. Acervo Museu da Cidade do Recife.



Foto 3 – Construção do novo cais do Porto do Recife. Foto de F. Du Bocage, 1912. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.



Foto 5 – Vista aérea do Bairro do Recife, o porto e a Avenida Alfredo Lisboa. Foto de Alcir Lacerda, ca. 1990. Acervo Alcir Lacerda.

Contemplado o porto, voltemos o olhar ao Cais da Alfândega, composto pelos ancoradouros, construções transitórias em madeira, semelhantes a palafitas, que aconchegavam os barcos provenientes do mar e dos vales açucareiros, tanto na maré seca quanto cheia, e pelo Paço da Alfândega, antigo Convento dos Oratorianos até 1826, construído em alvenaria, onde se guardavam as mercadorias (edifício por detrás das construções em madeira) (foto 6). Quis o infortúnio que um incêndio consumisse o ancoradouro, expondo a beleza do Paço, sede da Alfândega (foto 7) e dando início a um período negro no qual ficou relegado ao abandono, até que, na primeira década do século XXI, retoma seu aspecto monumental após restauração, dando lugar a um centro de compras luxuoso guardando algo do encanto de outrora (foto 8).



Foto 6 – Antiga Alfândega, ca. 1900. Foto de Manoel Tondella. Acervo Museu do Estado de Pernambuco.



Foto 7 – Vista aérea do Bairro do Recife, Cais da Alfândega (1º plano) e o Porto do Recife, seus armazéns e navios ancorados. Foto de Alcir Lacerda, ca. 1970. Acervo Alcir Lacerda.



Foto 8 – Paço da Alfândega em 2012, onde funciona luxuoso centro de compras – Domínio Público.

Ao sabor do gosto do melhor estilo europeu, era preciso “modernizar” a cidade, cumprir um plano urbanístico, rasgar avenidas. O local escolhido é o Cais do Ramos ou Cais do Colégio, situado na outra margem do Rio Capibaribe, no Bairro de Santo Antônio, antiga Ilha de Antônio Vaz. Lá estão o Colégio dos Jesuítas, a Igreja do Espírito Santo e o casario! Para abrir a Avenida Martins de Barros, são demolidos parte do casario e o Colégio dos Jesuítas (fotos 9 e 10), dando lugar a construções modernistas da década de 1940 (foto 11).



Foto 9 – Cais do Ramos ou do Colégio, Igreja do Espírito Santo e o Colégio dos Jesuítas, Bairro de Santo Antônio. Autor não identificado, ca. 1900. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.



Foto 10 – Cais do Ramos ou do Colégio, demolição do casario. Bairro de Santo Antônio. Foto de Manoel Tondella, entre 1900 e 1910. Acervo Museu do Estado de Pernambuco.



Foto 11 – Avenida Martins de Barros, Igreja do Espírito Santo e o prédio do Grande Hotel, Bairro de Santo Antônio. Foto de Benício Dias, entre 1940 e 1945. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

Em obediência ao Plano de Modernização Urbanística, era necessário melhorar o sistema viário da cidade, o que implicava no traçado de outras avenidas no centro do Recife, em detrimento da salvaguarda de edificações seculares. Dessa forma, para o traçado das Avenidas Guararapes e Dantas Barreto, houve a decisão de demolir o Pátio do Paraíso, integrado pela igreja de mesmo nome, o Hospital São João de Deus e o Quartel de Regimento de Artilharia, que se observam nas fotos 12 e 13, dando origem à imagem 14, com a visão da Praça da Independência. Observe-se que as avenidas e os edifícios foram erguidos na área ocupada pelo Pátio do Paraíso (foto 14).



Foto 12 – Bairro de Santo Antônio, vendo-se o Pátio do Paraíso antes da sua demolição para a abertura da Avenida Dantas Barreto. Foto de Benício Dias, 1938. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.



Foto 13 – Bairro de Santo Antônio, vendo-se o Pátio do Paraíso sendo demolido, no início da década de 1940, para a abertura da Avenida Dantas Barreto. Foto de Benício Dias. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.



Foto 14 – Vista aérea do Bairro de Santo Antônio, Praça da Independência, cruzamento das Avenidas Guararapes e Dantas Barreto. Foto de Alcir Lacerda, ca. 1970. Acervo Alcir Lacerda.

Embora a lógica urbanística fosse o melhoramento do sistema viário, a construção da ponte Duarte Coelho, concluída em 1945, no Bairro de Santo Antônio, em substituição à Ponte da Maxambomba, não acarretou o mesmo prejuízo já apresentado. A ponte da Maxambomba se mostrava obsoleta pelo estado de conservação e pela finalidade. Nesse caso, a substituição pareceu adequada para melhor aproveitamento do espaço físico e para o acesso ao Bairro da Boa Vista (foto 15).



Foto 15 – Construção da Ponte Duarte Coelho (local da antiga ponte da Maxambomba), abertura da Avenida Guararapes, Bairro de Santo Antônio, 1941. Foto de Benício Dias. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

A foto 16 passou a ser considerada emblemática da cidade, integrando cartões postais, apesar de esconder nos sais de prata as enormes perdas histórico-patrimoniais. Não fosse o congelamento do tempo na fotografia, o diálogo entre o passado longínquo e o

presente seria inviabilizado e as discussões históricas sobre a construção desta cidade estariam empobrecidas.



Foto 16 – Ponte Duarte Coelho e Avenida Guararapes, Bairro de Santo Antônio, 1945. Foto-postal. Autor não identificado. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

Pôde-se comprovar essa afirmação a partir do diálogo entre fotografias de acervos distintos, nas quais foram registrados olhares também distintos de uma mesma situação. Para escutar e compreender esse diálogo entre acervos fotográficos é preciso caminhar pela cidade. Saindo do Bairro de Santo Antônio em direção ao continente, encontramos o Bairro da Boa Vista, que se localiza à esquerda do mapa original do Recife (imagem 1). Seu acesso (sentido leste-oeste) era feito apenas pelos rios e por pontes, como a da Boa Vista (foto 17), a da Maxambomba (foto 18), também conhecida como ponte de Caxangá, ou ainda pela ponte Princesa Isabel. Ao promover o diálogo entre as imagens, observa-se que as fotos 17 e 18 registraram o mesmo cenário, em um mesmo momento histórico, e foram captadas sob ângulos diferentes. As fotos 19 e 20 registraram o mesmo cenário a partir do mesmo ângulo, mas em épocas distintas.

A fotografia permite realmente congelar o tempo e observar a mesma imagem de vários ângulos. Observe-se que as fotos 17 e 18 registraram as pontes, o rio Capibaribe e, ao fundo, a Igreja Anglicana, cercada por palmeiras imperiais, e o casario da Rua da Aurora. É no final de 1930 que esse cenário se modifica: a Igrejinha dos Ingleses é demolida, porém antes a ponte da Maxambomba já fora. A partir de 1940, a persistência do plano urbanístico da cidade faz com que se verifique a necessidade do alargamento da Rua Formosa para dar lugar à Avenida Conde da Boa Vista, ocasião em que a memória permite ver a Igreja Anglicana, já demolida, e em seu lugar, erguido o Edifício São Luiz (foto 20).



Foto 17 – Ponte da Boa Vista (1º plano), Rua da Aurora, Igreja Anglicana, entre 1920 e 1930. Bairro da Boa Vista. Foto de F. Du Bocage. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.



Foto 18 – Ponte da Maxambomba, Rua da Aurora, Igreja Anglicana, entre 1920 e 1930. Bairro da Boa Vista. Foto de F. Du Bocage. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.



Foto 19 – Balaustrada da Rua do Sol (1º plano), vendo-se a Rua da Aurora, a ponte Duarte Coelho em construção e a Igreja Anglicana, ca. 1940. Foto de Benício Dias. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.



Foto 20 – Balaustrada da Rua do Sol (1º plano), vendo-se a Rua da Aurora, a ponte Duarte Coelho e o Edifício São Luiz, no local onde existia a Igreja Anglicana, ca. 1945. Foto de Alexandre Bérzin. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

Voltando a atenção para o foco deste trabalho, identificaram-se coleções de fotografias sobre o Recife, custodiadas por diferentes instituições, que apresentavam características semelhantes, produzidas por fotógrafos que conviveram em uma mesma época e circularam pelos mesmos espaços. Eram conjuntos de imagens de significativo valor histórico, com registros dos mesmos temas, mas que não dialogam entre si. Eram fragmentos de um passado, memória em sais de prata de uma cidade que se transformou e se transforma a cada dia, uma cidade que, com a mesma velocidade com que cresce, termina esquecendo ou apagando sua história.

São fotografias dispersas em acervos com níveis de organização, conservação e acesso diferentes e que se completariam se fizessem parte de uma rede de memória. Por meio dessa rede memorial, a história da cidade seria reescrita, à medida que as imagens de um passado longínquo e recente também fossem apropriadas pelo conjunto da sociedade e, portanto, consideradas como fonte de memória da própria cidade.

Observamos, por exemplo, intervenções urbanísticas no Recife, em resposta a eventos desportivos, como a Copa do Mundo de 2014, com a necessidades de ajustes no sistema viário. No entanto há que se considerar que modificações dessa ordem envolvem também preservar a função da cidade, enquanto local de memória, de cultivo de corpo e espírito, quando se pensa em ocupação do solo¹. Nesse sentido, este artigo vem demonstrar que fenômenos dessa natureza ocorreram em outras épocas, mantendo o desrespeito ao patrimônio histórico².

Durante muito tempo, as organizações públicas e privadas, que tinham por missão a custódia, o resgate e a preservação do pa-

¹ CARTA DE ATENAS. Assembleia do CIAM – Congresso Internacional Arquitetura Moderna. IPHAN, 1933. 38p

² Lira, F. B.; Pontual, V. *Bairro do Recife*: o patrimônio cultural e o estatuto da cidade. Fórum Patrimônio: AmbConstPatrSust, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 159-189, 2007.

trimônio memorial e cultural pernambucano, enfrentaram grandes desafios resultantes da globalização da economia, da evolução tecnológica e da evolução conceitual no domínio da gestão pública. A pressão exercida pelas diferentes entidades com as quais se relaciona é um fator que implica maiores níveis de exigência na qualidade dos serviços prestados e dos bens produzidos.

A forma como as organizações memoriais enfrentam os desafios e respondem às pressões passa, cada vez mais, pela utilização das tecnologias a serviço dos sistemas de informação e dos objetivos e estratégias dessas organizações. O desenho e a implementação de sistemas memoriais suportados por tecnologias tornam-se cruciais para que as organizações memoriais possam conseguir vantagens competitivas, face às novas demandas sociais.

O sistema memorial é um modelo que propõe leitura do conjunto de segmentos interdependentes de missão memorial atuante no universo dos arquivos, bibliotecas, museus e outros serviços públicos e/ou privados os quais, por sua natureza, são operadores no campo do resgate, preservação e acesso aos bens do patrimônio memorial³. O modelo proposto é partilhante da visão sistêmica⁴, instrumental metodológico que nos ajuda a enxergar cadeias de relações entre partes cooperantes, permitindo análise e geração de explicativos sobre domínios complexos e funcionamento de sistemas sociais.

A vanguarda do desenvolvimento de recursos para organização, recuperação e uso partilhado do conhecimento vem se concentrando nas últimas décadas no aperfeiçoamento dos instrumentos que permitem a operação mútua entre usuários distintos, recurso

³ Instituições Memorialísticas: “As instituições memorialísticas e custodiadoras geradas pelo Estado-Nação e incorporadas mais tarde (depois da Segunda Guerra Mundial) no Estado Cultural, tais como os Arquivos, as Bibliotecas e os Museus”. In: Silva, A.M. *A informação, da compreensão, do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Ed. Afrontamento. 2006:158.

⁴ Bertalanffy, L. Von, tradução de Francisco M. Guimarães. *Teoria geral dos sistemas. Fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. Petrópolis: Vozes, 2008.

conhecido na terminologia especializada como interoperabilidade. Esse recurso se define como a capacidade que os sistemas de informação adquirem para se comunicar de forma transparente com outros sistemas, aparelhados com tecnologia semelhante de padrões abertos de transmissão de dados, comunicação, armazenamento e habilitados à representação descritiva de conteúdos em metadados. A capacidade de interoperabilidade permite que sistemas de informação como arquivos, museus e bibliotecas possam partilhar seus recursos informacionais com base em protocolos universais de troca de dados.

O desenvolvimento da internet e a evolução das Tecnologias da Informação e da Comunicação tornaram possível a digitalização, o armazenamento e a transmissão de dados. Esse mesmo movimento foi responsável pelo desenvolvimento das convenções descritivas para conteúdos em meio digital (metadados). Para o usuário final, a reunião de um conjunto heterogêneo de coleções em um único ambiente virtual web sob uma mesma metodologia de busca, cria a integração de várias bases; a busca torna-se mais abrangente, aumentando a relação entre o número de informações relevantes recuperadas e o total de informações relevantes armazenadas da pesquisa.

Como os acervos são instrumentos de fortalecimento da identidade nacional e da cidadania, sua divulgação faz com que se transformem em bens do patrimônio universal, sujeitos à proteção do Estado. Esse movimento reforça ou mesmo desperta o pertencimento social, desnuda a identidade do lugar e faz com que as pessoas se empoderem da memória da cidade, não como capacidade de lembrar de indivíduos ou grupos, mas se apropriem do estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nas fotografias dos locais, lembranças essas que poderão ser reapropriadas pelos indivíduos por meio do sistema memorial.

Conclusão

Temos sido bons ancestrais para nossos filhos e netos? No final do milênio que se foi e no princípio do novo, uma nova cultura de “colaboratividade” se instala com tanta força que a sociedade da informação tem sido, por muitos autores, conhecida por sociedade da colaboração. Isso implica o desenvolvimento de estratégias conectas, mediadas pela Tecnologia da Informação, mas principalmente, pela mudança de valores, que paulatinamente, têm abandonado práticas custodialistas, em troca da interoperabilidade entre seres e sistemas de sua criação.

A fotografia, uma expressão poética do olhar tecnológico, serviu-nos de guia apontando o caminho para conectar organizações e práticas de troca e cultura multusuária. Como o rio corre para o mar, a informação memorial corre para o acesso, marcando um novo tempo no qual o uso social da informação é maior que o controle, a prática que une os sistemas é mais forte que as barreiras que as separam.

A IMPRENSA E O PODER JUDICIÁRIO

Ivanildo Sampaio*

Houve época em que as relações entre o Poder Judiciário local e os jornalistas não eram as melhores. Sou testemunha disso. Corria o ano de 2009 e eu dirigia a redação do *Jornal do Commercio* de Pernambuco. Numa iniciativa da Escola da Magistratura, fui convidado para falar dessas conflituosas relações que, no fundo, não interessavam a nenhuma das partes.

Resgato, aqui e agora, mais de uma década depois, alguns pontos do que falei naquela oportunidade, apenas para que fique registrado não ser exclusividade do momento atitudes de repulsa ao que a imprensa fala e escreve, especialmente quando está ali a verdade mais cristalina. Alguns tópicos do que eu falei naquele encontro:

Sem querer ser catastrófico nem pessimista, eu começaria essa conversa entre nós afirmando que sempre foram conflituosas as relações entre a Imprensa e o Poder Judiciário. Talvez até mais de que com os Poderes Executivo e Legislativo. Faço essa observação no universo do meu tempo – um tempo que compreende 42 anos de jornalismo, dividido pelos mais diversos veículos. Trabalhei em revistas, jornais, rádios e televisão, com algumas incursões também pelo mundo da propaganda. Deve se levar em conta que nesses 42 anos estão inseridos 21 anos dos governos militares, quando tudo era proibido, inclusive sonhar.

Perguntariam os senhores a quem caberia a culpa pelo esgarçamento dessas relações. Pelas dificuldades de um diálogo aberto

* Ivanildo Sampaio é pernambucano de São José do Egito. Formado em jornalismo na Universidade Católica de Pernambuco, foi repórter-itinerante das antigas revistas *Manchete* e *Fatos e Fotos*, ambas da Editora Bloch. Morando no Rio de Janeiro, atuou também na *Rádio MEC* e na *TV Educativa*. De volta ao Recife, trabalhou na *Globo Nordeste* e no *Diário de Pernambuco*. Foi diretor de redação do *Jornal do Commercio* durante quase três décadas.

e sincero de lado a lado, sem que nenhuma das partes abrisse mão do seu direito sagrado e constitucional, já que ambas são pilares na construção de uma sociedade pluralista e democrática, como todos almejamos. Talvez, involuntariamente, a culpa tenha que ser dividida meio a meio. O Poder Judiciário, por ter mantido durante muito tempo uma postura de distanciamento da sociedade, fiel ao princípio de que o magistrado só se manifesta através da sentença que profere. A Imprensa, pelo pecado da arrogância, quando se autodenominava ‘Quarto Poder’ e feria algumas regras necessárias para uma convivência sadia e harmônica com todos os atores da sociedade. Creio que essa fase de permanente desentendimento seja hoje apenas um registro do passado.

Mas, convido os senhores para fazermos aqui e agora uma pequena viagem pelo mundo da notícia, pelo universo da informação. Todos aqui presentes já ouviram falar da figura do ‘ombudsman’, esse ser emblemático que surgiu na Suécia como uma espécie de ‘ouvidor’ da sociedade e que hoje ocupa posição de relevo nos mais importantes jornais do mundo. Pois bem, a Suécia inventou o ‘ombudsman’, mas criou também os Conselhos de Auto-Regulação da Imprensa. Em 1978, os jornalistas suecos adotaram um Código de Conduta, para tratar de jornais, revistas e periódicos. O enunciado desse código diz o seguinte:

A imprensa (escrita), o rádio e a televisão terão o maior grau possível de liberdade, de acordo com o Ato de Liberdade de Imprensa e o Direito Constitucional de Liberdade de Expressão, para que sejam capazes de atuar como divulgadores de notícias e como fiscais dos negócios públicos. Nesse conceito, entretanto, é importante que o cidadão seja protegido do sofrimento resultante da publicidade. A ética não consiste na aplicação de um jogo formal de regras, mas na manutenção de uma atitude responsável do exercício da atividade jornalística. O Código de Ética da Imprensa, Rádio e Televisão se propõe a proporcionar apoio para essa atitude’.

Depois desse enunciado, o código elenca alguns conselhos indispensáveis para o exercício do bom jornalismo. Entre eles:

- Seja crítico com as fontes de informação. Apure os fatos tão cuidadosamente quanto possível, à luz das circunstâncias;
- Permita ao leitor/ouvinte/espectador a possibilidade de distinguir fato de opinião;
- Os títulos, as manchetes e as chamadas devem corresponder ao texto da notícia;
- Erros efetivos devem ser corrigidos assim que apontados. Se alguém refutar uma declaração, deve-lhe ser dada oportunidade de explicar-se;
- É preciso cautela ao publicar notícias sobre suicídios ou tentativa de suicídios, particularmente em respeito ao sentimento dos parentes. (É bom lembrar que os países nórdicos registram as mais altas taxas de suicídio por número de habitantes);
- Muito cuidado em dar publicidade a fatos que podem violar a privacidade do cidadão;
- Sempre mostre a maior consideração possível com vítimas de crimes e de acidentes;
- Escute sempre os dois lados;
- Não destaque raça, sexo, afiliação política nem crença religiosa, se essas informações não forem importantes no contexto da notícia ou se forem depreciativas;
- Lembre-se de que aos olhos da lei uma pessoa suspeita de crime é considerada inocente até ser provada sua culpa;
- Seja rigoroso ao avaliar as consequências prejudiciais que pode causar às pessoas, cujos nomes foram expostos na mídia;
- Deve ser dito que essas recomendações, em prática na Suécia, são válidas para o bom jornalismo em qualquer lugar

do planeta – e que na sua quase totalidade estão contidas no Código de Ética vigente na imprensa brasileira, tanto dos empresários quanto dos trabalhadores;

- O direito à privacidade, por exemplo, não é objeto de permanente desentendimento entre o Judiciário e os meios de comunicação apenas no nosso país. Como o conceito de privacidade é muito citado e pouco definido, são muitas as controvérsias em torno dele.

Ao que se sabe, uma das mais antigas menções ao direito de privacidade foi feita nos Estados Unidos, em 1890, por dois advogados de Boston, num artigo que escreveram para uma revista da Universidade Harvard. Samuel Warren e Louis Braneis defendiam a necessidade de leis de proteção à vida privada. Talvez temendo violar a Primeira Emenda, até hoje os Estados Unidos não têm uma legislação consolidada sobre o tema.

Um parêntese: há alguns anos o ator Dustin Hoffman ganhou na Justiça uma causa contra uma revista de Los Angeles e colocou no bolso 3 milhões de dólares. A revista publicou uma fotomontagem do ator, vestido de mulher e calçando sapatos de salto alto. Ele não gostou. Também está claro que a revista fez mau jornalismo: brincou com a imagem e a dignidade primeiro do cidadão, depois do homem público, cujo rosto é conhecido das plateias de todos os continentes.

Isso mostra como temos, de lado a lado, uma infundável leva de assuntos de preocupação comum, sobre as quais deveríamos construir o caminho para um diálogo igualmente comum, feito de consultas, de entendimentos e até mesmo de renúncias diante daquilo que nós estabeleceremos como nossas verdades definitivas.

Vejamos um exemplo concreto: hoje, a indústria do dano moral é uma realidade que atemoriza as redações dos jornais e, mais ainda, o equilíbrio financeiro de cada empresa. O artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal garante a inviabilidade da intimidação

da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, assegurando a indenização por dano moral decorrente de sua violação.

Constatada essa realidade, vê-se por aí que os meios de comunicação estão cada vez mais atentos para não expor as pessoas a situações vexatórias. No entanto, apesar de todo cuidado nesse campo, algumas vezes com prejuízo de informação, não são poucos os casos que tramitam na Justiça. Alguns deles, muitas vezes conduzidos pela má fé dos reclamantes. Um deles envolveu a Igreja Universal, contra a jornalista Elvira Lobato, do jornal *Folha de São Paulo*. A igreja, insatisfeita com algumas revelações da jornalista, ingressou com inúmeras ações na Justiça, em diferentes estados da federação, num caso real de litigância de má fé, reconhecido pela própria Justiça. Muitas ações movidas por dano moral enveredaram pelo campo da subjetividade – e por essa razão são as mais perigosas. E tão subjetivas quanto essas alegações são, algumas vezes, as indenizações estipuladas pelos julgadores.

Portanto, em casos de danos morais não há jurisprudência firmada e as decisões são às vezes as mais contraditórias. A Associação Nacional de Jornais, entidade que congrega os principais veículos de imprensa do país, já mostrou que para casos similares houve decisões diferentes. Quem estaria certo, em casos assim?

É evidente que é dever explícito da boa imprensa ajudar o homem no exercício de sua cidadania, na sua realização como pessoa humana. Quantas não são as demandas reprimidas de uma sociedade que, infelizmente, ainda apresenta tantas disparidades? Quantas não são as pessoas que se sentem desprotegidas do Estado, sem chance de autorrealização? Quantas vezes não ouvimos que a Justiça é lenta?

Até pouco tempo, nós, jornalistas, convivíamos com a famigerada Lei de Imprensa, outorgada ainda nos tempos dos governos militares. Um parecer do então ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres de Brito, revogou aquela excrescência jurídica

do nosso arcabouço legal. ‘Mas, por conta dela, muitos profissionais foram condenados, apenas porque estavam cumprindo seu dever’”

Hoje, mais de uma década depois da palestra dada na Escola de Magistratura, já afastado do dia a dia das redações de jornal, vejo com preocupação a permanente escalada autoritária com que se tenta amordaçar profissionais da Imprensa, e até mesmo a sociedade como um todo, como nos tempos mais escuros da antiga Lei de Imprensa e do Ato Institucional número 5. Infelizmente, não é um privilégio nosso. Os próprios Estados Unidos passaram pela experiência de Donald Trump, chefe de estado de uma nação que já foi exemplo para o mundo na sua pregação democrática, foi o presidente norte-americano que rasgou a história, pisoteou a tradição democrática e cuspiu nos valores mais caros do passado. E nós? Para onde vamos?

DIÁRIO DE VAUTHIER: UM ESTUDO ÍNTIMO

Fátima Quintas*

*Por que será, meu Deus, que passam pelo
sangue frêmitos cuja lembrança nos envergonha
tanto, quando de novo nos achamos na
atmosfera pura de um ente amado?*

Vauthier

Luis Léger Vauthier (1815-1901) esteve no Brasil – de 1840 a 1846 – a convite de Francisco do Rego Barros, então presidente da Província de Pernambuco, função que ocupou durante o período de 1837-1844. Registre-se que recebeu a comenda de Barão em 1841, de Visconde em 1858 e, finalmente, de Conde da Boa Vista em 1860, insígnia pela qual é conhecido até hoje. Educado em Paris, Francisco do Rego Barros orgulhava-se do ar e do tom de *grand seigneur*, que o levou a fortalecer o lastro francês que já despontava em terras recifenses.¹

O engenheiro francês Vauthier, formado pela Escola Politécnica de Paris, núcleo do mais fino saber, morou 6 anos por aqui e a sua passagem merece um destaque especial, em virtude da contribuição na área da História, da Arquitetura, da arte de construção civil e da administração de obras públicas em nosso país. O diário por ele escrito representa uma peça etnográfica da maior importância, por revelar a vida brasileira na primeira metade do século

* Fátima Quitas é antropóloga, escritora e pesquisadora. Membro da Academia Pernambucana de Letras, é autora, entre outros, de vários livros sobre o pensamento, a vida e a obra de Gilberto Freyre. Coordena o Seminário de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco.

¹ Este texto foi construído com base no livro *Um engenheiro francês no Brasil*, de autoria de Gilberto Freyre.

passado, sem, entretanto, dispensar o lado humano de uma narrativa individualizada e soberbamente pessoal. Nos escritos, vamos encontrar íntimas confidências, recheadas de sentimentos calorosos e espontâneos. Indiscrições várias adejam as páginas, razão pela qual Vauthier utilizou em alguns casos apenas as iniciais das pessoas aludidas. Devo, antes de mais nada, reconhecer, e faço-o até com uma certa satisfação, que os diários me atraem sobremaneira, pelo jorro intimista que os singulariza. São textos que deixam transparecer emoções impregnadas em cada um, revelando transparências por vezes obscuras da alma. Não hesito em afirmar que sou uma adepta de escrituras produzidas em primeira pessoa, o *eu confessional*, aquele que debulha as camadas do inconsciente numa franca aventura de sensibilidade, aventura que hospeda preciosismos de existências particularizadas. O diário de Vauthier não foge aos flancos de sinceridade, nem aos irrefletidos voluntarismos, nem às ingênuas induções ou deduções. Ainda bem!

*

Naturalmente que, ao se falar em Vauthier, não é possível esquecer a figura do técnico, do administrador impecável, do homem de espírito público e de senso político; menos ainda a importância que Gilberto Freyre lhe atribuiu, devotando-lhe um livro de mil páginas, intitulado *Um engenheiro francês no Brasil*. Freyre foi o primeiro brasileiro a esmiuçar e enaltecer sua imagem, em tom apologético – na verdade, o seu grande descobridor. O escritor pernambucano, que nunca quis sair do Recife, apegado edipianamente ao seu telúrico bairro de Apipucos, realçou, de maneira madradora, inúmeros aspectos da realidade que o circundava, entendendo as interações sociais em um tempo por ele conceituado de *tempo tríbio*, ou seja, passado, presente e futuro enovelados entre si, em simultâneas efervescências. Tempo triádico e único, por associar uma cronologia que não se divide em partes estanques; o homem visto como junção de um tempo histórico e social. Aliado a referências

históricas – o termômetro histórico de que fala Lévi-Strauss –, apegou-se Freyre aos cronistas e estrangeiros que por aqui aportaram, na tentativa de interpretar um Brasil multifacetado e susceptível a evoluções endógenas e exógenas.

Quando o historiador paulista Paulo Prado encontrou em Paris o diário de Vauthier, logo se lembrou do amigo Freyre, tão afeito à rede sociológica do processo diacrônico. Não tardou, pois, em adquirir o documento. De posse da ambicionada relíquia, presenteou-lhe. E ao embalo de escritos valiosos do oitocentos, Gilberto, que já se debruçava sobre o perfil fustigante de Vauthier, aproveitou a oportunidade para render-lhe as devidas homenagens, reforçando a tese de que deve-se ao engenheiro francês a precoce expansão das ideias socialistas francesas no Brasil, fato que contribuiu vantajosamente para que o Recife aguçassem nos intelectuais e nos próprios políticos um saudável ânimo de renovação social. Ora, o engenheiro vinha da Escola Politécnica de Paris, um dos centros mais adiantados de ciência europeia naquela época, de uma França, sinônimo de vanguardismo na atividade de pesquisa, de ensino e de formação intelectual. Diga-se: o Recife se afrancesava desde os começos de mil e oitocentos e, sob alguns aspectos, em maior intensidade que o Rio de Janeiro, pois a capital de Pernambuco era a metrópole intelectual do Império. Nos móveis, por exemplo, os fabricados por Béranger, pai e filho, respectivamente Julien e Francisco Antônio, que introduziram a técnica da marchetaria; nos estilos de carroagem, na moda de vestidos para senhoras, nas roupas e acessórios dos homens, coletes, gravatas, plastrons, chapéus, sapatos... Nas técnicas de Medicina, de Engenharia e de Arquitetura. Na gastronomia. E, sobretudo, nas maneiras, nas ideias, na música, no teatro, na literatura... O que se sabe é que as preferências francesas dominavam sem que esse afrancesamento significasse perda do sentido patriarcal de vida. Uma influência, portanto, artística, literária, técnica, científica e filosófica. Afinal, tudo se queria à francesa.

Vauthier, com as suas ideias fincadas no fourierismo, o socialismo utópico de Fourier – confluência de duas “doutrinas” do século XVIII, o materialismo mecanicista e o idealismo social de Rousseau –, tornar-se-ia um reformador e, até, um revolucionário num Recife propenso ao liberalismo, aqui unindo-se a Antônio Pedro de Figueiredo (um dos nossos socialistas utópicos), que o incitou a colaborar na revista *O Progresso*. O seu carisma floresceu não tanto por ser francês, como diria Gilberto Freyre, mas por ser um francês de tipo ou feitio novo para a própria França. Contribuiu, por conseguinte, para dar ao verbo “afrancesar” no Brasil um *estilo nobre*. Convém salientar que, no Recife, desenvolveram-se com bastante ressonância os pressupostos do socialismo utópico francês, tornando-se um nicho de intensa representatividade nacional.

Sobressaiu-se como técnico arrojado e destemido: difundiu no Brasil o emprego do ferro em pontes e em arquitetura grandiosa, como a do Teatro de Santa Isabel; elaborou o plano monumental do primeiro grande cemitério público do Norte do Império e não apenas de Pernambuco, com o objetivo de substituir, numa região mais conservadora que o Sul, o local dos sepultamentos, até então realizados nas Igrejas, tanto urbanas quanto rurais – uma mudança definitiva no hábito pouco salutar de conservar cemitérios particulares, por vezes conjugados a casas de residência. O plano do cemitério sintetizou uma das mais interessantes ingerências de Vauthier, plano rico em sugestões complementares, tais como: o plantio de árvores e arbustos pelas ruas circunvizinhas, buscando purificar a atmosfera, a configuração circular arquitetônica, a capela em forma de cruz, o muro alto, drenagem adequada por onde a água escoasse sem empecilhos, evitando, assim, as indesejáveis estagnações. Sobre esse plano e sobre os estudos dele decorrentes, levantou-se o Cemitério de Santo Amaro em anos posteriores – Vauthier já se encontrava na França.

A verdade é que o temperamento irrequieto do jovem francês acumulou contribuições: levantamento da planta do Recife e dos

arrabaldes, construção de pontes com perícia incomum – a ponte-pensil do Caxangá, a de Santo Amaro de Jaboatão, a de Tacaruna –, projeto hidráulico da cidade, a chamada socialização das águas (o tema das águas sempre esteve no centro das suas preocupações, por assinalar um dos elementos básicos da saúde pública), obras do Convento do Carmo, extensão de aterros (Boa Vista e Madalena tornaram-se áreas de residência), permitindo o desafogo da população, o problema da arborização, do saneamento, entre outros. Atuou em diversas áreas graças a uma enorme capacidade de trabalho e de ajuste do meio ambiente ao urbanismo, dialética que consolida a humanização das cidades.

Importante frisar que Gilberto Freyre, ao destrinchar o pensamento de Vauthier, não se restringiu apenas ao seu diário, mas buscou nos anúncios de jornais da época, tendência bem freyriana – seguramente o primeiro antropólogo brasileiro a dedicar-se à anuciologia –, apoio na pesquisa documental. Nesse garimpo antropológico, observou que a influência francesa predominava no Recife em vários segmentos: boticários, droguistas, importadores de remédios, modistas, alfaiates, cozinheiros, cirurgiões, médicos, cabeleireiros, retratistas, atores; aparecendo, vez por outra, algum professor de música (os pianos eram quase todos de fabricação inglesa) ou de dança ou algum mestre de esgrima – Vauthier recebia aulas de esgrima.

O engenheiro francês retornou à Europa em 1846; não perdeu o contato, entretanto, com o país tropical da América, onde viveu intensos 6 anos. Continuou a orientar – de longe – obras públicas e particulares, a do Teatro de Santa Isabel, por exemplo. Frise-se que a conclusão dos trabalhos aconteceu apenas em 1850, sob a sua orientação. Infelizmente não assistiu à festa de inauguração do Teatro, que representou um grande acontecimento na vida de Pernambuco. Viajou deixando as obras incompletas, não por sua culpa, mas pela morosidade e irregularidades no processo administrativo. Ao tomar

conhecimento do dramático incêndio ocorrido no Teatro na noite de 19 de setembro de 1869, fez aportes imprescindíveis e modificações no plano de remodelação feito pelo engenheiro José Tibúrcio Pereira de Magalhães. A edificação se reergueu novamente sob o seu comando. A propósito, o nome *Teatro de Santa Isabel* foi escolhido pelo então presidente da Província, Honório Hermeto Carneiro Leão.

Os anos pós-Vauthier no Brasil foram de grande afrancesamento. O que já se iniciara nas primeiras décadas do oitocentos, alcançava um surto ou uma febre edificante, culminando com a adesão ao positivismo de Comte, tão aplaudido pela República dos Bacharéis de 1889, e que deu à bandeira nacional a legenda *Ordem e Progresso*.

*

Contextualizada a figura de Vauthier, meu interesse recai nas intimidades reveladas no diário. É nele que procurarei desvendar o lado mais oculto do engenheiro-chefe das Obras Públicas de Pernambuco entre 1840-1846. Texto autobiográfico, abriga os impulsos de um homem livre — na medida do possível — das interferências da sociedade, dos efeitos de um policiamento consciente, das pressões do severo cotidiano. Como todo *ego-documento* (cartas, diários, autobiografias, memórias etc) vem carregado de expressões espontâneas, de explosões inesperadas, de desabafos raivosos ou de eufóricas exteriorizações. Nesse brado intimista encontram-se nuances nebulosas: observações acuradas, sussurros momentâneos, protestos, queixas, reclamos e transbordamento de sensações. Os diários despem a alma a nu. Foi assim com Sylvia Plath, Virginia Woolf, Miguel Torga, Katherine Mansfield e tantos outros. Foi assim com Louis Léger Vauthier.

Gênero pessoalíssimo, o do diário, oferece a oportunidade de mergulhar na personalidade do autor em variados matizes. Entre o fracasso e a vitória, entre a alegria e a tristeza, entre a ficção e a realidade, a memória se reacende – impossível deslembra a feliz

expressão “ficções da memória”, usada por Alberto da Costa e Silva como subtítulo às suas recordações de infância, *Espelho do princípio* –, em que os múltiplos *eus* vão se espalhando na rede da existência. Assim, as variações de humor irrompem, as angústias também, até mesmo os arroubos de infantilidade. Do homem altivo, decidido, racional, a um Vauthier amparado nas suas próprias “convulsões”, sensuais ou emotivas, nos seus julgamentos, por vezes, excessivamente passionais, nas suas críticas mordazes e agrestes, insurge o espectro do complexo ontológico. E as ondulações e sinuosidades assumem traçado firme, de modo a delinear um esboço próximo à natureza humana.

Ao folhear o diário de Vauthier, inebrio-me diante de anotações bem recônditas. Na primeira página, já se depreende a sua perspicácia: “Visita ao Armorique (navio ancorado no porto de Havre que lhe trouxe ao Recife). Encontro com o Sr. S. e sua família. A mulher, que me disseram ser muito feia, agradou-me. É, com efeito, bastante feia, mas tem bonitos olhos, ar distinto e modos encantadores” (Gilberto Freyre, *Um engenheiro francês no Brasil*, 1960, p. 523). Mais adiante: “Longo passeio à tarde com Madame S. Mãe excelente que, por excesso de cuidados, tornará os filhos infelizes. Se ficarem sob sua proteção até quinze anos, virão a ser cretinos ou estúpidos” (op. cit. p. 525).

Por essas duas ácidas ponderações sente-se um Vauthier atento às circunstâncias que o rodeiam. Em primeiro lugar, uma libido à flor da pele, ele, noivo de Elia-Elisa Joubert, a amada Elisa, filha de um médico francês, Ellie Joubert, e de Pauline de Pierre, todos residindo à época em Florença. Daí Vauthier aguardar com ansiedade tantas cartas da Itália. Um amor puro, Elisa, idealizada na perfeição de mulher moldada à semelhança da virgem Maria. Os enlevos do engenheiro francês nessa relação se mostram exageradamente virtuosos, quase sacrais, a conceber a imagem de Elisa, virgem, intocada, etérea, o que denota o comportamento típico

do século XIX. Os seus anseios sexuais no Brasil foram, todavia, profanos e mundanos, enquanto que os sentimentos dirigidos à amada, seráficos e santificados. Elisa, ícone venerado, inigualável, um tanto abstrato. Nenhum fantasma herético caberia na miragem desse amor, somente a candura de louvores, longe de qualquer pecadilho, até mesmo em devaneios.

Apesar do esforço de manter-se casto no Brasil, numa fidelidade à amada, tal fato não aconteceu. Procurou preencher o tempo ao máximo; além de todos os afazeres técnicos, estudava português assiduamente, empregando a nova língua com bastante habilidade, pintava e desenhava, gostava de retratar pessoas; fez o seu autorretrato, aliás dois, que lhe deram bastante trabalho, e mantinha um professor de esgrima – talvez o mestre Gayrel, “professor de nação francesa” que deu lições de “jogo de espada” no Recife, depois de ter dado na Bahia, e aparece em anúncios de jornal daqueles anos, conforme pesquisa de Gilberto Freyre.

Durante a viagem ao Brasil a bordo do *Armorique*, tendo como companheiros de viagem 16 passageiros – Vauthier tentou fazer um ligeiro perfil de alguns deles –, queixou-se de não conseguir o estado de isolamento: “Impossível abandonar-me a algumas horas de sonho. Sonho... veneno mortal para algumas almas e, para outras, bebida salutar em que se avigoram e retomam forças. [...] Há em mim um desejo imperioso, uma viva necessidade de falar às vezes dessas coisas elevadas. Mas bem raras são as almas que têm idênticas aspirações e desejos” (op. cit. p. 532). A par da aspiração de isolar-se para meditar, manifestava desencanto diante das ideias que não podia transmitir. Como se a partilha fosse uma maneira de solidificar o sonho, de fazê-lo vibrante na figuração abstrata. Vauthier, um humanista nato, cultuava o fourierismo, cujos enlevos socialistas o animavam. E a formação recebida aguçava-lhe o lado pragmático. No entanto, no jovem francês nunca esmoreceu o território do devaneio – intuição quase feminina. Cultuava uma afiada

sensibilidade, o mundo era a moldura de uma paisagem palpitante, cheia de curiosidades e de imprevisões.

Na chegada, Vauthier amou o Recife à primeira vista. O que não é muito fácil. Como afirma Gilberto Freyre, no seu notável *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*, “o viajante que chega ao Recife por mar, ou de trem, não é recebido por uma cidade escancarada à sua admiração, à espera dos primeiros olhares gulosos de pitoresco ou de cor. [...] Com o recato quase mourisco do Recife, cidade acanhada, escondendo-se por trás dos coqueiros; e angulosa, as igrejas magras, os sobrados estreitos, alguns ainda com quartinhas às janelas... [...] Cidade sem saliências nem relevos que deem na vista, toda ela num plano só, achatando-se por entre as touças de bananeiras que saem dos quintais dos sobrados burgueses. [...]. De muito oferecido ou saliente, ela só tem o farol ou as torres das igrejas” (Gilberto Freyre, *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*, 1968, p. 3-4). Mas Vauthier cantou e decantou a cidade: “Ontem à tarde, delicioso pôr do sol: nuvens de um tom vivo de aurora, mesclado de cinzento e pérola, sobre um céu azul e límpido, fundindo-se no horizonte em bruma esbranquecida. O deslumbrante espetáculo durou um quarto de hora, porém as cores vivas nas nuvens apagaram-se quase espontaneamente. Os crepúsculos começam a ser muito curtos” (Gilberto Freyre, *Um engenheiro francês no Brasil*, 1960, p. 537). São inúmeras as digressões no seu diário sobre a natureza. Não se farta de elogiar a efervescência dos trópicos. “Achei elegante e bizarra a cabeleira dos coqueiros; magníficas as folhas compridas e largas das bananeiras. Essa natureza impressiona a quem vem da França, pela manifestação de uma punjança muito maior do que a que lhe é familiar. Aí, a água e o fogo se harmonizam generosamente, para produzir esplendidos acordos. Como o homem poderia ser feliz no meio dessa grandeza!” (op. cit. p. 548). Essa última frase remete a apreciáveis indagações. Serão os trópicos tão ebulentas que abafam a emoção do homem ou a sua

ostensiva autoridade interfere arrogantemente nos sentimentos dos seus habitantes? A interrogação se faz necessária em face do espanto de Vauthier. E a simpatia pela terra continua: “A curteza constante dos dias e as brisas contínuas dão a este país manhãs e tardes encantadoras. É um clima feliz” (op. cit. p. 561).

Andar a cavalo representou um dos seus prazeres e pela manhã, logo cedinho, saía para percorrer caminhos e atalhos conhecidos ou desconhecidos. As descrições são fantásticas e dizem não somente da paisagem física como também da social: “Saímos às cinco horas, voltamos às onze. Fomos pela ponte dos Afogados e voltamos pela da Madalena. Eram apenas seis horas quando saímos e já fazia dia claro. Toda a população masculina e feminina estava de pé, as mulheres, negras e mulatas, já instaladas à porta de seus mocambos, olhando vagamente a rua, mostrando o colo e os seios até meio caminho da cintura. Crianças de toda idade e sexo... Toda essa população ia passar assim o dia, em vaga contemplação vegetativa, recolhendo-se à sombra para deixar abrandar o sol e voltando à porta, logo que ele desaparecesse. É assim a vida dessas criaturas que se vestem e se nutrem de ar, cobrem-se um pouco de tecido branco e comem apenas alguns punhados de farinha de mandioca. Mesmo assim, apesar da simplicidade de vida, sua preguiça e imprevidência são tais que o problema de sua existência parece insolúvel” (op. cit. p. 570). Os costumes de um Nordeste brasileiro novecentista bosquejam-se com clareza nas suas lúcidas explanações.

Residiu inicialmente (tudo indica que por sua conta) na Rua Formosa. Atente-se que não comenta tal fato no seu diário, Gilberto Freyre obtém a informação mediante pesquisas no arquivo de família. Com ele foi morar Boulitreau (engenheiro francês, um dos seus auxiliares, junto com Millet, Porthier, Buessard e Morel. Vale ressaltar que Pedro Vitor Boulitreau e Auguste Millet formaram família e acabaram fixando residência no Brasil. O filho de Boulitreau, Francisco Pedro, foi deputado à Assembleia do Estado de Pernambuco e

o de Millet, Henrique Millet, professor da Faculdade de Direito do Recife, distinguindo-se como advogado e jornalista). Depois passou a residir na rua do Aragão nº 12, (em companhia de Boulitreau) e lá mobiliou a casa a seu gosto, uma vez que não pretendia mais se mudar. A mobília era bem requintada e dela se tem notícia em decorrência do leilão realizado após o seu retorno à França: um lindo piano, marquesões, cadeiras simples, cadeiras de balanço, aparadores, mesas de jantar e de jogo, espelhos grandes, um ótimo relógio inglês em cima da mesa, louças, vidros, várias obras de prata. Um adendo: Vauthier possuía escravos de ambos os sexos.

O primeiro encontro com Francisco do Rego Barros, presidente da Província de Pernambuco, foi cauteloso: não lhe deu a impressão de um homem superior, nem tampouco de uma arguta inteligência. Apenas maneiras afáveis e cordiais mesclavam o seu comportamento. Quanto à Madame Rego Barros salientou: “uma fisionomia grave e séria, porém meiga e boa. Olhos negros muito expressivos, colo soberbo” (op. cit. p. 548-549).

E a sensualidade não abrandava. Vauthier permitia escapulir certas confissões: “À noite visitinha à casa de Madame S. Vi seu colo até à axila. Ela tem pouco a mostrar, mas deixa ver tudo o que pode” (op.cit. 553). A Sra. B. muito bem feita por trás; de frente, busto como uma tábua. Bastante decotada, aliás, para mostrar tudo, caso o tivesse” (op. cit. p. 555). “Dancei a minha primeira contradança, após a minha chegada, com a esposa do presidente”. “A senhora L., brasileira viçosa, bem feita de corpo e com pintas espalhadas em profusão sobre as espáduas” (op. cit. p. 555- 556). Mais um comentário sobre Sra S., vista em desalinho matinal: “Bem feia, assim sem artifícios. De branco só tem os ombros e o lugar em que as pessoas do mesmo sexo costumam ter os seios” (op. cit. p. 558).

Ao ser apresentado a M. Thèberge, jovem médico francês que estava no Brasil havia dois anos e meio – viria a ser o médico de Vauthier –, achou-o insignificante. Assustou-se com as suas exposi-

ções sobre o Brasil. Segundo M. Thebèrge “aqui mata-se gente como moscas”. Vauthier logo humorizou: “esqueci-me de lhe perguntar quantas vezes ele foi morto. Falou das constipações, doença muito perigosa. Não lhe aconteceu também morrer disso. A julgar pelo que diz, deve-se temer uma constipação mais do que a morte” (op. cit. p. 556). À esposa de M. Thebèrge exclamou interiormente: “Redonda como uma bola, olhos salientes, espírito assim-assim” (op. cit. p. 558).

A escravidão era prática no país e dela não fugiram os que por aqui nos visitaram. Mme S. (teria vindo ao Brasil fundar um colégio para meninas) comprou uma negrinha criada em um convento de freiras, possivelmente no Recolhimento da Glória. “Quando elas têm filhos, os donos ficam com eles: é o costume do país! Que querem mais? – Mme. S. acha que isso lhe convém” (op. cit. p. 560). Há um forte excerto em seu diário ao avistar o cadáver de um negro boiando na praia. “Passaram mil pessoas, que o viram, pararam um instante depois continuaram seu caminho muito filosoficamente... É verdade que era um negro! Se um negro em vida é pouca cousa, que será um negro morto?” (op. cit. p. 569).

Recordar Elisa o enchia de entusiasmo. Na noite de 8 de agosto de 1840 comentou: “Falei de Elisa a Madame S. As mulheres entendem admiravelmente certas coisas. Não é que Madame S. tenha a noção bem precisa de um amor forte como o nosso, mas comprehende o encanto de transmitir pensamentos desse gênero, quando o coração está repleto” (op. cit.p. 570). A intensidade do amor por Elisa serviu de sustentáculo aos anos vividos no Brasil. Uma lembrança que o enternecia diante das adversidades tropicais. O certo é que em todos os momentos soube evocá-la com paixão e desvelo. Rico oásis em meio ao deserto de afetividade, à incompreensão e à malemolência de pessoas pouco afeitas à ação pública e privada.

Elisa deambulava pelo pensamento de Vauthier ao modo de uma lembrança que ele jamais desejou anular. Ao descrevê-la a Boulitreau, mostrou-lhe o seu retrato: “Ele reparou muitas coisas

que eu noto. O porte altivo e ereto da cabeça chamou sua atenção. Contemplei muito tempo a amada sob o papel de gaze em que a vejo bem melhor. Fiz o projeto de retocar amanhã seu retrato. Antecipo com isso uma intensa satisfação” (op. cit. p.562). Realizou a intenção. Retocou-lhe o retrato, ofertando o realismo inerente à graciosidade que dela emanava. E o sofrimento afluiá, achegando-lhe algumas coisas tristes. Sentia o coração a dilacerar-se quando tinha que esmagar outros corações.

Vauthier pintava e gostava de retratar pessoas: a feitura do retrato de Elisa alimentou-o durante muito tempo, recurso catártico que exerceu a função de ducha amortecedora da saudade. Também levou algum tempo pintando o seu próprio retrato. E fazia versos (rascunhou versos sobre o retrato de Elisa). Quando escrevia para Elisa, recopiaava as cartas tal o receio de machucá-la com alguma palavra deslocada – “palavras escolhidas e mais meigas”, frisava. Segundo ele, a amada escrevia muito bem, seus pensamentos se encadeavam com precisão num estilo cheio de encanto e segurança. Costumava perguntar-se: “Onde encontrou o segredo de escrever assim?”

Dedicava-se à literatura com afinco. Lia e relia os clássicos; refletia sobre as ideias exaltadas pelos autores. A dedicação às artes inflamava Vauthier. Em inúmeros trechos do diário, confirmou que estancava o desassossego lendo, pintando, fazendo versos. Gilberto Freyre afirma, todavia, não ter encontrado nenhuma das suas pinturas nem tampouco seus desenhos. Quanto aos versos, não se pronunciou.

Os dias transcorriam agoniados e Vauthier lutava minuto a minuto contra os desejos carnais. Manter-se casto em atitude de amor platônico a Elisa começava a ser desgastante. Os conflitos se iniciavam. A repressão a libido se convertia numa batalha perdida. Havia no engenheiro francês uma dose enorme de sexualidade e suprimi-la resultava quase impossível. O desespero dele se apoderava.

Escreveu: “Condição fatal a de agora, em que a alma e o corpo estão sempre em luta, em que a alma tem piedade do corpo e o corpo causa pejo à alma (op. cit. p. 564). Mais adiante tortura-se com sonhos luxuriosos e padece na tentativa de manter-se fiel a uma sagrada lembrança. Tais embates levaram-no a um desânimo quase completo. “Foi quando encontrei uma mulher que me atraiu a seus braços. Deixei-me levar sem experimentar grandes remorsos. Além disso, era o primeiro momento da erupção de um vulcão por muito tempo comprimido. Não era mais possível fechar a cratera. Entretanto, senti-me logo humilhado pelo sacrilégio cometido e declarei-o à mulher: disse-lhe que meu coração não lhe pertencia; que mesmo ao seu lado pensava em outra – outra em quem nunca tocara nem de leve e por quem daria todas as mulheres do mundo. Ela não me repeliu; apiedou-se de mim... Vivia pelo corpo e, sem sufocar as reações de minha alma, aquele adquirira império sobre esta. Era um estado fatigante sem ser excessivamente penoso” (op.cit. p. 589).

Chegava a admirar-se diante da sua racionalidade, pois o remorso não o atormentava como deveria, talvez porque tenha conseguido separar o corpo da alma. E o corpo gozava os prazeres de que reclamava, permitindo que a alma se isolasse numa fidelidade mais celestial que terrena. “Enfim, posso dizer que nunca por palavras enganei uma mulher. Nunca falei de amor senão a uma – a uma que sempre foi para mim a virgem imaculada. As outras, em bem pequeno número, é verdade, se se entregaram a mim, não as iludi com promessas de amor que não existia, nem deixei de lhes dizer francamente minha maneira de pensar. Não lhes menti e todas sabem que, para mim, não passaram de amantes.”(op. cit. p. 691). No entanto, deixa-se traer logo adiante: “Tenho o sangue agitado desde que me falam em Dona A. Pensar em uma mulher é quase amá-la. É uma sensação perturbadora subir furtivamente, na penumbra, uma escada conhecida, chegar a uma porta que se nos deixa entreaberta, empurrá-la de manso, tomar a mão que nos espera e sentir nos

lábios dois lábios amorosos. Que frêmito no sangue! Faço mal em abandonar-me a esses maus pensamentos” (op.cit. p. 691). O homem sensual não conseguia escapar de seus instintos. Viveu-os. E embrenhou-se num narcisismo claro e contundente. Afinal era jovem, pleno de vigor e dotado de uma visão claramente europeizante. Seria difícil quebrar as referências de colonizador.

A acurada observação foi uma das características de Vauthier, vigilante que era dos derredores e seguramente tocado pelas delícias do sexo. Certa ocasião foi à casa de Millet e encontrou-o recolhido nos aposentos; como a porta do quarto estava fechada, logo imaginou-o fazendo amor com a “ama de casa” e não deixou de registrar que a mulher não era feia de rosto.

Teve uma posição bastante crítica em relação ao Brasil. Os entraves e atropelos de uma burocracia emperrada o abalavam profundamente: “Não se pode fazer coisa alguma benfeita e depressa neste maldito país” (op. cit. p. 599). Prossegue: “Digressão sobre o país. Cabeça sem corpo; gente a quem é preciso dar a comida na boca” (op. cit.p. 615). Neutraliza, contudo, o acre juízo afirmando que, mesmo na França, está longe de achar tudo bom. E os comentários se agudizam: “Alguns fatos sobre os hábitos assassinos no país: fora de sua profissão, os assassinos são excelentes pessoas, bons amigos, bons pais e bons maridos... A punhalada neste país não é dada no peito, mas no baixo ventre, de baixo para cima” (op. cit. p. 627). “Impossível tirar qualquer coisa desses diabos de brasileiros... Ideias! Quem as tem nesse país? [...] Eu ficaria horrorizado de vir a este país se imaginasse que aqui deixaria os ossos” (op. cit. p.631).

Há, sem dúvida, no engenheiro Vauthier, um evidenciado etnocentrismo. Pensava orgulhoso: “Mas a França, a França! Apesar da pobre civilização que a dilacera é ainda o país mais adiantado da Terra – É ainda ali que se encontra o maior número de almas generosas e de corações nobres. É ainda ali que há verdadeiras luzes e germes de progresso” (op. cit. p. 632).

Por entre páginas “volteantes”, o diário se faz homem. Uma palavra ali, outra acolá e as frases vão ganhando o contorno da personalidade de quem as modula. Não consiste o diário num texto disciplinado, ortodoxo, de dimensões pragmáticas. Aponta para o outro lado da moeda: um dizer pautado nas sensações, sem retiques de linguagem, rocha virgem, isenta de lapidações. O diário é uma certidão privada, pessoal, intrínseco em si mesmo. Registro. Declaração. Evidência. Daí a impetuosidade da mensagem, a traduzir o que há de mais verdadeiro na letra. Letra com gosto de história egoica, de um *eu* que fala alicerçado na introspecção.

Vauthier não escondeu as suas fragilidades nem as suas volúpias. Expôs-se por inteiro, uma devoção com algo de clerical, de companheirismo, de carência afetiva. Mas esse desfolhar-se vai até 24 de outubro de 1841. Ainda que as anotações se prolonguem ao ano de 1846, o teor do texto muda completamente. Já não há minúcias, tampouco entrega de sentimentos nas páginas que se seguem a 1841, quando a escrita adquire um caráter relatorial, sem a singeleza antes exibida. Por exemplo, Vauthier casou-se com Elisa no dia 27 de maio de 1845, no consulado da França, em Pernambuco; ele, com 30 anos, ela com 33. Não encontrei a menor referência ao fato, o que não deixa de ser estranho. Embora o diário conte a essa dicotomia, antes absolutamente confessional, depois, meramente dissertativo, a densidade e a grandeza dos seus inícios compensam o tecnicismo posterior. Provavelmente, os dois primeiros anos se mostraram penosos, e o papel em branco serviu de canal de exorcização. Não importa a duplidade de perspectivas. A duração dos anos consigna tão somente um dado cronológico, jamais um comprometimento dos expressivos registros de um diário íntimo, intimíssimo, leal e introspectivo, fotografia de um homem chamado Louis Léger Vauthier.

Casa-grande das Ubaias.
Recife, 17 de abril de 2020.

Esta edição foi composta nas fontes Calibri,
Franklin Gothic Demi Cond
e Minion Pro, diagramada no formato 16 x 23 cm,
projetada para a veiculação digital em versão E-book (PDF),
pelo Setor de Editoração da Editora Massangana, em 2021.

ISBN 978-65-5737-038-4



Durante o ano em que não foi possível
a realização das reuniões presenciais
do Seminário de Tropicologia da Fundação
Joaquim Nabuco, a atividade intelectual
de seus participantes continuou frutífera.
A prova está aqui nesta *Seleta Mirante*,
que reúne um conjunto de textos
de autoria dos participantes do seminário.
Textos que refletem sobre problemas
e personalidades brasileiras em áreas
variadas como Economia, Educação,
Cultura, Imprensa, Urbanismo,
Memória e Meio Ambiente.

